

Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins

Pero de Magalhães de Gândavo,

autor da primeira obra sobre a ortografia da língua portuguesa e da primeira história do Brasil.

Editora
Universitária



UFPE



PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO,
autor da primeira obra sobre a ortografia da língua
portuguesa e da primeira história do Brasil.

Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins

PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAMO,
autor da primeira obra sobre a ortografia da língua
portuguesa e da primeira história do Brasil.

Editora
Universitária  UFPE
RECIFE - 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor: Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins

Vice-Reitor: Prof. Gilson Edmar Gonçalves e Silva

Diretora da Editora: Profª Gilda Maria Lins de Araujo

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente: Profª Gilda Maria Lins de Araujo

Titulares: Álvaro Barrantes Hidalgo, Anco Márcio Tenório Vieira, André Luiz de Miranda Martins, Artur Stamford, Benício de Barros Neto, Christine Paulette Yves Rufino Dabat, Elba Lúcia C. de Amorim, Emanuel Souto da Mota Silveira, José Zanon de Oliveira Passavante, Kátia Cavalcanti Porto, Livia Suassuna, Patrícia Cabral de Azevedo Restelli Tedesco.

Suplentes: Alexandre Simão de Freitas, Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes, Augusto César Pessoa Santiago, Bruno César Machado Galindo, Carlos Alberto Cunha Miranda, Gorki Mariano, Izaltina Azevedo Gomes de Mello, Ivandro da Costa Sales, José Dias dos Santos, José Gildo de Lima, José Wellington Rocha Tabosa, Vera Lúcia Menezes Lima.

EDITORIA EXECUTIVA

Maria José de Matos Luna

Editora associada à



Associação Brasileira de
Editores Universitários

Lins, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila

Pero de Magalhães de Gândavo, autor da primeira obra sobre a ortografia da língua portuguesa e da primeira história do Brasil / Guilherme Gomes da Silveira d'Avila; prefácio Joacil de Britto Pereira. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2009.

246 p. : il., fig.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7315-637-9 (broch.)

1. Biografia. 2. Gândavo, Pero Magalhães de. I. Título.

929 Gândavo

CDU(2.ed.)

UFPE

920.71

CDD(22.ed.)

BC2009-079

“Sómente procurey escreuer eſta [Hiftoria ... baseado] na verdade, per hum eſtillo facil & chão, como meu fraco ingenho me ajudou, defejofo de agradar a todos os que della quiſerem ter noticia. Pelo que deuo fer desculpado das faltas que aqui me podem notar: digo [daquelas observadas por parte] dos [leitores] discretos, que com ſam zelo o cuſtumão fazer, que dos idiotas & maledizentes bem fey que nam hey deſcapar, pois eſtá certo nam perdoarem a ninguém.”

(PROLOGO AO LECTOR, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **Hiftoria da prouincia fãcta Cruz a qu' vulgarmête chamamos Brasil: feita por Pero de Magalhães de Gandauo, dirigida ao muito Ills^{re} [Ilustre] ſñor [senhor] Dom Lionis P^{ra} [Pereira] gouernador que foy d' Malaca & das mais partes do Sul na India.** [Colofão:] Impreſſo em Lisboa, na Officina de Antonio Gonfalez. Anno de 1576, fol. 5v., alín. 18-26).

À memória de
Manuel Said Ali Ida, mestre da Gramática da Língua Portuguesa

e à memória de
João Capistrano Honório de Abreu, mestre da História do Brasil,
os quais foram também grandes amigos.

GÂNDAVO E O BRASIL

Mais uma vez Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins brinda-nos com um trabalho de fôlego no campo da historiografia.

Vai ele cada vez mais se notabilizando pelas sendas da pesquisa, suprimindo omissões, esclarecendo pontos obscuros, preenchendo lacunas, sempre disposto a investigar “*as várias incógnitas*” ... “*que precisam ser investigadas.*”

Desta feita o seu ensaio se destina à vida e à “*obra de Pero de Magalhães de Gândavo, erudito autor lusitano do Século XVI*” ... “*que têm despertado ao longo do tempo o interesse de estudiosos de diversos campos do saber, tais como a História, a Filologia, a Lingüística, a Biografia e a Bibliografia.*”

O seu ensaio nos mostra como há necessidade de desvendar os mistérios desse insigne “*humanista e excelente latino.*” Dele não se sabe ao certo nem a data do seu nascimento, nem a da sua morte. Sabe-se apenas que veio ao mundo na cidade de Braga e “*o bibliógrafo francês dos dias atuais, Georges Raeders, arriscou sem qualquer explicação o ano aproximado de 1540, para aquele primeiro acontecimento*”. Mas Georges Henri Pierre Raeders, como esclareceu Guilherme d'Avila Lins, “*preferiu não fazer outra tentativa aleatória para a data do falecimento daquele gramático lusitano.*” ¹ Pretende-se que por volta de 1590 Gândavo já estivera morto.

No trabalho metuculoso e minudente que acabo de ler, o meu confrade do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) Guilher-

¹ O autor, na obra ora analisada, p. 27.

me Gomes da Silveira d'Avila Lins elucida, com sua pena prescrutadora e a sua luneta de estudioso sério, certas questões sobre a vida e a obra do autor da primeira História do Brasil. Deixa outras para que, sobre elas, se debrucem outros investigadores tangendo com os ventos da sua curiosidade a poeira do tempo e façam jorrar a luz do conhecimento sobre fatos de um passado ignoto.

“Sobre este competente gramático e respeitado cronista dos tempos primevos do Brasil colonial têm surgido modernamente valiosas contribuições relativas à sua obra histórica”, conforme acentuou o autor deste importante trabalho do historiador paraibano, que me é dado a comentar. E eu asseguro que este contributo, escrito neste final de século e início de um novo milênio, é destinado a ficar como um dos mais lúcidos e sérios dos quantos se fez.

Tanto quanto em Portugal, como no Brasil, deve repercutir a obra de Pero de Magalhães de Gândavo, autor da primeira ortografia da língua portuguesa e da primeira História do Brasil. Alíás, é fato inconteste, segundo nos diz o autor, que Gândavo esteve em nosso país.

*“Em que pese a opinião em contrário de certas respeitáveis autoridades como Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, é fato inconteste hodiernamente que Gândavo realmente residiu alguns anos no Brasil, antes da redação dos seus textos históricos, como veremos logo mais, redação esta levada a cabo quando do seu retorno a Portugal. É evidente que isto terá acontecido em época bem anterior àquela entendida pelo eminente historiador José Honório Rodrigues, o qual, inadvertidamente, afirmou em 1979 que Gândavo ‘deve ter escrito o livro [no caso a sua **História ...**,] quando do seu retorno, no Reino ...’, entretanto situou este retorno a Portugal após*

*seis anos de permanência no Brasil por conta de uma suposta nomeação que Pero de Magalhães de Gândavo havia recebido em 29 de agosto de 1576 para exercer o cargo de Provedor da Fazenda Real na Cidade do Salvador durante o período acima indicado. Ora, como já ficou dito atrás, desde 1965 está bem estabelecido que os dois **Tratados ...** de Gândavo foram redigidos no ano 1572 a partir de apontamentos tomados entre cerca de 1565 e 1570. Por outro lado, como também já ficou claro, a versão definitiva da **História ...** deste autor foi publicada em 1576, em data posterior a quatro de fevereiro, ou seja, no mesmo ano daquela nomeação exarada em 29 de agosto.”²*

Com este estudo reabre-se o debate e o desafio para outros ensaios sobre os temas aqui ventilados pelo ilustre paraibano que enriquece os quadros do nosso IHGP.

Joacil de Britto Pereira *

² O autor na obra ora analisada, p. 29-30.

* Ex-Presidente da Academia Paraibana de Letras (APL) e Ex-Presidente do IHGP.

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Além daquilo que está bem estabelecido a respeito do assunto em tela, este breve ensaio contém apenas alguns poucos elementos novos, o que por si só já justificaria a sua publicação. De todo modo, mesmo havendo aqui pouca novidade, ao meu ver este particular tipo de ensaio ainda restaria oportuno posto que, ao menos, se presta para manter acesa a chama da atenção para um tema palpitante como o que ora se enfoca, cujo interesse, indiscutivelmente, diz respeito a várias áreas do conhecimento.

Penso assim porque, por um lado, a vida de Pero de Magalhães de Gândavo, erudito autor lusitano do Século XVI, bem como seus escritos, têm despertado ao longo do tempo a atenção de estudiosos de diversos campos do saber, tais como a História, a Filologia, a Lingüística, a Biografia e a Bibliografia. Por outro lado, independente das várias incógnitas que neste caso ainda precisam ser investigadas, a verdade é que ao menos nas últimas quatro décadas, infelizmente, tem arrefecido o interesse para esse importante autor quinhentista, tanto para Portugal quanto para o Brasil.

Isto posto, convém agora esclarecer, em benefício do leitor, algumas características peculiares à estrutura e organização deste ensaio. O texto propriamente dito foi desenvolvido em apenas um capítulo, a que se somam as notas explicativas ou de natureza crítica e as necessárias referências bibliográficas. Uma e outras encontram-se no final do texto.

Ademais, foram elaborados três **ANEXOS** contendo, sucessivamente: a) a bibliografia de Pero de Magalhães de Gândavo, onde estão assinaladas as edições integrais ou parciais das suas obras, as quais, ou conheço *de visu* ou a respeito delas tive notícia colhida em fontes con-

fiáveis; b) uma relação dos manuscritos bem conhecidos da sua obra histórica; c) a transcrição — publicada agora pela primeira vez, ao que tudo indica — do único manuscrito quinhentista (versão textual mais confiável) do seu **TRACTADO DE TERRA do Brasil ...**, ou seja, uma das duas formas precursoras da sua **História da Província Santa Cruz ...**

No que concerne a esses três **ANEXOS**, em especial o primeiro deles, o leitor compreensivo certamente saberá perdoar eventuais omissões involuntárias, considerando que durante mais de quatro séculos as obras de Pero de Magalhães de Gândavo vêm sendo publicadas, embora de forma um tanto irregular, seja em países lusófonos como Portugal e Brasil, seja em outros de língua novilatina como a França ou ainda em países de língua anglo-saxônica como os Estados Unidos da América. Enfim, quero crer que ao adicionar a este ensaio os mencionados **ANEXOS** estarei a proporcionar ao leitor interessado elementos úteis a respeito da obra gramatical e histórica de Pero de Magalhães de Gândavo.

Adicionalmente, as notas e o texto, propriamente ditos, estão ilustrados com citações e transcrições de fragmentos textuais de outros autores (, respeitando-se aí as grafias originais), algumas das quais devidamente destacadas, inclusive através de margens recuadas ao longo da mancha gráfica. Nessas transcrições me permiti interpolar, quando oportuno e sempre entre colchetes (parênteses retos), aditamentos explicativos ou de natureza crítica. Assim sendo, o que se lê entre colchetes neste ensaio, incluindo as referências bibliográficas, é sempre uma interpolação de minha inteira responsabilidade. Noutras palavras, neste ensaio os colchetes representam recurso gráfico para uso exclusivo do seu autor, destinando-se às interpolações que foram feitas nos textos de outrem (ou nas referências bibliográficas).

Excetuando o caso do próprio Pero de Magalhães de Gândavo, além de alguns outros mais, procurei respeitar a grafia original dos no-

mes próprios de pessoas, os quais, ao menos quando citados pela primeira vez aparecem — seja no texto propriamente dito, seja nas referências bibliográficas — não na sua forma reduzida habitual mas sim de forma integral, nem sempre facilmente disponível. A entrada dos nomes dos autores nas referências bibliográficas obedeceu sempre a ordem do seu derradeiro apelido e, dependendo do caso, acrescido do complemento que distingue as eventuais homônimas. Ao se indicar nas referências bibliográficas os nomes próprios de pessoas em sua versão integral foram utilizadas aí letras maiúsculas para realçar os respectivos componentes da sua versão usual (Exemplo: Bittencourt, PEDRO CALMON Moniz de).

João Pessoa, 16 de junho de 2000 (Revisto em maio de 2008).

Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins *

* *Professor Emérito* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Pesquisador de História do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba (NDIHR/UFPB), Sócio Efetivo do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica (IPGH), Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Cariri (IHGC), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande (IHGCG), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), Sócio Correspondente do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), Sócio Correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR), Sócio Efetivo da Sociedade Paraibana de Arqueologia (SPA), Membro Efetivo da Academia Paraibana de Filosofia (APF), Membro Efetivo da Academia Paraibana de Medicina (APMED), Membro Efetivo da Academia Paraibana de Letras (APL), Membro Efetivo (Fundador) da Academia de Letras e Artes do Nordeste Brasileiro - Núcleo da Paraíba (ALANE - PB), Sócio Efetivo da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores - Regional da Paraíba (SOBRAMES - PB) e Sócio Colaborador da Associação Paraibana de Imprensa (API).

1. CERTEZAS E INCÓGNITAS SOBRE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO, SUAS OBRAS, SUA VIDA, SUA ORIGEM E SEU NOME

Pero de Magalhães de Gândavo foi um importante autor lusitano do Século XVI nascido na Cidade de Braga e com ascendência flamenga, entretanto, curiosamente, quase nada se sabe sobre a sua pessoa. O abade Diogo Barbosa Machado, grande bibliógrafo do Século XVIII, o qualificou como “*infigne Humanista, e excellente Latino*” (1). Sobre aquele competente gramático e respeitado cronista dos tempos primevos do Brasil colonial têm surgido modernamente valiosas contribuições relativas à sua obra histórica e à sua obra gramatical, contribuições estas que, de forma lamentável, vêm rareando nas últimas quatro décadas. Tal rareação do interesse, todavia, nos parece injustificada tendo-se em vista a longa caminhada que ainda há para se percorrer nessa trilha.

Dentre os vários elementos que evidenciam a importância da figura de Pero de Magalhães de Gândavo destaca-se o fato de este letrado lusitano ter sido o autor de uma das mais valiosas obras gramaticais da língua portuguesa na sua centúria — ao lado de nomes como o de Fernão de Oliveira (2), João de Barros (3) e Duarte Nunes de Leão (4) — ou seja, mais precisamente, “*a primeira obra especializada em ortografia*” (5). Na parte final desse seu livro existe ainda um diálogo em defesa da língua portuguesa entre um lusitano e um espanhol chamados Falêncio e Petrônio (6). A dita obra foi publicada em 1574 na Cidade de Lisboa na importante oficina tipográfica de Antonio Gonçalves, a mesma que, dois anos antes (1572), havia produzido a raríssima *editio princeps* d’**OS LVSIADAS** de Luís de Camões.

Sobressai ainda o fato de Pero de Magalhães de Gândavo ter sido o autor da primeira História do Brasil, impressa em língua portuguesa

no ano de 1576, por certo em data posterior a quatro de fevereiro (7), naquela mesma tipografia de Lisboa (8).

Acresce que, valorizando ainda mais a primeira edição dessa História do Brasil, foram nela publicadas de forma inédita duas poesias de Luís de Camões, o Príncipe dos poetas da língua portuguesa, bem como aí se encontram algumas ilustrações raras que se conservam do famoso gravador português Jerônimo Luís (9).

Como se tudo isto já não bastasse para robustecer a relevância da figura de Pero de Magalhães de Gândavo e de seus escritos, ter-se-á que considerar ainda, por dever indiscutível, o fato de que são extremamente raras as primeiras edições, tanto da sua obra gramatical quanto da sua História do Brasil, cimélios de inestimável valor.

O título completo da obra gramatical de Gândavo é **REGRAS/ /QVE ENSINAM/A MANEIRA DE ESCRRE-/VER E ORTHOGRAPHA DA/lingua Portuguefa, com hum Dialo/go que a diante fe fegue em de-/fenfam da mesma/lingua.AVTOR/PERO DE MAGALHÃES DE GANDAVO./EM LISBOA/Na officina de Antonio Gonfaluez./Anno de 1574**. Dessa primeira edição, lançada em data posterior a 09 de outubro, o saudoso Prof. Emmanuel Pereira Filho, respeitado filólogo e eminente camonista precocemente falecido — certamente o principal estudioso e divulgador no Brasil da obra gramatical de Gândavo, bem como destacado estudioso da sua obra histórica — afirmou que são conhecidos, no máximo, três exemplares, um dos quais fazendo parte da biblioteca privada do Dr. J[ean (?)]. J[acques (?)]. Renoux, engenheiro e bibliófilo francês que se radicou no Rio de Janeiro (10).

Embora essa obra gramatical de Gândavo não constitua propriamente o foco predominante da minha atenção neste ensaio, considero deveras oportuna a transcrição aqui do seu “PROLOGO AO LECTOR”

|

(fól.3, fól. 3v., fól. 4, fól. 4v.), até porque, passados já quase quatro séculos e meio desde o lançamento da sua *editio princeps*, basta não sobrelevar sua ortografia obsoleta e ver-se-á aí um texto tão atual em nosso meio quanto no dia em que foi redigido:

“*HVã [Uma] das coufas (difcreto/& curioso lector) que me pareceo fer muy ne-/ceffaria & conueniente a toda peffoa que efcree-/ue, faber bem guardar a orthogra-/phia, pondo em feu lugar as letras &/os accentos neceffarios que fe reque-/rem no difcurfo das scripturas. E/porque nefta parte os mais dos Por-/tuguefes [No nosso caso “os mais dos brasileiros”] faõ muy efragados & vi-/ciofos, & com innu-meraueis erros/que cometem, corrompem a verda-/deira pronunciação defta noffa lin-/guagem Portuguefa, quis [eu] fazer eftas/regras da orthographia a rogo de al-/gũs amigos, as quaes trabalhey por/comprender em breues pala-uras/[Fim do fól. 3]/com a menos difficuldade que pude,/pera com ellas aproueitar a toda pef-/foa que as quifer fe-quir. Porem hafe/de entender que minha tenção não/foy fazellas, fenão pera os que não são/latinos [, ou seja, para os não versados no latim]. E por efta razão quis nellas/vfar de algũs exẽplos, pera que afsi fi-/caffem mais claras, & cõ menos tra-/balho foffem enẽdidas de qualquer/peffoa ainda que nam tenha (como/digo) intelligencia de latim. Por-que/fe meu intento fora fõmente aprouei/tar com ellas aos grammaticos, ouue-/ra os taes exeplos por efcufados: pois/leftã claro não ferem neceffarios fenão/a eftes que efcaffa-mente fabem que/coufa he nome [ou substantivo], & que coufa he verbo. Os quaes ainda que tenham mui-/Fim do fól. 3v.)/ta experiencia de efcreeuer, não po-/derão deixar de cair em muitos er-/ros, fe não teuerem algũas regras/que nefta parte os allumiem. E al-/lem da orthographia que nas pre-/fentes fe pode comprehender, ha muitos voca-*

*bulos em que fe comet-/te vicio, & fãõ tantos que feria cou-/
/fa muy comprida querer aqui ex-/primir & tratar de raiz
como fe hãõ/todos de efcreuer. Porque hũs fe ef-/creuem
com c, outros com s, &/outros com z: cada hum em fim/fe-
gue fua origem, & afsi hũs per/descuido, & outros por não
fa-/berem latim (que he a fonte don-/de [e]manou a mayor
parte de-/fies noffos vocabulos) coftumãõ/¶Fim do fól. 4)/
/trocar muitas vezes hũas letras por/outras, o que realmen-
te fe nam pode/fazer fem offenderem â pronuncia-/ção defta
noffa linguagem. E fe os Portuguefes [No nosso caso “os
brasileiros”] nifto quiffeffem aduertir/com diligencia mof-
trando fe hũ pou-/co mais curiosos defta arte de que tão/
/pouco fe prezãõ, não aueria pela ven-/tura [porventura]
tantos que praguejaffem defta/noffa lingua: porque com
faberem/bem efcreuer; faberiãõ bem pronun-/ciar os voca-
bulos, & com os faberem/bem pronunciar, ficaria a mefma
lin/gua parecendo melhor aos naturaes/que a profeffam.
Por onde não auia/de auer peffoa que fe prezaffe de fi, q/
/não trabalhaffe por faber algũ latim,/que niffo confifte o fa-
lar bem Portu-/¶Fim do fól. 4v.)/gues: & defta maneira fa-
cilmẽte eui-/tariãõ todos eftes erros, & feriãõ per-/fectos em
guardar a orthographia cõ/forme â ethymologia & pro-/
/nunciação dos vocabulos”.*

Por sua vez, o título completo da História do Brasil de Gândavo em sua versão definitiva é **Hiftoria da provincia fãcta Cruz/a qu’ vulgarmẽte chamamos Brasil: feita por Pero de/Magalhães de Gandauo, dirigida ao muito Ills^{re} [Illustre] sñor [senhor] Dom Li/onis P^{ra} [Pereira] gouernador que foy d’ Malaca & das mais partes/do Sul na India./ [Colofão:] Impreffo em Lisboa, na officina de Antonio/Gonfaluez. Anno de 1576.** De acordo com as respeitáveis opiniões de Rubens Borba Alves de Moraes e de [frei] Francisco Leite de Faria [O.F.M. Cap.] contam-se nos dedos das duas mãos

os exemplares bem conhecidos dessa primeira edição, os quais estão zelosamente guardados nos acervos de raridades de grandes bibliotecas públicas ou universitárias do mundo, entre elas a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) que tem o privilégio de possuir um par deles (11).

Além desses exemplares já aludidos da *editio princeps* da **História ...** de Gândavo, tive ultimamente a feliz oportunidade de constatar a existência de mais um deles, que havia escapado à contagem dos dois eminentes autores atrás referidos, pertencente à preciosa coleção Brasileira da Robert Bosch GmbH (12), poderosa firma empresarial alemã com penetração multinacional.

No que concerne à obra histórica de Pero de Magalhães de Gândavo, está hoje bem esclarecido o peculiar e laborioso processo da sua elaboração. De fato, atualmente é ponto pacífico que a sua **História ...** representa a redação definitiva, resultante da refusão e ampliação de dois textos preliminares, genericamente denominados **Tratados ...** — só tardiamente dados à luz em letra de forma, um deles o **Tratado da Província do Brasil ...** e o outro o **Tratado da Terra do Brasil ...** — **História ...** essa publicada no ano de 1576. A seu turno, o texto definitivo da **História ...** de Gândavo também teve mais de uma redação preliminar, identificando-se bem um inédito manuscrito pertencente à Biblioteca do Mosteiro de San Lorenzo del Escorial.

Com relação àqueles dois textos preliminares (**Tratados ...**) da obra histórica de Gândavo, em particular, o **Tratado da Terra do Brasil ...**, foi o primeiro a ser impresso (tardiamente), entretanto, o segundo a ser redigido, tendo sido, a princípio, considerado como obra independente da sua **História ...**

Ainda no tocante àqueles dois textos preliminares (**Tratados...**) — tidos hoje como redigidos no ano de 1572 e contendo apontamentos do período compreendido entre 1565 e 1570 (13) — o mais antigo de-

les é composto de 17 capítulos e foi oferecido à Rainha D. Catarina, vindo a ser publicado somente há poucas décadas, no ano de 1965, mediante uma erudita edição comentada com reprodução textual fac-similar, pelo Prof. Emmanuel Pereira Filho. Essa valiosa edição recebeu a denominação de **Tratado da Província do Brasil** e o apógrafo quinhentista que lhe serviu de fonte foi o Manuscrito n.º 2.026, redigido em letra do tipo itálico ou bastardo, pertencente ao Museu Britânico (Biblioteca Sloaniana), cujo título é **TRACTADO DA prouinçia/do Brafil no qual Se contem a infor-/maçã das coufas que ha na ter-/ra aãi das capitancias e' fazendas/dos moradores que Viuem pella cos-/ta e doutras particulharidades que'/aqui Se cõtam: como tam bẽ da condi-/çaõ e' beftiaes cutumes dos Jndios da/terra, & doutras eftranhezas de bichos/ã ha nestas partes, offerecido a muito/Alta e' Serenißima Soã Dona Cathe-/rina Rainha de Portugal Snoã nos-/sa./Visto e' approuado pellos deputados/da Sancta inquisição** (14).

Já o segundo texto preliminar da **História ...** de Gândavo contém 18 capítulos e foi oferecido ao Cardeal D. Henrique, Infante de Portugal, tendo sido publicado pela primeira vez em Lisboa, no ano de 1826, no n.º IV do t. IV da comumente chamada COLEÇÃO ULTRAMARINA ou, por extenso, COLLECÇÃO DE NOTICIAS PARA A HISTORIA E GEOGRAFIA DAS NAÇÕES ULTRAMARINAS, QUE VIVEM NOS DOMINIOS PORTUGUEZES, OU LHE SÃO VISINHAS. PUBLICADA PELA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS de Lisboa, sob o título (impresso) de **Tratado da Terra do Brazil, no qual se contém a informação das cousas que ha nestas partes; feito por Pero de Magalhães** [de Gândavo] (15). Essa edição, infelizmente, foi produzida a partir de uma cópia textual tardia, existente na Academia das Ciências de Lisboa. Na realidade essa versão impressa é significativamente inferior àquela anterior, seja no que tange à qualidade da cópia manuscrita em que se apoiou, seja no que se refere à interpretação textual desenvolvida para a sua impressão. A este respeito o Prof. Emmanuel Pereira Filho afirmou

com bons motivos que o melhor manuscrito desse segundo **Tratado ...** de Gândavo é o apógrafo quinhentista de n.º 552 (Fundo Geral), pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal, o qual, desgraçadamente, jamais foi utilizado para publicação. Efetivamente, como se verá mais tarde, todas as demais publicações do **Tratado da Terra do Brasil ...** produzidas entre nós a partir de 1924, derivam de uma outra versão manuscrita bastante tardia (Século XIX) e também de qualidade inferior, todavia, tida equivocadamente na época como o “*manuscrito original*”. Diante disso, cuidei de obter uma cópia digitalizada daquele manuscrito quinhentista da Biblioteca Nacional de Portugal objetivando publicar proximoamente uma edição crítica do seu texto. Independentemente disto, aproveito já esta oportunidade para inserir aqui, em primeira mão, no **ANEXO III**, o seu texto quinhentista bem mais confiável.

Enfim o peculiar e intrincado processo de elaboração textual da **História ...** de Gândavo foi sendo esclarecido aos poucos graças a importantes contribuições em que, entre outros, se destacam João Capistrano Honório de Abreu (16, 17), Manuel de Oliveira Lima (18), Rodolpho Augusto de Amorim Garcia (19, 20), Helio Vianna (21) e Luís de Matos (22). O desvendamento completo desse complexo processo de elaboração textual deveu-se, entretanto, a trabalhos fundamentais de Emmanuel Pereira Filho (23, 24, 25).

Bem antes desses autores já citados, o historiador sorocabano Francisco Adolpho de Varnhagen, Barão e Visconde de Porto Seguro, dizia que a **História ...** de Gândavo teria estimulado Gabriel Soares de Souza, ainda no Século XVI, a escrever seu **TRATADO DESCRIPTIVO DO BRASIL ...** (26). Por sua vez, João Capistrano Honório de Abreu mostrou que frei Vicente do Salvador, O.F.M., o “Heródoto brasileiro”, também havia utilizado aquela obra de Gândavo em várias passagens da sua **HISTORIA DO BRASIL** (27, 28, 29) terminada em 1627. Neste mesmo sentido, muitos anos mais tarde, no segundo volume de um livro meu, ainda inédito, **GRAVETOS DE HISTÓRIA. Revisão da críti-**

ca de atribuição da mais antiga crônica da Paraíba em língua portuguesa e outras achegas históricas contemporâneas (3 v.), dediquei o “QUARTO CAPÍTULO” à análise das possíveis fontes compulsadas pelo jesuíta anônimo que elaborou o **Sumário das Armadas**, cuja época da redação, até então extremamente controversa e desprovida de qualquer fundamentação metodológica, pude averiguar e fixar de forma inequívoca, através da crítica externa, como sendo do ano de 1594, pelo menos a sua redação definitiva. Pois bem, fiz ali uma detida avaliação de vários indícios que sugerem o aproveitamento da obra histórica de Gândavo pelo autor da mais antiga crônica da Paraíba escrita em português (30).

Quando a **História ...** de Gândavo foi impressa a ainda muito jovem colônia portuguesa, objeto da sua atenção — para a qual o seu autor defendia a restituição da invocação da Santa Cruz ao invés da já então vulgarizada denominação de Brasil — mal ultrapassava a marca de três quartos de século desde a sua descoberta por Pedro Álvares Cabral. Fazia também somente quatro anos que Luís de Camões, poeta maior da língua portuguesa e amigo pessoal de Pero de Magalhães de Gândavo, havia publicado na mesma tipografia de Antonio Gonçalves a edição primeira d’**OS LUSIADAS**. Aliás, percebe-se já a bastante divulgada notícia sobre a amizade entre esses dois autores, tanto através do elogio que, em obra anterior (**Regras que ensinam a maneira de escrever ...**), o gramático fez ao poeta, quanto mediante os versos inéditos com que o poeta enriqueceu a **História ...** do gramático (31).

As primeiras décadas do Século XIX — e daí por diante até cerca da metade do penúltimo quartel do Século XX — foram de capital importância para o melhor conhecimento de Pero de Magalhães de Gândavo e suas obras, em particular a histórica, considerando-se que até aquela primeira marca cronológica este autor e seus escritos, curiosamente, estavam reduzidos ao quase total esquecimento. Foi no início daquele último intervalo de tempo que se editou em Lisboa (1826) o até

então inédito **Tratado da Terra do Brasil ...** (32) de Gândavo, cujo texto veio mais tarde a revelar nítidos indícios de que havia sido redigido antes da sua **História ...** (33). No decorrer do mesmo período também foram surgindo reedições (34) e traduções (35) da sua **História ...**, recolocando assim, em evidência, o autor lusitano em tela e sua obra. Com isto os escritos históricos de Gândavo começaram a ser estudados de maneira mais efetiva pelos historiógrafos, coadjuvados por expertos noutras disciplinas auxiliares da História, bem como por especialistas em outras áreas do conhecimento como, por exemplo, a Filologia. A meta era aquilatar de maneira mais adequada a contribuição de Gândavo inserido no seu tempo, entender melhor o processo evolutivo da elaboração da sua obra histórica, enfim, conhecer mais o próprio autor, cuja biografia até hoje divulgada é das mais pobres. Com efeito, são escassíssimos os elementos biográficos de Pero de Magalhães de Gândavo que nos chegaram dos autores mais antigos. É bem verdade que acerca da sua vida raras proposições adicionais têm sido suscitadas nas últimas décadas.

Apesar de não ser conhecida a data de nascimento de Pero de Magalhães de Gândavo (, nem tampouco a da sua morte), o bibliógrafo francês dos dias atuais, Georges Henri Pierre Raeders, arriscou sem qualquer explicação o ano aproximado de 1540 para aquele primeiro acontecimento (36). Este autor, todavia, preferiu não fazer outra tentativa aleatória para a data de falecimento daquele gramático lusitano. Para este último evento, entretanto, levando-se em conta que a obra gramatical de Pero de Magalhães de Gândavo foi reimpressa em Lisboa, sucessivamente, nos anos de 1590 e 1592 (37), portanto, com uma frequência que chama a atenção por se tratar de uma publicação do Século XVI, é de se admitir não somente a larga aceitação desse livro na sua época como também essa frequência amiudada comporta a possibilidade de o seu autor poder ainda estar vivo àquela altura. A este respeito o Prof. Emmanuel Pereira Filho propendeu para a suspeição de que por ocasião da segunda edição (1590) da citada obra o seu autor poderia já estar morto ou, se vivo, não

teria fiscalizado a reimpressão dessa obra (38). Diante de fatos elementares como estes, totalmente desconhecidos, percebe-se que, do princípio ao fim, a vida de Pero de Magalhães de Gândavo está eivada de incógnitas e dúvidas.

A infância e a adolescência de Gândavo é de todo ignota. Da sua adultidade o abade Diogo Barbosa Machado afirmou, mais uma vez superficialmente, que ele “*abrio efcola publica [da língua latina] entre Douro, e Minho, onde foy caçado*” (39), todavia não sabemos em quem aquele bibliógrafo lusitano descansou para propagar tal notícia. De todo modo, poderia ter sido qualquer das específicas fontes impressa de consulta declaradas por aquele bibliógrafo, entre as quais a então recentemente publicada segunda edição (1737-1738) do **Epitome de la Biblioteca Oriental y Occidental Nautica e Geografica ...** de Antonio Rodriguez de León Pinello, adicionado por Andrés Gonzales de Barcia ou ainda a primeira edição (1672-1696) de **Bibliotheca Hispana ...** de Nicolas Antonio, obras estas a que, infelizmente, não tive acesso. Tampouco é conhecido o nome da esposa de Gândavo, bem como não se sabe se porventura deixou filhos. Há ainda dois outros dados biográficos fornecidos por aquele bibliógrafo português do Século XVIII — um dos quais, em parte, produto de ilação confiável daquele abade reservatário da Igreja Paroquial de Santo Adrião de Sever, mas cuja essência foi bebida em fonte manuscrita mais antiga — todavia ambos os dados serão alvo da minha atenção mais adiante.

É de se supor que Gândavo, na qualidade de “*infigne Humanifia, e excellente Latino, de cuja lingoa abrio efcola publica*”, tenha frequentado a universidade e a mais provável é a Universidade de Coimbra, muito mais próxima do seu torrão natal do que a Universidade de Évora. Para tanto, ou aquele gramático lusitano era de família abastada ou caiu nas graças de algum mecenas que lhe teria proporcionado um privilégio alcançado por poucos no seu tempo. É possível que o nobre português D. Lionis Pereira, antigo Governador de Malaca e mais partes do Sul na

Índia, além de herói militar, a quem Gândavo dirigiu e dedicou a sua **História** ... e, ao que parece, também patrocinador dessa obra, tenha igualmente sido o grande benfeitor do autor em análise desde os seus prováveis estudos universitários. Conferindo alguma substância a esta hipótese vale a pena observar que na **História** ... de Pero de Magalhães de Gândavo, mais especificamente na dedicatória que este autor escreveu para D. Lionis Pereira, existe um trecho em que se lê: “A qual [História ...] espero que [Vossa Mercê] folgue de ver cõ atença[m] & recebera benignamente debaixo de feu emparo [(amparo) Isto parece um pedido de patrocínio para a impressão do seu manuscrito]: afsi por fer coufa noua [inédita], ... como por faber quam particular afeição [Vossa] M[ercê], tem as coufas de ingenho [, ou seja, da criatividade, do intelecto], & que por esta causa lhe nam fera [será] menos aceito o exercicio das escrituras [, ou seja, o exercício do ato de escrever], que o das armas.” (40).

Ressalte-se aí, em primeiro lugar, que somente uma prévia familiaridade existente entre Gândavo e D. Lionis Pereira poderia dar ensejo a que aquele autor, após debulhar os merecimentos de sangue e de feitos d’armas deste último, insinuasse, embora de forma um tanto sutil, o patrocínio para a impressão tipográfica da sua **História** ..., insinuação esta que se torna menos velada mais adiante. Em segundo lugar, se não chama a atenção — o mesmo ocorrendo com qualquer pessoa instruída e bem informada do seu tempo — que Gândavo tivesse notícia dos feitos d’armas de D. Lionis Pereira, por outro lado, ter ele conhecimento da sua particular afeição pelas cousas do ingenho e pelo exercicio das escrituras sugere uma certa proximidade em relação àquele nobre.

Em que pese a opinião em contrário de certas respeitáveis autoridades como Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (41), é fato incontestável hodiernamente que Gândavo realmente residiu alguns anos em terras do Brasil, antes da redação dos seus textos históricos, como se verá logo mais, redação esta levada a cabo quando do seu retorno a Portugal. É

evidente que isto terá acontecido em época bem anterior àquela entendida pelo eminente historiador José Honório Rodrigues, o qual, inadvertidamente, afirmou em 1979 que Gândavo “Deve ter escrito o livro [, no caso a sua **História ...**] quando do seu retorno, no Reino ...”, entretanto situou esse retorno a Portugal após seis anos de permanência no Brasil por conta de uma suposta nomeação que Pero de Magalhães de Gândavo havia recebido em 29 de agosto de 1576 para exercer o ofício de Provedor da Fazenda Real na Cidade do Salvador durante o período acima indicado (42). Ora, já ficou dito atrás, e ainda voltarei a este tema mais adiante, que desde 1965 está bem estabelecido que os dois **Tratados ...** de Gândavo foram redigidos no ano de 1572 a partir de apontamentos tomados entre cerca de 1565 e 1570. Por outro lado, como também já fi-cou claro, a versão definitiva da **História ...** deste autor — produto da refusão e ampliação dos seus dois **Tratados ...** — foi publicada em 1576, em data posterior a quatro de fevereiro, ou seja, no mesmo ano daquela nomeação exarada em 29 de agosto.

Paralelamente, é preciso assinalar aqui que, mesmo sem opor dúvida a respeito da vinda do autor daquela **História ...** ao Brasil, não existem sequer provas definitivas de que o gramático e cronista lusitano Pero de Magalhães de Gândavo é o mesmo Pero de Magalhães que recebeu aquela nomeação, embora isto seja bastante plausível. Mesmo que estejamos falando da mesma pessoa também não se pode afirmar com certeza que Pero de Magalhães de Gândavo chegou a tomar posse do ofício para o qual teria sido nomeado e isto, pelas mais variadas razões, não era incomum naquele tempo. O fato é que até agora não consegui localizar qualquer documento coevo que confirmasse aquele Pero de Magalhães no exercício do cargo de Provedor da Fazenda Real na Cidade do Salvador. A propósito, foi exatamente por não encontrar qualquer notícia sobre Pero de Magalhães ou Pero de Magalhães de Gândavo exercendo o mencionado ofício na Cidade do Salvador que Pedro Calmon Moniz de Bittencourt inferiu em 1939 que o autor lusitano em tela nunca veio ao Brasil, no que muito se enganou, como será mansamente demonstrado dentro em pouco.

Já no que diz respeito à ascendência flamenga daquele autor minhoto e bracarense de nascimento, o abade Diogo Barbosa Machado afirmou em 1752, muito mais por ilação do que por comprovação, que Pero de Magalhães de Gândavo era “filho de Pay Flamengo, como denota o feu fegundo apellido” (43). O virtualmente óbvio aí é que o “feu fegundo apellido” denota apenas uma ascendência flamenga, não necessariamente a condição de “filho de Pay Flamengo”. Ademais, essa sua suposta ascendência flamenga em primeira geração dá margem a uma questão intrigante se se pretende aceitar a superposição da sua identidade com a daquele Pero de Magalhães, Moço da Câmara d’El-Rei, nomeado em 29 de agosto de 1576 para o cargo de Provedor da Fazenda Real na Cidade do Salvador. É que embora as **ORDENAÇÕES MANUELINAS**, vigentes àquela altura, não fossem muito explícitas neste particular, as **ORDENAÇÕES FILIPINAS**, que sem grandes modificações as sucederam a partir de 1603, fariam de Pero de Magalhães de Gândavo um estrangeiro do ponto de vista legal, ou seja, um não natural do Reino de Portugal e seus Senhorios, mesmo tendo ele nascido na Cidade de Braga (Portugal) e mesmo que a sua mãe fosse natural daquele Reino, já que seu pai seria necessariamente tido como não natural dele (44). Dessa maneira, caso o conceito legal de natural do Reino de Portugal e seus Senhorios, que se vê nas **ORDENAÇÕES FILIPINAS**, já vigorasse na época de Gândavo, o que não é improvável, então teríamos que procurar uma explicação para o fato de ele, na condição de estrangeiro, ter sido nomeado para aquele (importante) ofício da administração fazendária colonial, bem como para o fato de ele ter recebido antes aquele galardão nobiliárquico de Moço da Câmara d’El-Rei.

Por outro lado, essa situação intrigante deixaria de existir se porventura Pero de Magalhães de Gândavo fosse filho de pai natural do Reino de Portugal e seus Senhorios, mesmo que seu avô paterno fosse não natural dele. Esta elocubração teórica não é de todo descabida, já

que aquela informação sobre a condição de “*Flamengo*” atribuída ao pai de Gândavo, fornecida em letra de forma no ano de 1752 pelo abade Diogo Barbosa Machado, foi por este colhida sem haver a específica expressão “*filho de Pay Flamengo*” mas sim “*filho de um estrangeiro*”, contida na inédita **Bibliotheca Lusitana: Autores Portuguezes. I.ª Parte. Offerecida por João Franco Barreto seu Autor natural da Cidade de Lx.**^a [Lisboa] **Autor da Eneida Portuguesa**, o qual viveu entre 1600 e cerca de 1674, portanto, em época bem mais próxima da de Gândavo. Destarte, diante da ascendência estrangeira de Gândavo, não é fácil clarificar este detalhe da sua biografia. Pode-se entretanto dizer que, se acaso a ascendência indubitavelmente flamenga de Gândavo correspondesse à segunda geração anterior à sua, muita cousa se desanuviaria, máxime presumindo sua identidade superposta à daquele já aludido Pero de Magalhães, tendo-se em vista que, de acordo com um precioso acervo de manuscritos coligidos por Virgínia Rau & Maria Fernanda Gomes da Silva, o citado João Franco Barreto afirmou: “*Pedro de Magalhães [de] Gândavo, natural de Braga e filho de um estrangeiro, fora moço da câmara del-rei, grande humanista*” (45).

De todo modo continua bastante plausível a possibilidade da superposição de identidades entre Pero de Magalhães de Gândavo e aquele Pero de Magalhães, Moço da Câmara d’El-Rei que foi nomeado para o ofício de Provedor da Fazenda Real na Cidade do Salvador. Incidentalmente, acerca dessa específica nomeação equivocou-se o ilustre historiador José Honório Rodrigues ao indicá-la como referente ao cargo de “*provedor-mor*” (46). Este equívoco corresponderia a se confundir o cargo de Secretário da Fazenda (ou das Finanças) do Distrito Federal (Brasília) com o cargo de Ministro da Fazenda do Brasil.

Dentre os autores mais recentes que trataram daquele gramático lusitano em análise, o Prof. Emmanuel Pereira Filho e posteriormente José Honório Rodrigues — baseados nos mesmos autores há pouco citados, os quais deram informações sobre Gândavo, oriundas daquela fonte

inédita de João Franco Barreto, fonte esta bastante consultada pelo abade Diogo Barbosa Machado — registraram uma notícia, segundo a qual Gândavo havia redigido a sua **História ...** “*como testemunha de vista*” (47, 48). Quanto a esta notícia, Emmanuel Pereira Filho a teve como fidedigna e acatou a argumentação de Helio Vianna neste sentido, aditando outras que endossam a estada de Gândavo no Brasil. Por sua vez, José Honório Rodrigues revelou idêntica convicção invocando também, ao lado da opinião concordante de outros autores, aquela mencionada argumentação de Helio Vianna. O mesmo José Honório Rodrigues, entretanto, ao comentar em Gândavo aquela condição de “*testemunha de vista*” registrada pelo supracitado abade da Igreja de Santo Adrião de Sever, afirmou que para assinalá-la “[o abade Diogo] *Barbosa Machado* [na sua **BIBLIOTHECA LUSITANA ...**] *repetiu João Franco Barreto e Inocêncio Francisco da Silva* [no seu **DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ ... repetiu**] *a* [mesma informação colhida em Diogo] *Barbosa* [Machado]” (49).

Na verdade o abade Diogo Barbosa Machado escreveu àquela altura que Pero Magalhães de Gândavo “*Affitio alguns annos no Brazil, onde obfervou com judiciofa curiosidade tudo quanto era digno de memoria*” (50), todavia, pelo menos no que tange àquele bibliógrafo português do Século XVIII, não é nada fácil admitir mansamente a assertiva de José Honório Rodrigues que acabei de extrair. Ora, em princípio, o citado abade da Igreja de Santo Adrião de Sever não precisaria em absoluto recorrer àquela específica notícia existente na obra manuscrita de João Franco Barreto. Para Diogo Barbosa Machado saber que Pero de Magalhães de Gândavo residiu no Brasil e escreveu sua **História ...** como *testemunha de vista* bastaria que ele tivesse lido esse livro e existe evidência suficiente de que ele não somente o leu como também possuiu um exemplar, hoje pertencente à Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) (51). O fato é que na dedicatória desse livro (a D. Lionis Pereira) Gândavo escreveu: “*A qual* [**História ...**] *efpero que* [Vossa Mercê] *folgue de ver cõ atençaõ & receberma benignamente debaixo do feu emparo:*

afsi por fer [esta História ...] coufa noua [inédita, ainda não vista,] & [por] eu a efcreuer como teftemunha de vifta ...” (52). Ademais, Diogo Barbosa Machado em sua **BIBLIOTHECA LUSITANA** ... provou que neste particular laborou também independentemente daquilo que leu em João Franco Barreto em virtude de ter aí reproduzido *ipsis verbis* o longo título da **História** ... em tela, enquanto que este último autor foi muito pouco fiel ao mesmo título no seu manuscrito, segundo se percebe no correspondente fragmento de texto daquela obra de Virgínia Rau & Maria Fernanda Gomes da Silva, mencionada há pouco. Além disso, o abade Diogo Barbosa Machado, também de forma independente, reproduziu na **BIBLIOTHECA LUSITANA** ... os seis primeiros versos dos tercetos que Luís de Camões escreveu para a **História** ... de Gândavo:

*“Depois que Magalhaens teve tecida
A breve Hiftoria fua, que illuftraffe
A terra Santa Cruz pouco sabida:
Imaginando a quem a dedicaffe,
Ou com cujo favor defenderia
Seu livro de algum Zoilo, que ladraffe, &c.”*(53).

A vinda de Gândavo ao Brasil está hoje bem configurada, a menos que se possa provar que ele estava faltando à verdade de maneira irresponsável ao registrar seu conhecimento *de visu* desta terra, como bem lembrou Emmanuel Pereira Filho (54).

É, entretanto, possível seguir avanti nessa questão e dizer que no mais antigo texto preliminar da obra histórica de Gândavo, ou seja, o **TRACTADO DA provincia do Brafil** ..., mas precisamente, no oferecimento do texto à Rainha D. Catarina, o autor afirmou: *“Naõ me pareceo cousa fora de proposito (muito alta e’ Serenifsima Sñora) mas antes diuida e’ necefsaria offereçer a V[ossa]. A[lteza]. este summario da prouinça do Brafil, (cousa que ategora naõ empredeu pefsoa algũa) afsy por mostrar a’ obediência e’ obrigação de humil vafsallo, como tambem dar nouas particulares desta partes [do Brasil] a V[ossa]. A[lteza].*

onde por algũs annos me achei & colligi esta breue informação na verdade e a maior parte das cousas q̃ aqui escreuo vi, e expremetey.” (55). Esta é mais uma prova de que Pero de Magalhães de Gândavo realmente residiu no Brasil. Aliás, a parte mais essencial deste fragmento textual já havia sido registrada com a mesma finalidade por Manuel de Oliveira Lima em 1903 (56) e mais tarde foi repetida por Helio Vianna no ano de 1953 (57).

Adicionalmente, no manuscrito quinhentista do segundo texto preliminar da obra histórica de Gândavo, ou seja, o **TRACTADO DA TERRA DO BRASIL** ..., mais especificamente, no oferecimento do texto ao Príncipe D. Henrique, Cardeal Infante de Portugal (fól. 1v.), o autor escreveu: “... *e’ por esta razão me pareceo cousa mui necefsaria (muyto Alto & serenifsimo sñor) offereçer tambem este [sumário] a V[ossa]. A[lteza]. aquẽ se deuem Refirir os louuores & acreçentamento das terras q̃ nestes Reinos florecem: pois sempre defeiou tanto augmentallas & conseruar feus fubditos & vafsallos ã perpetua paz. Como eu isto entenda, e conheça quam aççeitos saõ os bõs seruiços a V[ossa]. A[lteza]. que ao Reino se fazem imaginei comigo que podia trazer destas partes [do Brasil o] com que defse testemunho de minha pura tençaõ: e achey’ que não se podia dũ fraco homẽ esperar maior serviço (ainda que tal não pareça) que lançar mão desta informação da terra do Brasil (cousa q̃ ategora não imprendeo pefsoa algũa) pera q̃ nestes Reinos se deuulge [divulgue] fua fertilidade ...*” (58). Esta é mais outra prova de que Pero de Magalhães de Gândavo esteve no Brasil.

Isto posto — diante daquela respeitável porém equivocada opinião de José Honório Rodrigues que vimos há pouco — creio que não será supérfluo arrolar aqui algumas das principais evidências textuais, segundo as quais Pero de Magalhães de Gândavo escreveu todos os textos da sua obra histórica quando já de volta ao Reino, após sua estada no Brasil, todavia, não custa insistir, antes daquele Alvará Régio de nomeação de Pero de Magalhães, datado de 29 de agosto de 1576, para o cargo

de Provedor da Fazenda Real na Cidade do Salvador. O que se verá a seguir independe do fato de esta homonímia corresponder à mesma pessoa — por mais plausível que isto possa parecer — e, neste caso, independe também do fato de Gândavo ter retornado ao Brasil em decorrência daquela nomeação ou até jamais ter voltado a esta terra.

Volvamos, portanto, nossa atenção inicialmente para os textos preliminares da sua obra histórica ou, noutras palavras, para os **Tratados ...**. Embora ambos sejam do mesmo ano de 1572 pinçarei aqui apenas o mais antigo deles, ou seja, o **TRACTADO DA prouinçia do Brazil ...**, somente publicado no ano de 1965 por Emmanuel Pereira Filho em edição comentada, contendo a reprodução fac-similar do apógrafo quinhentista do Museu Britânico (Biblioteca Sloaniana). Selecionei aí os seguintes exemplos bastante significativos:

1. “Os pannos q̃ nesta terra [do Brasil] se fazem saõ dalgodaõ. Todo [o] mais vay deste Reino.” (59);
2. “E afsy pouco a pouco enriqueçẽ ôs homẽs & viuem honrra-damẽte na terra [do Brasil] com mais descanso q̃ neste Reino, porq̃ os mesmos escrauos indios da terra buscaõ de comer para fy e para ôs snõrs, ...” (60);
3. “A terra [do Brasil] em sy hé lafsa e delleixada [desleixada], achaõ fe nella os homẽs pella primeira algũ tanto fracos e mingoados das forças q̃ pofsuẽ cá neste Reino por Respeito da quentura & dos mantimẽtos q̃ nella vsaõ.” (61);
4. “Outra Raiz há [no Brasil] dũa pranta que se chama Aypim [.] da qual fazem hũs bollos q̃ parecẽ pão fresco deste Reino ...” (62);
5. “Ha tambem [no Brasil] muitas galliñas de matto q̃ os indios

mattaõ com frechas, e' outras muitas aues mui gordas e fabrosas [saborosas] milhores q̃ perdizes deste Reino." (63);

6. "Excedem [os ananases do Brasil] no gosto a quantas frutas ha neste Reino, e fazem tanto por esta fruita que mandaõ pratar Roças delles como de cardais. A este nofso Reino trazem muitos ananázes em conserua." (64);
7. "Estes indios [do Brasil] naõ pofsũe nenlũa fazenda nẽ procuraõ acquirilla como os outros homẽs, sõmente cobiçaõ muito algũas cousas q̃ vaõ deste Reino — S[cilicet] — camifas, pellotes, ferramentas e outras cousas q̃ elles tem em muita estima e defeiaõ muito alcansar dos portugezes." (65);
8. "... & fe naõ foraõ estas formigas ouuera por ventura muitas vinhas no Brafil, ainda que lá faõ pouco neçefsarias porq̃ deste Reino vay tanto vinho q̃ fempre a terra delle está provida." (66);
9. "E porq̃ a fellicidade e augmento desta prouinçia cõfiste ẽ fer pouoada de m^{ta} [muita] gente não avia dauer [de haver] pefsoa pobre nestes Reinos q̃ naõ fofse viuer a estas partes [do Brasil] com fauor de fua Alteza, onde os homẽs viue todos abastados e fora das neçefsidades que cá [no Reino] padeçẽ." (67).

Utilizando agora excertos da **História ...** de Gândavo, impressa em 1576, continuarei a mesma linha de ilustrações que revelam que esse autor escreveu seus textos históricos no Reino, após sua estada no Brasil:

1. "... depois que o pao da tinta [pau-brasil] começou de vir a eftes Reinos." (68);

2. “Esta provincia [do Brasil] he á vista muy deliciosa & fresca em gram maneira ... onde permanece sempre a verdura com aquella temperança de primavera q̃ cá [no Reino] nos offerece Abril & Mayo.” (69);
3. “E isto causa nam aver la [no Brasil] frios ãe ruínas de inuerno que offendam ás fuas plantas, como cá [no Reino] offendem ás noffas.” (70);
4. “Outras muias [sic, leia-se muitas] pouoações ha por todas estas capitánias [do Brasil], alem destas de que tratey, onde refidem muitos Portuguefes: das quaes [eu] nam quis aqui fazer mançam, por nam fer meu intento dar noticia fenam daquellas mais afsinaladas, que fam as que tem officiaes de justiça, & jurdiçam [jurisdição] fobre fi como qualquer villa ou cidade destes Reinos.” (71);
5. “E agora ha ja [no Brasil] muitas [casas] fobradadas & de pedra & cal, e forradas como as [casas] deste Reino ...” (72);
6. “... & nenhum pobre [no Brasil] anda polas portas a mindigar como nestes Reinos.” (73);
7. “Primeiramete tratarei da planta & raiz de q̃ os moradores [do Brasil] fazem feus mantimentos q̃ lá comem em lugar do pão.” (74);
8. “Tambem ha [no Brasil] outra casta de Mandioca que tem diferente propriedade desta, a que por outro nome chamão Aipim, da qual fazem hus bolos em algumas ca-

pitánias, que parecem no fabor que excedem a pão fresco deste Reino.” (75);

9. “Sam tam fabrosos [os ananases do Brasil], que a juízo de todos, nam ha fuita nefte Reino q no gofto lhes faça ventagem [vantagem].” (76);
10. “Como efta prouincia [do Brasil] feja tam grande, & a mayor parte della inhabitada & chea de altifsimos aruoredos & efpeffos matos, nã he defpantar que aja nella muita diuerfidade de animaes, & bichos muy feros & venenosos: pois cá entre nós [no Reino], com fer a terra ja tam cultiuada & poffuida de tanta gente ...” (77);
11. “Ha muitos veados [em todas as Capitanias do Brasil], & muita foma de porcos de diuerfas caftas, conuem a faber, ha [porcos] montefes como os defta terra [, ou seja, como os deste Reino] ...” (78);
12. “Ha tambem coelhos [no Brasil] como os de cá da noffa patria [, ou seja, como os do Reino], de cujo parecer não differem cousa algũa.” (79);
13. “Finalmente que defta & de toda a mais caça de que a cima tratey, participam (como digo) todos os moradores, & matafe muita della á cufta de pouco trabalho em toda a parte que querem: porque nam ha la [no Brasil] impedimẽto de coutadas como neftes Reinos ...” (80);
14. “E afsi hũs como outros [, ou sejam, os sagüis louros e pardos], fam tam mimofos & delicados de fua natureza, que como os tiram da [própria] patria [, ou seja, do Brasil,] & os embarcam pera efte Reino. ...” (81);

15. “*Ha tãbem [no Brasil] pelo mato dentro cobras muy grãdes, & de muitas caftas, a q̃ os Indios dam diverfos nomes conforme a fuas propriedades. Huã ha na terra [do Brasil] tão disformes de grãdes, que engofe hũ veado, ou qualqr outro animal femelhãte, todo inteiro. E ifto nam he muito para espãtar, pois vemos q̃ nefta noffa patria [ou seja, no Reino,] ha oje em dia cobras bẽ pequenas q̃ engolem hũa lebre ou coelho da mesma maneira ...*” (82);
16. “*Os Açores [do Brasil] fam como os de cá [do Reino], ...*” (83);
17. “*Papagayos ha neftas partes [do Brasil] muitos de diuerfas caftas, & muy fermofos, como cá [no Reino] fe vẽ algũs por experiencia.*” (84);
18. “*Outras aues ha tambem neftas partes [do Brasil] cujo nome a todos cá [no Reino] he notorio ...*” (85) e
19. “*O pescoço [da ema] he muy comprido em extremo, & tem a cabeça nem mais ãe menos como de pata: fam pardas, brãças, & pretas, & variadas pelo corpo de hũas pennas mui fermofas que cá entre nós [no Reino] coftumão feruir nas gorras & chapeos de peffoas galantes ...*” (86).

Frente a este alentado rol de ilustrações — duas das quais, as de número 6 e 16, já haviam sido registradas antes (em grafia atualizada) por José Honório Rodrigues (87) — fica sobejamente comprovado que a obra histórica de Gândavo foi escrita no Reino, após sua estada no Brasil, permanência esta que, seguramente, antecedeu aquela nomeação de Pero de Magalhães, Moço da Câmara d’El-Rei, para o cargo de Provedor da Fazenda Real na Cidade do Salvador, datada de 29 de agosto de 1576 e não no dia 29 de abril como indicou Pedro Calmon Moniz de

Bittencourt (88) de maneira equivocada e, ao que tudo indica através deste último, também Helio Vianna assim procedeu (89). Aliás, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) possui cópia daquele documento de nomeação (Alvará Régio), oriundo do Conselho Ultramarino (Registos, tomo I, fól. 68, fól. 68v.), do qual Rodolpho Augusto de Amorim Garcia deve ter se valido para transcrevê-lo (90), entretanto, aí seu texto não se mostra integral. Além disto, por sua vez, a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) publicou em 1957 o verbete referente àquele Alvará Régio entre as fichas então enviadas pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), compondo um inventário de documentos relativos ao Brasil, no caso, procedentes da Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (91). Ainda sobre este assunto, equivocou-se o ilustre historiador potiguar Rodolpho Augusto de Amorim Garcia quando, ao transcrever o texto (não integral) daquele Alvará Régio datado de 29 de agosto de 1576, o atribuiu ao Rei D. João III de Portugal, o qual já era falecido desde 11 de julho de 1557, vítima de “*ataque apoplético*” (92). Naquele ano de 1576 era D. Sebastião quem reinava em Portugal, o qual havia recebido o poder do Regente de Portugal, seu tio-avô, D. Henrique, Cardeal Infante, no dia 20 de janeiro de 1568, data em que o jovem monarca, cognominado “O Desejado”, completou 14 anos de idade (93).

Diante do já exposto, reproduzirei a seguir, com base na versão extratada por Emmanuel Pereira Filho — bem mais fiel que a publicada antes por Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, apesar de seguramente ainda incompleta — o texto daquele Alvará Régio, datado de 29 de agosto de 1576, nomeando Pero de Magalhães, Moço da Câmara d’El-Rei D. Sebastião (, o qual bem pode ser o mesmo Pero de Magalhães de Gândavo aqui em análise,) para o cargo de Provedor da Fazenda Real na Cidade do Salvador, Capitania da Bahia, cargo este que, como já vimos, não deve ser confundido com o de Provedor-Mor da Fazenda Real:

*“Eu el Rey faço saber aos que este aluara uirem que auendo
eu rrespeito a Pero de magalhães meu moço da camara*

serujr na torre do Tombo em trelladar alguuns Liuros e papeis de meu seruiço e por confiar delle que no que o em-carregar me seruyraa bem e fielmente ey por bem por lhe fazer merçe que elle sjrua de prouedor da minha fazenda na Cappitania da çidade de saluador da bahya de todos os sanctos nas partes do brasil por tempo de seis annos não temdo primeiro prouydo a pessoa que tem o dito cargo per minha prouisão ou não mandando eu no dito tempo o contrario o qual cargo seruira a conforme ao Regimento dos prouedores da dita cappitania e auera com elle de ordenado em cada huum Anno trimta mil reis Pello que mando ao gouernador das ditas partes e ao prouedor moor dellas que lhe dem a posse do Dito cargo e lho deixem seuir (sic) e auer o dito mantimento [...] o qual lhe pagaraa o almoxarifado Da dita capitania e com seu conhecimento e o trellado deste que seraa Registado no liuro de sua despesa pelo escriuão de seu cargo lhe seraa leuado em despesa o que lhe pella dita maneira pagar E elle jurara em minha cancelarja que serujraa bem e uerdadeiramente guardando a mjm meu Seruiço e as partes seu direito E este [alvará] ualleraa como [se fora] carta [patente] posto que o esprito delle aja de durar majs de huum Anno sem embargo da ordenação [Fundo-me em bases tipológicas documentais e entendo que aí o texto está incompleto pois, segundo a praxe, nestes casos ele deve ser continuado neste ponto com a seguinte expressão: “do Reino no Segundo Livro, Título XX, que diz que as cousas cujo efecto aja de durar mais de huū anno non fe façam por Aluaraes, mas todas fe façam por Cartas Patentes” (94).] Jeronimo de Sequeira o fez em Lisboa a vinte e noue de Agosto de mil quinhentos setenta e seis Gaspar Rebello o fez escreuer” (95).

Da mesma maneira que Pedro Calmon Moniz de Bittencourt já

havia assinalado antes, também não consegui localizar qualquer documento que mostrasse aquele Pero de Magalhães, Moço da Câmara d'El-Rei, no exercício do cargo atrás indicado, todavia, como também já afirmei antes, não era invulgar naquela época que uma pessoa residente no Reino, sendo nomeada para ofício administrativo nas colônias ultramarinas, jamais viesse a tomar posse do mesmo pelas mais diversas razões. Ademais, como igualmente já ficou registrado anteriormente, nem ao menos se tem certeza de que aquele Pero de Magalhães do Alvará Régio em discussão seja o mesmo Pero de Magalhães de Gândavo de quem estamos tratando, embora isto não chegue a ser improvável. A propósito, Emmanuel Pereira Filho que aceitou esta superposição de identidades, opinião corroborada logo a seguir por Luís de Matos (96), apontou ainda seis outros documentos do Século XVI, datados desde 1533 até 1582, todos eles referentes a alguém também chamado Pero de Magalhães, *“de cujo exame, por mais leve que seja, fica logo patente não tratarem de uma só pessoa”* (97), diante do que recomendou prudência. Percebe-se aí, mais uma vez, quanta matéria precisaria ainda ser investigada a respeito de Gândavo.

E por falar no último apelido desse gramático lusitano do Século XVI, até a sua própria pronúncia tem constituído assunto de estudos e pesquisas já que ela andou distorcida durante bastante tempo, pelo menos desde quando, no início do Século XIX, esse autor foi, por assim dizer, arrancado do limbo em que se encontrava.

Se bem que a pronúncia do seu último nome tenha sido restituída à sua autenticidade fonética, nem ao menos são uníssonas as argumentações aventadas pelos adeptos dessa específica restituição prosódica e neste particular creio que cabem aqui algumas considerações adicionais.

Sobre a questão prosódica do nome de Gândavo um dos fatos mais curiosos é que ele vinha sendo pronunciado de maneira equivocada

— pelo menos nos tempos mais modernos, ou seja, desde quando este autor saiu do olvido a que fôra injustamente condenado — a partir da terceira década do Século XIX até a quinta década do Século XX.

Efetivamente, há mais de meio século, em meados dos anos quarenta do Século XX, surgiu um alerta através de uma erudita opinião, segundo a qual o nome Gandavo (, que até então se escrevia sem qualquer acento gráfico,) deveria ter a primeira sílaba tônica e não a segunda, como era o uso generalizado naquele tempo. A partir desse alerta e mercê de outras contribuições no mesmo sentido a restituição prosódica daquele nome tem sido ponto pacífico, porém, como já antecipei, cabem ainda algumas reflexões a este respeito, mesmo porque nem todos os que admitiram a escoreita inflexão fonética para o nome Gândavo o fizeram pelas mesmas razões.

Retrocedamos, pois, no tempo, ao ano de 1924 quando João Capistrano Honório de Abreu redigiu a “INTRODUÇÃO” à primeira edição brasileira — um conjunto de dois escritos de Gândavo em publicação independente — da sua obra histórica, patrocinada pela Academia Brasileira de Letras (ABL). Na época aquele mestre das letras históricas do Brasil, que já escrevia há muitos anos sobre o autor lusitano em epígrafe (98), assinalou com boa observação que o apelido Gandavo (, então grafado sem sinal diacrítico e então pronunciado como paroxítono,) revelava a ascendência flamenga do gramático e cronista Pero de Magalhães: “*Gandavo corresponde a Gantois, morador ou filho de Gand.*” (99). Este apelido Gandavo, portanto, relaciona-se ao topônimo Gand (português moderno) ou Gant (francês) ou Gante (espanhol) ou Gent (flamengo) ou Ghent (inglês). De todo modo, Capistrano de Abreu não se prendeu ali à questão da prosódia do último apelido daquele minhoto, bracarense de nascimento, porém com ascendência flamenga.

Vinte e dois anos mais tarde, no ano de 1946, foi publicado em um conceituado periódico editado na Cidade de Coimbra um artigo origi-

nal (, datado de setembro de 1943 em Figueira da Foz,) da autoria de Joaquim da Silveira, no qual este autor defendia pela primeira vez que se deve marcar de esdrúxulo o vocábulo Gândavo (100), opinião esta generalizadamente aceita hoje. Seu parecer ali exarado pode ser sintetizado da seguinte maneira:

- a) “*Em primeiro lugar, embora o célebre bibliógrafo NICO-LAU ANTÓNIO, que viveu um pouco depois do nosso GÂN-DAVO, tenha registrado o apelido dêste sem qualquer sinal diacrítico no texto da sua **Bibliotheca Hispana** ..., tomo II, pág. 168, (Roma, 1696), é certo que, na parte final dêsse mesmo tomo, quer no Index cognominum, p. 391, quer no Index patiarum, pág. 458, quer ainda no Index ultimus materiarum — Historica, p. 629, o acentua expressamente e sempre Gândavo (Petrus de Magallanes ou de Magalhães), como acentua igualmente Gândara, Gálvez, etc. Êste uso proposital e insólito, em obra latina, de um acento não conhecido em latim, e a sua repetição 3 vezes, pelo menos, manifesta o empenho do autor em evitar silabadas, e denuncia claramente que NICOLAU ANTÓNIO estava bem ciente do que fazia marcando de esdrúxulo aquêlê vocábulo.*”;
- b) “*Em segundo lugar, o topônimo latino Gandāvum, base do apelido, tinha, segundo os latinistas, a segunda sílaba breve, e portanto o acento tônico recaía sobre a primeira, o que de resto é corroborado até pela forma curta medieval Ganta, que não pode ter outra acentuação, e pelas modernas Gent e Gand, que lhe sucederam, citadas na nota anterior.*” (101).

Em 1961 o distinto filólogo brasileiro Emmanuel Pereira Filho em erudito trabalho colimando a análise de ambas as versões do **Trata-**

do ... de Gândavo — que podem ser chamadas de as formas precursoras da sua **História** ... — filiava-se à prosódia proposta por Joaquim da Silveira para o último apelido daquele gramático lusitano quinhentista, entretanto, resistia em conferir à argumentação do seu proponente a solidez necessária para que ele próprio se convencesse, isto porque considerava que o mais ponderável apoio invocado por aquele outro era o exemplo da acentuação insólita utilizada por Nicolas Antonio ao grafar o nome “Gândavo” (Vide acima o item a).

Assim sendo, Emmanuel Pereira Filho preferiu encaminhar sua adesão àquela prosódia defendida por Joaquim da Silveira por meio de uma outra trilha de raciocínio, antes contestando o argumento invocado por este último através daquele exemplo colhido em Nicolas Antonio. Vejamos como Emmanuel Pereira Filho expressou literalmente essa contestação:

“*Êste argumento [Refere-se aí o autor à acentuação inusitada “Gândavo”, adotada por Nicolas Antonio], porém, ainda que ponderável, não nos parece dos mais sólidos. Na [sic] **Epitome de la Biblioteca Oriental e occidental** de Antonio [Rodríguez] de León Pinelo, que é de 1629, embora à pág. 92 apareça o nome do historiador [e gramático lusitano] grafado simplesmente Pedro de Magalhães de Gandavo (sem acento algum), encontramos todavia, no Catalogo de los autores, comentadores y tradutores, que se contienen en este Epitome (espécie de índice introdutório que abre o livro) grafado Pedro de Magalhães Gandávo (sic), com aquêl inusitado acento no segundo a que parece querer marcar propositadamente uma prosódia grave.*” (102).

Com o que vimos até aqui pode-se dizer que ambos os argumentos atrás apontados — um tomado de Nicolas Antonio e o outro colhido

em Antonio Rodriguez de León Pinello — são qualitativamente análogos, seja na sua ponderabilidade, seja na sua solidez. Noutras palavras, aqueles dois argumentos não constituem embasamento suficiente e cabal nem para o propósito de Joaquim da Silveira que apresentou dois arrazoados básicos neste sentido, nem para o de Emmanuel Pereira Filho que também apresentou dois outros, sendo um para se contrapor, em parte, à opinião do seu antecessor e outro que veremos logo a seguir. Servem ambos como indícios razoavelmente ponderáveis do objetivo que ambos perseguiram. De qualquer forma, ao que parece, o argumento mais valioso apresentado por Joaquim da Silveira não é o contestado por Emmanuel Pereira Filho, mas sim o da correlação entre a prosódia toponímica de origem latina e a prosódia antroponímica portuguesa dela derivada e contida no último apelido daquele gramático quinhentista Pero de Magalhães.

O fundamental é que Emmanuel Pereira Filho também aceitou a pronúncia marcada como esdrúxula para o nome *Gândavo* (, como se escrevia na época), valendo-se entretanto de outro arrazoado, por sua vez, como veremos, igualmente ponderável porém da mesma forma carecido daquela solidez por ele reclamada em Joaquim da Silveira. Assim é que este ilustre filólogo carioca — falecido a 31 de janeiro de 1968 com apenas 43 anos de idade, ainda em plena ascensão da sua já conceituada erudição (103) — considerando que, já no dizer do abade Diogo Barbosa Machado, o nosso Pero de Magalhães “*Foy insigne Humanista e excellente Latino ...*” e disto deu mostras quando publicou em 1574 uma obra gramatical onde revelava bom conhecimento do latim, bem como uma manifesta admiração pelos humanistas latinizantes, destaca-damente André de Resende (104), sendo ele próprio também um pre-conizador dessas idéias, “*o mais provável, portanto, seria que Gândavo adotasse para o seu nome uma pronúncia alatinada, isto é, esdrúxula*” (105).

É justamente nesta última conclusão de Emmanuel Pereira Filho que parece residir a vulnerabilidade do argumento do eminente filólogo e

grande camonista, em que pese a correção das suas premissas. O ocorrido até poderia ter sido assim mas não precisaria absolutamente ter acontecido dessa maneira. Eu até diria que seria bem mais provável e bem mais natural ter acontecido de outro modo.

Assim é que, ao Emmanuel Pereira Filho propor que Pero de Magalhães teria adotado para o seu apelido Gandavo (, também grafado na sua época sem acento,) uma pronúncia alatinada, isto é, esdrúxula, em virtude de ser ele um latinista e admirador das idéias humanistas latinizantes, aquele filólogo deixou, por exemplo, subentendido que:

- a) a pronúncia alatinada ou esdrúxula para o nome Gandavo não devia ser de uso corrente ou, por outra, este nome não seria naturalmente assim proferido no linguajar português do Século XVI;
- b) não fôra a condição de latinista em Pero de Magalhães e ele (ou qualquer português da sua época, não familiarizado com o latim,) usaria para o vocábulo Gandavo uma prosódia grave, e
- c) a adoção da pronúncia alatinada ou esdrúxula para o seu apelido Gandavo teria sido uma opção relativamente tardia por parte de Pero de Magalhães, ou seja, isto teria acontecido somente quando ele se tornou versado no latim.

Em suma, para Emmanuel Pereira Filho o vocábulo Gandavo no Portugal do Século XVI só teria tido uma pronúncia esdrúxula na voz do próprio Pero de Magalhães ou na de alguém mais que, da mesma forma que ele, fosse versado no latim, ou ainda na de quem estivesse aprendendo com os latinistas a língua-mãe já morta àquela altura. Reciprocamente, vale dizer que àquela época a população de língua portuguesa em

geral e, mais especificamente, o enorme contingente não iniciado no latim, dentre os membros dessa população, daria naturalmente ao vocábulo Gandavo uma prosódia grave.

Para aceitar tudo isto como verdadeiro seria preciso antes provar:

- a) o nome Gandavo, designando aquela cidade flamenga, não mais existia na língua portuguesa ao longo da segunda metade do Século XVI, o que implicaria em evidente contra-senso, uma vez que aquele Pero de Magalhães usava o nome Gandavo — reduzido posteriormente para Gand (português) e na realidade um topônimo convertido em antropônimo, como soía acontecer em tantos casos assemelhados — justamente como indicativo da procedência dos seus ascendentes, por certo para evitar confusão de identidades em virtude de o nome de família Magalhães ser bastante comum em Portugal e, mais ainda o prenome Pero;
- b) mesmo mantendo-se em uso corrente no português do Século XVI, o que parece evidente, o topônimo Gandavo, ao invés de apresentar na sua prosódia uma natural e coerente tonicidade esdrúxula, teria então uma suposta e estranha pronúncia paroxítona ou, por outra via, este vocábulo constituiria uma exceção a uma das leis fonéticas da língua portuguesa, qual seja, a lei da persistência da sílaba tônica (106), e por fim,
- c) o topônimo Gandavo (, assim como o antropônimo Gandavo, dele decorrente), em função de alguma hipótese muito bizarra, jamais teria tido uma prosódia originada na primitiva expressão latina (Castrum) Gandavum.

Obviamente, este último item, de todo inaceitável, foi aí registra-

Obviamente, este último item, de todo inaceitável, foi aí registra do apenas para tentar esgotar as alternativas teóricas mas, de qualquer forma, o que ele encerra não é muito mais inviável do que o contido nos dois itens anteriores. Há ainda algumas outras reflexões sobre essa matéria que sugerem que continuemos um pouco mais nessa rota.

Em primeiro lugar é preciso levar em conta que no Portugal do Século XVI, pelo menos no que diz respeito às pessoas letradas, a língua morta latina estava bem mais presente ao já viril idioma português do que está nos dias atuais. Basta que atentemos para o não raro uso de palavras e expressões latinas em obras escritas no idioma português dos Séculos XVI e XVII, tanto por autores religiosos (107) quanto por autores leigos (108) e, entre estes, pelo próprio Gândavo, embora menos do que se esperaria de um renomado latinista (109).

Incidentalmente, no que concerne a antropônimos, vale a pena tangenciar um pouco a mesma questão aqui abordada e dizer que a própria **História ...** de Pero de Magalhães de Gândavo contém um exemplo de rara oportunidade neste particular. Diz respeito àquele nobre português a quem ele dirigiu e dedicou o seu livro, D. Lionis Pereira, cujo pre-nome foi assim grafado, sem qualquer sinal diacrítico. Tenho visto diversas vezes este pre-nome, hoje em desuso, ser pronunciado (, sempre relacionado àquele personagem enaltecido no livro de Gândavo,) como se tivesse sua última sílaba acentuada. Pois bem, configura-se realmente muito improvável imaginar-se que o pre-nome daquele antigo Governador de Malaca e mais partes do Sul na Índia fosse no seu tempo generalizadamente pronunciado com a tonicidade no segundo i — excetuando-se apenas as pessoas versadas no latim — e não no o, como de fato devia ser então e como deve ser hoje pronunciado. Na verdade, a pronúncia correta daquele peculiar antropônimo — Liônis (ou Leônís, como seria hoje grafado no Brasil) ou ainda Liónis (ou Leónis no Portugal dos dias atuais) — estaria em sua época na dependência tão somente do seu uso corrente. Isto, por certo, independeria do fato de alguém naquele tempo

saber ou não que o vocábulo Lionis provém diretamente de leo - leonis (, nome comum latino, tornado nome próprio de pessoa, da terceira declinação, imparissilábico), significando leão em português, palavra que no tempo de Gândavo costumeiramente se grafava lião. Tanto é assim que vem bem a calhar aqui a transcrição da parte final do soneto com que Luís de Camões brindou a **História ...** de Gândavo, reportando-se à heróica vitória que D. Lionis Pereira conseguiu contra o rei de Achem e Malaca:

*“Mas hum forte Lião com pouca gente,
A multidam tam fera como necia,
Diftruindo caftiga, & torna fraca.*

*Pois ô Nimphas cantay que claramente
Mais do que fez Leonidas em Grecia
O nobre Lionis fez em Malaca.” (110).*

Não é, portanto, em absoluto, despropositado aceitar que ao tempo de Gandavo o nome Lionis — atualmente em desuso e que de modo análogo grafava-se, em geral, sem qualquer acento gráfico — tinha a natural tonicidade sobre o o quando pronunciado por qualquer pessoa de língua portuguesa, fosse ela versada ou não no idioma latino, desde que o nome Lionis estivesse em uso corrente naquele tempo, como assim deve ter sido. Também não há razão para se entender de modo diferente com relação ao nome Gandavo, igualmente extinto no linguajar português hodierno, tanto como nome de pessoa, quanto como nome de lugar (, que veio a ser encurtado para Gand).

Dessa maneira, quer nos parecer bem mais razoável que, tendo passado tanto tempo desde aquela época bastante remota — ao longo dos quais o vocábulo Gandavo foi caindo em desuso, seja como nome de lugar, seja como nome de pessoa — sua memória fonética (de raiz latina) resultou daí apagada no linguajar português. Permaneceu assim apagada até que, muitos e muitos anos mais tarde, já no Século XIX,

reencetando-se a atenção para aquele antropônimo, Gandavo, assim grafado, indicativo do seu mais ilustre representante, foi-lhe então atribuída, por compreensível tendência, uma prosódia paroxítona e não esdrúxula. E deste modo soou o nome Gandavo durante mais de um século.

Dirijo agora um pouco da minha atenção para um arrazoado paralelo, relativo a topônimos da Península Ibérica, cujo uso continuado manteve viva sua raiz fonética latina, independentemente do conhecimento dessa origem. É sabido, por exemplo, que à época do nascimento de Gândavo, em data ignorada mas por volta do final da primeira metade do Século XVI, sua terra natal, a primitiva Brac̃ara Augusta (111), há muito tempo já se denominava Braga e jamais existiu controvérsia quanto à correta pronúncia deste nome nem tampouco jamais vi alguém, iniciado ou não no latim, dizer “Bragá”. Diga-se o mesmo no tocante à antiga Augusta Emerita que se transformou em “Merida”, com pronúncia esdrúxula, hoje grafada Mérida.

Abro espaço aqui para uma breve digressão correlata mas oportuna. Ela revela que no tempo de Gândavo, na altura da segunda metade do Século XVI — época em que os topônimos de origem latina em países europeus de idiomas novilatinos como Portugal e Espanha, já haviam se transformado há muito tempo, de acordo com a natural evolução de seus respectivos idiomas, como ficou atrás exemplificado — pode-se observar topônimos latinos ainda inalterados, remanescentes lingüísticos da rota de expansão do Império Romano, mesmo em países que se conservaram fora do domínio das línguas novilatinas, como a atual Alemanha. Comprove-se tais situações.

No ocaso do Século XVI ainda existia na região da Baviera ilustração cristalina da presença do latim em seus topônimos que se mantinham intactos e de uso corrente até quando mencionados no idioma português. Um desses casos pode ser verificado na denúncia do colono do Brasil Sibaldo Lins (Sebbald Linz) a 12 de agosto de 1595 na vila de

Olinda, Capitania de Pernambuco, perante a Mesa do Santo Ofício, durante a primeira visitação da Inquisição a estas plagas, oportunidade em que esse denunciante

“Dixe seer alemão [,] natural da Augusta fintilicorum (vindelicorum) do Imperio da alta Alemanha ...” (112).

Essa Augusta vindelicorum nada mais era do que a atual Augsburg (Cidade de Augusto) na Baviera, cujo nome latino original ainda estava sendo usado no quase alvorecer do Século XVII. Não seria, portanto, de estranhar que no último quartel do Século XVI o topônimo Gandavo, Capital da Flandres, fosse então vigente e de uso corrente em língua portuguesa, representando uma versão evolutiva intermediária neste idioma, a partir da forma latina original Gandāvum. Ainda assim, não há razão para acreditarmos que o topônimo Gandavo tivesse no linguajar português Século XVI uma tonicidade paroxítone nem tampouco o antropônimo Gandavo. Mesmo que àquela altura o topônimo Gandavo estivesse já em desuso (, o que parece muito improvável,) bastaria que o correspondente antropônimo permanecesse em uso para assegurar-lhe a pronúncia esdrúxula.

Parece-me, por conseguinte, um tanto artificial aceitar que em determinado dia, a certa altura da sua familiarização com o idioma latino, o nosso Pero de Magalhães tenha dito ou pensado algo assim: “*A maioria das pessoas, incluindo eu próprio, tem pronunciado meu último apelido de forma equivocada e a partir de agora eu vou dizer Gândavo e não Gandavo*”.

Enfim, o que quero dizer, e já foi antecipado, é que o último apelido no nome Pero de Magalhães de Gandavo sugere fortemente que na época em que ele viveu dava-se em português o nome Gandavo (com pronúncia esdrúxula) à cidade flamenga de onde seus ascendentes pater-nos provinham; daí esta específica designação. Foi a partir de então que,

em observância à lei fonética do menor esforço (113), o primitivo topônimo (em português) Gandavo (, sempre pronunciado Gândavo.) veio a se transformar no moderno Gand. Aliás, Joaquim da Silveira chegou a registrar, baseado “no conceituado Calepinus Septem Linguarum, de J. FACCIOLATI, segundo a cuidada edição de Veneza de 1778, dirigida por J. B. GALLICCIOLLF”, a forma reduzida “Ganda” (114).

Com o passar do tempo o vocábulo Gandavo esvaiu-se no linguajar português tanto no sentido toponímico quanto no antroponímico. Neste último caso, por razões desconhecidas mas certamente lamentáveis, até entre os eruditos, as obras de Pero de Magalhães de Gândavo vieram a cair no esquecimento e somente no início do Século XIX começaram a ser exumadas do olvido a que a estavam condenadas. Paralelamente, por motivos menos difíceis de compreender, o apelido familiar Gândavo também se perdeu. Frente a isto não havia, destarte, motivo algum para que a original pronúncia esdrúxula deste nome se conservasse no idioma português. É bem mais provável que tenha sido assim que as obras de Pero de Magalhães de Gândavo e a pronúncia escorreita do seu último apelido se constituíram, respectivamente, em raridade bibliográfica e em raridade antroponímica até esse autor voltar à cena bibliográfica a partir de 1826 com a publicação em Lisboa do seu **Tratado da Terra do Brasil** ... Essa iniciativa, por um lado, foi o ponto de partida para o estudo sistematizado das obras daquele gramático quinhentista mas, por outro lado, trouxe à baila um complexo problema bibliográfico, historiográfico e filológico. Em decorrência daquela publicação no ano de 1826 e em virtude de então já haver se dissipado no tempo a pronúncia correta do antropônimo e do topônimo originais aí contidos, adotou-se uma prosódia equivocada para o nome Gandavo até que Joaquim da Silveira lhe restituiu a ortoépia.

Isto posto, pode-se inferir que é bem possível que Nicolau Antonio tivesse de fato pretendido marcar de esdrúxula a palavra “Gândavo”

ao escrever pelo menos três vezes esta grafia insólita numa obra redigida em idioma latino (1696).

Enfim, quero crer que as discussões em torno desse assunto jamais existiriam se por acaso o nome Gândavo (, a princípio pronunciado de forma esdrúxula.) tivesse se perpetuado no uso através das gerações sucessivas dos povos de língua portuguesa, mesmo sem qualquer sinal diacrítico e mesmo que esse nome não fosse de origem latina.

Neste último caso existe, entre outros, um bom exemplo que pode ser verificado no apelido de um lusitano contemporâneo de Gândavo, também ligado ao Brasil, o qual arribou em 1549 à Bahia na armada do Governador Geral Thomé de Souza, onde se fixou pelo resto da sua vida, dando início em Tatuapara, na mesma Capitania, a uma poderosa e duradoura oligarquia familiar com vastíssimas posses territoriais, conhecida como a Casa da Torre. Esse importante personagem da nossa Historia Colonial chamava-se Garcia dAvilla (115), depois grafado Garcia d'Avila (, ou seja, com ascendência na referida cidade espanhola), cujo último apelido, com pronúncia esdrúxula, não tinha originalmente sinal diacrítico no seu primeiro a e até se vê desta maneira, dependendo da regra ortográfica vigente. Trata-se, portanto, de um antropônimo evocativo de um topônimo existente na Espanha. Este nome, entretanto, mesmo que escrito sem aquele sinal gráfico, será sempre pronunciado como esdrúxulo (, exceto por pessoas virtualmente iletradas). A pronúncia esdrúxula deste específico topônimo e antropônimo, ainda que quando visto sem sinal diacrítico, não tem sido, em geral, causa de dúvida prosódica justamente porque seu uso se perpetuou tanto no linguajar das terras da Europa quanto cá no Brasil, onde aportou, enraizou-se e proliferou como antropônimo desde meados do Século XVI.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MACHADO, Abade DIOGO BARBOSA - **BIBLIOTHECA LUSITANA Hiftorica, Critica, e Cronologica. NA QUAL SE COMPREHENDE A NOTICIA DOS Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ defde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prefente. POR DIOGO BARBOSA MACHADO Ulyffiponenfe Abbade Refervatorio da Parochial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real.** TOMO III. LISBOA: Na Officina de IGNACIO RODRIGUES Anno M.D.CC.II [1752], p. 591. Com todas as licenças neceffarias.
2. OLIVEIRA, FERNÃO DE - **Grammatica da lingoagem portuguefa.** [Colofão:] **Acaboufe dempremir efta premeira anotação da lingua Portuguefa, por mandado do muy magnifico [magnífico] fenhor dom Fernando Dalmada, em Lixbõa, ã cafa d' Germão galharde a. xxvij [27]. dias do mes de Janeyro de mil & qñhêtos & trinta & feis annos de noffa falauação. Deo gratias. Todas [as] coufas tẽ feu tẽpo: & os oçiofos o perdẽ.** — Esta é a primeira gramática da língua portuguesa, de que se conhece hoje apenas um exemplar, pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal (RES., 274 V). Tanto quanto sei, esta *editio princeps* não existe no Brasil mas ao longo do tempo foram sendo lançadas algumas novas edições tanto em Portugal quanto no Brasil. Tenho notícia das seguintes: a) *Idem*. Segunda edição, conforme a de 1536, publicada por diligencia e trabalho do Visconde d' Azevedo [Francisco Lopes d' Azevedo Velho da Fonseca] e Tito de Noronha. Porto, Imprensa Portuguesa, 1871 [Contém fac-símile]; b) *Idem*. 3.ª edição feita de harmonia com a primeira. Direcção de Rodrigo de Sá Nogueira. Estudo e glossário de Anibal Ferreira Henriques. Lisboa, José Fernandes Júnior, 1946; c) *Idem*. [4.ª edição] com introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975; d) *Idem*. 2.ª edição

[sic, entenda-se 5.^a ed.] fac-similada [da *editio princeps*]. Nota Prévía [não assinada]. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988 [Possuo um exemplar]; e) *Idem*. [6.^a ed.] Organização de Amadeu Torres e Carlos Assunção. Prefácio de José V[?]. de Pina Martins. Lisboa, Academia das Ciências, 2000. — Para mais informações sobre esse autor e suas obras veja-se: a) Abade Diogo Barbosa Machado - **BIBLIOTHECA LUSITANA ...** [1.^a ed.] Lisboa, Na Officina de IGNACIO RODRIGUES, 1747, t. II, p. 47; b) António Joaquim Anselmo - **Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI por Antonio Joaquim Anselmo Bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa**. [2.^a ed. fac-similar da edição de 1926] Apresentação de Reinalda Catarino Afreixo. [Lisboa,] Sociedade Industrial Gráfica Telles da Silva, Lda., 1977, p. 173, n.º 607; c) Olmar Guterres da Silveira - **“Gramatica” de Fernão d’Oliveira**. Rio de Janeiro, s.e., 1954 [Tese de Concurso: Colégio Pedro II, Rio de Janeiro (Contém a reprodução do texto da *editio princeps* de 1536)]; d) Teresa Bernardino - **Fernão de Oliveira: 1.º gramático de Língua Portuguesa**. Lisboa, Gazeta de Poesia, 1994.

3. BARROS, JOÃO DE - **GRAMMATICA da lingua Portuguefa**. OLYSSIPONE. Apud Lodouicum Rotorigiũ Typographum [Através do Tipógrafo Luís Rodrigues]. M.D.XL [1540]. — Esta obra do grande João de Barros, cognominado o “Lívio Português” (da qual a Biblioteca Nacional [Rio de Janeiro] possui um exemplar e a Biblioteca Nacional [Lisboa] alberga outro [Possuo uma reprodução digitalizada]), embora seja por vezes tida como a segunda gramática da língua portuguesa, isto não é correto. João de Barros é de fato o autor da segunda gramática da língua portuguesa, todavia, com uma outra obra do mesmo gênero publicada no ano anterior (1539). Aliás, esta antecedência já havia sido assinalada pelo abade Diogo Barbosa Machado em 1747 ao informar que no prólogo daquela **GRAMMATICA ...** (1540) João de Barros escreveu “*Em a Cartinha paffada demos arte para os mininos facilmente aprenderem a ler ...*”, referindo-se dessa maneira a uma obra análoga anteriormente escrita por ele. O próprio abade Diogo Barbosa Machado já registrava então, daquele autor, uma **Cartinha para aprender a ler** (supondo ser este o seu título) publicada

em Lisboa no ano de 1539. Foi [Pedro Wenceslau] Brito Aranha, erudito continuador da magistral obra bibliográfica de Innocencio Francisco da Silva, quem constatou, cerca de um século depois, que o verdadeiro título daquela **Cartinha** ... extremamente valiosa, da qual a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) possui um exemplar (Tenho uma reprodução digitalizada), é o seguinte: **GRAMMATICA DA lingua portuguefa com os mandamentos da fanta mádre igreja**. [Colofão:] **A LOVVOR DE DEOS E DA GLORIOSA VIRGEM Maria, acábaffe a Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa mádre igreja, e cõ os misterios da miõa e reponforeos della, empremida em a muy nõbre e fempre leal cidade de Lisboa per autoridáde da fanta iniquiçam em cáfa de Luis rodriguez liureiro delrey nõõ fenhor, com priuilegio real aos. xx. de Dezembro de 1539. annos**, conf. in: Abade Diogo Barbosa Machado - **BIBLIOTHECA LUSITANA** ... [1.^a ed.] Lisboa, Na Officina de IGNACIO RODRIGUES, 1747, t. II, p. 607; conf. também in: Innocencio Francisco da Silva; [Pedro Wenceslau] Brito Aranha; [José Joaquim] Gomes de Brito & [António] Alvaro [Oliveira Toste] Neves - **Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva Applicaveis a Portugal e ao Brasil** [continuados e ampliados por (Pedro Wenceslau) Brito Aranha (do t. X ao t. XXI) em virtude de contrato celebrado com o Governo Português, e com um amplo estudo crítico acerca da obra monumental de Alexandre Herculano (de Carvalho e Araujo) por (José Joaquim) Gomes de Brito (t. XXI); revisto por (José Joaquim) Gomes de Brito e (António) Alvaro (Oliveira Toste) Neves (t. XXII)]. Lisboa, Na Imprensa Nacional, MDCCCLIX [1859], t. III, p. 480; conf. também in: *opus citatus*, MDCCCLXXXIII [1883], t. X, p. 189; conf. também in: António Joaquim Anselmo - **Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI por Antonio Joaquim Anselmo Bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa**. [2.^a ed. fac-similar da edição de 1926] Apresentação de Reinalda Catarino Afreixo. [Lisboa,] Sociedade Industrial Gráfica Telles da Silva, Lda., 1977, p. 294, n.º 1005: conf. também in: **Quinhentistas Portugueses da Biblioteca Nacional**. Apresentação de Maria Alice Barroso. Introdução de Cel-

so [Ferreira] da Cunha. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Aula Editora, 1989, p. 27 (Coleção Rodolfo Garcia, v. 21). — Nos últimos tempos aquelas duas gramáticas (1539 e 1540), em meio à vasta obra legada por João de Barros, tiveram novas edições, tanto independentes quanto de forma conjunta. Conheço as seguintes novas edições da sua primeira gramática (1539) de João de Barros: a) **Gramática da língua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1995 (Clássicos de ontem, hoje); b) *Idem*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro; Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996. Também tenho notícia de pelo menos uma nova edição da segunda gramática (1540) de João de Barros: a) **Gramática da língua portuguesa**. Organizada por José Pedro Machado. Lisboa, s.e., 1957. Por outro lado, também conheço reedição conjunta dessas duas gramáticas (1539 e 1540) de João de Barros, juntamente com outras obras suas: a) **Gramática da língua portuguesa, Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha**. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. — Para mais informações sobre esse autor e suas obras veja-se: a) António Alberto Banha de Andrade - **João de Barros: historiador do pensamento humanista português de Quinhentos**. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980; b) António Borges Coelho - **João de Barros: vida e obra**. [Lisboa,] Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997; c) Charles R[alph]. Boxer - **João de Barros: humanista português e historiador da Ásia**. Organização de Teotónio R[?], de Souza. S.l., Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático [CEPESA], 2002 (Estudos Clássicos de História e Ciências Sociais da Ásia, v. 1).

4. LEÃO, DUARTE NUNES DE - **ORTHOGRAPHIA DA LINGOA PORTVGUESA**. Obra vtill, & neceffaria, afsi pera bem

fcreeuer a lingoa Hefpanhol, como a Latina, & quaefer outras, que da Latina teem origem. *Item hum tractado dos pontos das claufulas.* Pelo Licenciado Duarte Nunez de Lião. EM LISBOA, Per João de Barreira impreffor delRei N[osso]. S[enhor]. M.D.LXXVI [1576]. — É a *editio princeps* desta obra quinhentista, a segunda no seu gênero, da qual a Biblioteca Nacional de Portugal possui um exemplar e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tem cinco exemplares (Possuo a reprodução digitalizada). Duarte Nunes de Leão, renomado filólogo do Século XVI, destacou-se na área da lingüística e da jurisprudência, bem como cronista e genealogista. Ainda na área da lingüística é de se destacar aqui o seu livro intitulado **ORIGEM DA LINGOA PORTVGVESA. PER DVARTE NVNEZ DE LIÃO, DESEMBARGADOR DASA DA SVPLICAC,ÃO NATVRAL DA INCLYTA CIDADE DE EVOrã: Dirigida a el Rei Dom Philippe o II. de Portugal noffo Senhor.** EM LISBOA: Impreffo por Pedro Crasbeeck. ANNO MDCVI [1606], *editio princeps* esta que a Biblioteca Nacional de Portugal possui um exemplar (Possuo a reprodução digitalizada). Conheço as duas seguintes novas edições desta última obra (que também foi mais de uma vez publicada juntamente com a anterior): a) *Idem*. Estudo preliminar e anotações de José Pedro Machado. Lisboa, s.e., 1945 (Coleção Cultura Literária, v. 3); b) *Idem*. Prefácio e compilação de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Clássica, 1975 (Coleção Clássicos Portugueses). Tenho notícia das seguintes edições conjuntas das duas obras anteriores: a) **Origem e Orthographia da Lingua Portuguesa.** Nova edição correcta e emendada. Lisboa, Typographia Rollandiana, 1784; b) *Idem*. Nova edição correcta e emendada conforme a de 1784. Lisboa, Typ. do Panorama, 1864; c) **Ortografia e Origem da Língua Portuguesa.** Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Para mais informações sobre esse autor e suas obras veja-se: a) Abade Diogo Barbosa Machado - **BIBLIOTHECA LUSITANA ...** [1.ª ed.] Lisboa Occidental, Na Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA Anno de M.D.CC.XXXXI [1741], t. I, p. 736-8; b) António Joaquim Anselmo - **Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI por Antonio Joaquim Anselmo** Bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa. [2.ª ed.

fac-similar da edição de 1926] Apresentação de Reinalda Catarino Afreixo. Lisboa, Sociedade Industrial Gráfica Telles da Silva, 1977, p. 61, n.º 225; c) **Quinhentistas Portugueses da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1989, p. 58 (Coleção Rodolfo Garcia, v. 21); d) Maria Isabel Correia - **Duarte Nunes de Leão, o filólogo: contibiuições para uma monografia**. Lisboa, Edição da Autora, 1941 [Tese de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa].

5. QUADROS, JÂNIO da Silva; ALVIM, ADILSON SIQUEIRA; FELÍCIO, DEOCLECIO NOVAES; MOURA, FÁBIO; TOLEDO, GABRIEL DE; CAMPOS, MARISA & BALBÃO, MÁRIO FERREIRA - **CURSO PRÁTICO DA LÍNGUA PORTUGUÊSA E SUA LITERATURA**. 1.ª ed. Prólogo dos Editôres. São Paulo, Editôra Formar Limitada, 1966, (6 v.) v. I, p. 91, alín. 28-9.
6. MACHADO, Abade DIOGO BARBOSA - **BIBLIOTHECA LUSITANA, Hiftorica, Critica, e Cronologica. NA QUAL SE COMPREHENDE A NOTICIA DOS Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzerao defde o tempo da proclamação da Ley da Graça até o tempo prefente. POR DIOGO BARBOSA MACHADO Ulyffiponenfe Abbade Refervatario da Parochial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real**. TOMO III. LISBOA: Na Officina de IGNACIO RODRIGUES Anno de M.DCCLII [1752], p. 591. Com todas as licenças necefarias.
7. Dentre os raros exemplares ainda existentes da **Hiftoria da prouinça fácta Cruz e qu' vulgarmête chamamos Brasil: feita por Pero de Magalhães de Gandauro**, publicada em 1576, alguns deles apresentam no verso do frontispício, não apenas duas mas três licenças ou aprovações, sendo a última delas a do Clero Ordinário. Aí se lê: "*Podefe imprimir esta obra por, nam fer prejudicial em coufa algũa, antes muy conueniente pera fe poder ler: ã Lisboa a 4. de Feuereiro de 1576. Christouão de Matos*".

8. No colofão dessa mesma obra se lê: “*Impresso em Lisboa na officina de Antonio Gonfalez. Anno de 1576.*”
9. FARIA (O.F.M. Cap.), Frei FRANCISCO LEITE DE - Nota Prévia, in: Pero de Magalhães de Gândavo - **HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ A QUE VULGARMENTE CHAMAMOS BRASIL**. Edição fac-similada [da 1.ª ed. de 1576]. Nota Prévia de [frei] Francisco Leite de Faria [O.F.M. Cap.]. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984 [, p. V, alín. 2-7].
10. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - Advertência, in: Pero de Magalhães de Gândavo - **AS “REGRAS DE ORTHOGRAPHIA” DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Advertência, introdução e notas pelo Professor Emmanuel Pereira Filho, in: REVISITA BRASILEIRA DE FILOLOGIA, n.º 6, 1961. Rio de Janeiro, 1961, p. 5 (III), alín. 46-8; p. 6 (IV), alín. 2-15.
11. Seguindo aqui as informações de Rubens Borba Alves de Moraes e de frei Francisco Leite de Faria, O.F.M. Cap., bem como mediante dados obtidos, via Internet, na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, arrolarei agora os exemplares bem conhecidos e devidamente catalogados da *editio princeps* da **Hiftoria ...** de Pero de Magalhães de Gândavo (1576), dos quais esta última Biblioteca possui dois exemplares:
 - a) o primeiro exemplar da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), havia pertencido ao abade Diogo Barbosa Machado, famoso bibliófilo e bibliógrafo português do Século XVIII. Faz parte hoje da Coleção Barbosa Machado dessa importante Biblioteca. Originalmente, o abade Diogo Barbosa Machado doou sua preciosa biblioteca particular à então denominada Real Biblioteca da Ajuda (Lisboa). Esse acervo foi trazido mais tarde pela Família Real para o Brasil em 1808, vindo a constituir o fundo da Biblioteca Pública (Rio de Janeiro), hoje Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). O exemplar em tela está mutilado. No verso do seu frontispício existem apenas duas licenças ou aprovações (, datadas de 10 de novembro de 1575), diferentemente de outros exemplares que possuem as três aprovações;

- b) o segundo exemplar da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) consta da Secção de Livros Raros (cofre 3, n.º 20). Ele constituía uma duplicata que havia pertencido à Biblioteca Huntington em San Marino, Califórnia, nos Estados Unidos. Em torno de 1920 esse exemplar foi vendido ao bibliófilo americano John B[atterson]. Stetson Jr., que o utilizou para a sua excelente reedição bilingüe de 1922 em dois volumes, num tiragem fora do mercado com apenas 250 exemplares. Em 1935 sua biblioteca foi leiloadada e aquele exemplar da editio princeps foi adquirido pelo livreiro Rosembach por 820 dólares. Finalmente, nos anos quarenta o ilustre bibliógrafo e bibliófilo Rubens Borba Alves de Moraes, então Diretor da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) conseguiu incorporar aquele exemplar ao acervo desta Biblioteca que tornou-se, a partir de então, a única a possuir um par deles. Este segundo exemplar tem também apenas duas aprovações ou licenças no verso do seu frontispício;
- c) vem agora o exemplar remanescente da Biblioteca Huntington em San Marino, nos Estados Unidos. Foi comprado em 1882 pelo livreiro londrino Bernard Quaritch no leilão Sunderland e que posteriormente o vendeu ao bibliófilo norte-americano Elihu Dwight Church. Mais tarde o acervo bibliográfico deste último veio a constituir o núcleo principal da Biblioteca Huntington. Esse exemplar possui apenas duas licenças ou aprovações no verso do frontispício;
- d) segue-se o exemplar da Biblioteca Pública de Nova York nos Estados Unidos. Pertenceu ao famoso editor francês Henri Ternaux-Compans que depois o vendeu ao bibliófilo norte-americano James Lenox. Por fim, seu acervo bibliográfico veio a formar o núcleo mais valioso da Biblioteca Pública de Nova York. Esse exemplar possui as três licenças ou aprovações no verso do frontispício;
- e) temos a seguir o exemplar da Biblioteca John Carter Brown da Universidade Carter Brown em Providence, Rhode-Island, Estados Unidos. Pertenceu ao bibliófilo John Carter Brown. Esse exemplar possui as três licenças ou aprovações no verso do frontispício;
- f) segue-se o exemplar da Biblioteca Bodleiana em Oxford, Inglat-

ra. Pertenceu ao escritor quinhentista francês Lancelot Voisin de la Popellinière. Esse exemplar possui as três licenças ou aprovações no verso do frontispício;

- g) na sequência temos o exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal (RES., 365 P), que pertenceu a Sir Gubian, bibliófilo inglês. A Biblioteca Nacional de Portugal o adquiriu em 1867 no leilão que se fez em Lisboa dos livros daquele bibliófilo. Esse exemplar tem as três licenças ou aprovações no verso do frontispício;
- h) mencione-se ainda o exemplar da Biblioteca da Universidade de Salamanca (1.º/30507), Espanha. Segundo frei Francisco Leite de Faria, O.F.M. Cap., trata-se de um belo exemplar com ancadernação antiga de pergaminho, o qual havia sido oferecido pelo Rei da Espanha ao Colégio dos Jesuítas de Salamanca. Rubens Borba Alves de Moraes não o registrou. Esse exemplar também possui as três licenças ou aprovações no verso do frontispício;
- i) há ainda o exemplar da Biblioteca Nacional de Roma (69.5 f. 19), Itália, o qual, segundo frei Francisco Leite de Faria, O.F.M. Cap., possivelmente proveio do acervo organizado por frei José Maria da Fonseca. Ele possui as três licenças ou aprovações no verso do frontispício e, complementando esta lista,
- j) vem agora o exemplar do Museu Britânico (G. 6217), Londres. Pertenceu a Sir Thomas Grenville que o adquiriu em 1839 por apenas 27 libras esterlinas. Ele também possui as três licenças ou aprovações no verso do frontispício.

Ademais, frei Francisco Leite de Faria, O.F.M. Cap., ainda se reportou a dois outros exemplares com paradeiro desconhecido, conf. *in*: Rubens Borba Alves de Moraes - **BIBLIOGRAPHIA BRASILIANA. Rare Books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian Authors of the Colonial Period**. Revised and enlarged edition. Los Angeles, University of California, UCLA Latin American Center Publications; Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Editora, 1983, v. I, p. 344-6 (2 v.); conf. também *in*: Frei Francisco Leite de Faria, O.F.M. Cap. - Nota

Prévia, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ A QUE VULGARMENTE CHAMAMOS BRASIL**. Edição fac-similada [da 1.^a ed. de 1576]. Nota Prévia de [frei] Francisco Leite de Faria [, O.F.M. Cap.]. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984 [, p.V-X].

12. Há pouco mais de uma década estava eu fazendo uma pesquisa bibliográfica em um excelente catálogo de obras raras da riquíssima Biblioteca Brasiliana da Robert Bosch GmbH quando me deparei com um verbete relativo a um exemplar (ricamente encadernado) da *editio princeps* da **Hiftoria ...** de Pero de Magalhães de Gândavo (1576), exemplar este, até então ainda não assinalado por qualquer outro autor ou em qualquer outro catálogo congênera, tanto quanto sei. Fica, dessa maneira, aqui acrescentado este 11.^o exemplar bem identificado daquela *editio princeps*. Ele também possui as três licenças ou aprovações no verso do frontispício, *conf. in*: Susanne Koppel [Organização] - **BIBLIOTECA BRASILIANA DA ROBERT BOSCH GmbH**. Organizada por Susanne Koppel. Prefácio de Hans L[?]. Merkle. Com um estudo do Prof. Dr. Hanno Beck. “Introdução e indicações para a utilização do Catálogo” (Hamburgo, junho de 1985) por Susanne Koppel. Apresentação (“Uma Iniciativa Admirável”) [São Paulo, junho de 1991] por José E[phim]. Mindlin. Tradução da Dra. Rosemarie Erika Horch. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos Editora, 1992, 44-6.
13. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - Introdução, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL DE PÊRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. n. 2 026 da Bibl[ioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; advertência, introdução, leitura, comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) de A[ntônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1965, p. 18, alín. 31-6; p. 19, alín. 1-3 (Dicionários da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, v. 5).
14. *Opus citatus*, p. 52.

15. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Tratado da Terra do Brasil, no qual se contém a informação das cousas que na nestas partes; feito por Pero de Magalhães** [de Gândavo], *in*: COLLECÇÃO DE NOTÍCIAS PARA A HISTÓRIA E GEOGRAFIA DAS NAÇÕES ULTRAMARINAS QUE VIVEM NOS DOMÍNIOS PORTUGUEZES, OU LHES SÃO VISINHAS [COLEÇÃO ULTRAMARINA]. Publicada pela Academia Real das Sciencias. Lisboa, Na Typografia da mesma Academia, t. IV, n. 4, 1826, p. 181 e seg.; conf. também *in*: Emmanuel Pereira Filho - **AS DUAS VERSÕES DO TRATADO DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**, *in*: REVISTA DO LIVRO. Órgão do Instituto Nacional do Livro, v. 21-22. ano VI, 1961. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC], Instituto Nacional do Livro [INL], 1961, p. 83, alín. 4-9 e nota 1 (março-junho).
16. ABREU, JOÃO CAPISTRANO Honorio DE - **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. [2.^a ed.] Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. [Rio de Janeiro,] Livraria Brigueit, 1960, p. 179-90 (Publicações da Sociedade Capistrano de Abreu, v. 4).
17. ABREU, JOÃO CAPISTRANO Honorio DE - Introdução, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo, *in*: **TRATADO DA TERRA DO BRASIL - HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ**. Advertência de [Julio] A[franjo]. P[eixoto]. Nota Bibliográfica de R[odolpho]. [Augusto de Amorim] G[arcia]. Introdução (Rio, 1924) de [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 13-8 (Coleção Reconquista do Brasil: Nova [2.^a] Série, v. 12).
18. LIMA, MANUEL DE OLIVEIRA - **RELAÇÃO dos Manuskriptos portuguezes e estrangeiros, de interesse para o Brazil, existentes no Museu Britannico de Londres**. Apresentação (Londres, 28 de fevereiro de 1901) e Nota Preliminar do autor, *in*: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, t. LXV, v. 106, parte II (3.^o e 4.^o trimestres), 1902. Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, 1903, p. 39. — Aí, ao Oliveira Lima registrar o manuskripto de n. 2 026

da Biblioteca Sloaniana do Museu Britânico, ou seja, o **TRACTADO DA província do Brasil** ..., aduziu uma nota de sua lavra em que já comprovava a vinda de Gândavo ao Brasil, extratando desse manuscrito a seguinte afirmativa do autor quinhentista: “*destas partes [do Brasil] onde por algus annos me achei*”, afirmativa esta que Pedro Calmon [Moniz de Bittencourt] certamente não chegou a conhecer, já que quase quatro décadas mais tarde veio a afirmar com bastante convicção (equivocada) que Pero de Magalhães de Gândavo nunca veio a esta terra e escreveu sobre o Brasil “*de oitiva*”.

19. GARCIA, RODOLPHO Augusto de Amorim - Nota Bibliográfica, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **TRATADO DA TERRA DO BRASIL - HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ**. Advertência de [Julio] A[franjo]. P[eixoto]. Nota Bibliográfica de R[odolpho]. [Augusto de Amorim] G[arcia]. Introdução (Rio, 1924) de [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 11-2 (Coleção Reconquista do Brasil: Nova [2.ª] Série, v. 12).
20. GARCIA, RODOLPHO Augusto de Amorim - Nota da Secção XXIII (Nota I), *in*: Francisco Adolpho de Varnhagen [Barão e Visconde de Porto Seguro] - **HISTÓRIA GERAL DO BRASIL ANTES DA SUA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL** [por] FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN VISCONDE DE PORTO SEGURO *Natural de Sorocaba*. 5.^a Edição Integral [6.^a Edição do t. I]. Revisão e Notas de [João Capistrano Honorio de Abreu e] Rodolfo [Augusto de Amorim] Garcia. Aditamento e Explicação por Rodolfo [Augusto de Amorim] Garcia e pelos Editores. [São Paulo,] Edições Melhoramentos, 1956, t. II, p. 25-6.
21. VIANNA, HELIO - **A PRIMEIRA VERSÃO DO TRATADO DA TERRA DO BRASIL, DE PERO DE MAGALHÃES [DE] GÂNDAVO**, *in*: REVISTA DE HISTÓRIA. Publicação Trimestral, n.º 15, ano IV, 1953. São Paulo, Indústria Gráfica José Magalhães, Ltda., 1953, p. 89-95 (julho-setembro).

22. MATOS, LUÍS DE - **PÊRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO E O TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL**, *in*: BOLETIM INTERNACIONAL DE BIBLIOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA, v. III, n.º 4, 1962. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, p. 625-639 (outubro-dezembro).
23. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - **AS DUAS VERSÕES DO TRATADO DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**, *in*: REVISTA DO LIVRO. Órgão do Instituto Nacional do Livro, v. 21-22, ano VI, 1961. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC], Instituto Nacional do Livro [INL], 1961, p. 83-107.
24. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - **A PRIMEIRA CRÔNICA DO BRASIL**, *in*: ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE CRÍTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA. Assis [SP], Faculdade de Filosofia de Assis, 1963, p. 291-312.
25. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - Introdução e Comentários, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL De PÊRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. n. 2 026 da Bibl[ioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; advertência, introdução, leitura, comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) de A[ntônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1965, p. 9-49; p. 247-302 (Dicionários da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, v. 5).
26. VARNHAGEN [Barão e Visconde de Porto Seguro], FRANCISCO ADOLPHO DE - **HISTORIA GERAL DO BRAZIL ANTES DA SUA SEPARAÇÃO E INDEPENDENCIA DE PORTUGAL PELO Visconde de Porto Seguro, Natural de Sorocabá**. 2ª Edição. Muito augmentada e melhorada pelo autor. Dedicatória a Sua Magestade Imperial e Senhor D. Pedro II. Prologo. Prefacio da 1ª edição. Rio de Janeiro, Em Casa de E[duard]. & H[einrich]. Laemmert [1876 (2 t.)], t. I Secção XXIII, p. 357, alín. 25-9; p. 358, alín. 2-10 [No verso da folha de rosto do "TOMO

SEGUNDO” lê-se que esta 2.^a ed. foi ao prelo em “VIENNA: IMPRENSA DO FILHO DE CARLOS GEROLD”]; conf. também *in*: Francisco Adolpho de Varnhagen [Barão e Visconde de Porto Seguro] - Additamento, *in*: Gabriel Soares de Souza - **TRATADO DESCRIPTIVO DO BRASIL EM 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscriptos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios por Francisco Adolpho de Varnhagem [sic]. Terceira Edição [sic]. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre, 1938, p. XXXIII, alín. 17-21; p. XXXIV, alín. 1-12.

27. ABREU, JOÃO CAPISTRANO Honorio DE - [Introdução,] *in*: Frei Vicente do Salvador, O.F.M. - **HISTORIA DO BRASIL POR FR. VICENTE DO SALVADOR**. Publicação da Bibliotheca Nacional. [Introdução (Rio, Dezembro 1888) e Notas por J(oão). Capistrano (Honorio) de Abreu] Rio de Janeiro, Typ[ographia]. de G[eorges]. Leuzinger & Filhos, 1889, p. XI, alín. 14-7.
28. ABREU, JOÃO CAPISTRANO Honorio DE - Nota preliminar, *in*: Frei Vicente do Salvador, O.F.M. - **HISTORIA DO BRASIL POR FREI VICENTE DO SALVADOR NATURAL DA BAHIA**. Nova Edição Revista por [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. Nota preliminar (Rio/S. Paulo, Junho de 1918) [e “Prolegomenos” a cada um dos cinco livros ou partes que compõem esta obra] por [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. S. Paulo e Rio, Editores-proprietarios Weiszflog Irmãos, 1918, p. XVII, alín. 2-12.
29. ABREU, JOÃO CAPISTRANO Honorio DE - Prolegomenos ao livro I - Prolegomenos ao livro II, *in*: Frei Vicente do Salvador, O.F.M. - **HISTORIA DO BRASIL POR FREI VICENTE DO SALVADOR NATURAL DA BAHIA**. Nova Edição Revista por [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. Nota preliminar (Rio/S. Paulo), Junho de 1918 [e “Prolegomenos” a cada um dos cinco livros ou partes que compõem esta obra] por [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. S. Paulo e Rio, Editores-proprietarios Weiszflog Irmãos, 1918, p. 5, alín. 23-8; p. 70, alín. 9-11.
30. LINS, GUILHERME GOMES DA SILVEIRA D’AVILA - **GRAVE-**

TOS DE HISTÓRIA. Revisão da crítica de atribuição da mais antiga crônica da Paraíba em língua portuguesa e outras achegas históricas contemporâneas. Apresentação ([São Paulo,] 03/02/1998) de José [Ephim] Minlin. Explicação Necessária (João Pessoa, 27 de março de 2000) do autor. S.l., s.e., s.d., v. 2 (3 v.), cap. 4 [Obra ainda inédita].

31. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - **GÂNDAVO E LUÍS DE CAMÕES**, in: REVISTA BRASILEIRA DE FILOLOGIA, n.º 5, 1959-1960. Rio de Janeiro, 1959-1960, p. 47-52.

32. Essa primeira edição do **Tratado da Terra do Brasil** ..., publicada em Lisboa no ano de 1826, já foi assinalada na nota de número 15. Emmanuel Pereira Filho afirmou que o seu texto foi impresso "*sem critério seguro e, ao que parece, com má revisão tipográfica*", a partir de um dos dois correspondentes manuscritos existentes na Academia das Ciências de Lisboa. Um deles é o ms. n.º 165 (vermelho), cópia tardia elaborada por frei Vicente Salgado que a concluiu em 19 de fevereiro de 1800. O outro é o ms. n.º 937 (azul), também "*Cópia tardia e pouco cuidada*" na opinião daquele filólogo brasileiro. A princípio, quando o citado filólogo só conhecia aquela primeira cópia na Academia das Ciências de Lisboa, a indicou como a fonte utilizada para a impressão em tela. Posteriormente permaneceu indeciso mas nem por isso deixou de registrar o parecer de Luís de Matos que admitiu "*como quase certo que esta edição [em questão] tenha tomado por base o Cód. 937 (azul) da Acad. de Ciências, o que já é pouco abonador*", conf. in: Emmanuel Pereira Filho - Introdução, in: Pero de Magalhães de Gândavo - **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL De PÊRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. n. 2 026 da Bibl[ioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; advertência, introdução, leitura, comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) de A[ntônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1965, p. 20 e, em especial, a nota de número 27 (Dicionários da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, v. 5); conf.

também *in*: Emmanuel Pereira Filho - **AS DUAS VERSÕES DO TRATADO DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**, *in*: REVISTA DO LIVRO. Órgão do Instituto Nacional do Livro, v. 21-22, ano VI, 1961. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC], Instituto Nacional do Livro [INL], 1961, p. 89, alín. 30-41 (março-junho).

33. No início do Século XX, tanto Capistrano de Abreu (1924) quando Rodolpho Garcia (1924, 1930) já haviam apresentado evidências textuais inquestionáveis de que o **Tratado da Terra do Brasil ...** (o único dos dois **Tratados ...** de Gândavo até então impresso) foi redigido antes da sua **História ...** Posteriormente Helio Vianna (1953) e, mais tarde, José Honório Rodrigues (1979) afirmaram a mesma coisa escudando-se naqueles dois primeiros eminentes historiadores brasileiros ou no primeiro deles e também no filólogo Emmanuel Pereira Filho (1963, 1965), o qual, entre todos os demais, foi quem melhor e mais detalhadamente analisou essa questão, *conf. in*: João Capistrano Honorio de Abreu - - Introdução, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **I. TRATADO DA TERRA DO BRASIL - II. HISTORIA DA PROVINCIA SANTA CRUZ**. Advertencia de [Julio] A[franio]. P[eixoto]. Nota Bibliographica de R[odolpho]. [Augusto de Amorim] G[arcia]. Introdução (Rio, 1924) de [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. Rio de Janeiro, Edição do Annuario do Brasil [1924], p. 18 (Biblioteca de Cultura Nacional. Publicações da Academia Brasileira [de Letras]: Classicos Brasileiros. II - Historia, v. 1); *conf. também in*: Rodolpho Augusto de Amorim Garcia - Nota Bibliographica, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **I. TRATADO DA TERRA DO BRASIL - II. HISTORIA DA PROVINCIA SANTA CRUZ**. Advertencia de [Julio] A[franio]. P[eixoto]. Nota Bibliographica de R[odolpho]. [Augusto de Amorim] G[arcia]. Introdução (Rio, 1924) de [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. Rio de Janeiro, Edição do Annuario do Brasil [1924], p. 13 (Biblioteca de Cultura Nacional. Publicações da Academia Brasileira [de Letras]: Classicos Brasileiros. II - Historia, v. 1); *conf. também in*: Rodolpho Augusto de Amorim Garcia - Notas da Secção XXIII (Nota 1), *in*: Francisco Adolpho de Varnhagen [Barão e Visconde de Porto Seguro] - **HISTORIA GERAL DO BRASIL**

ANTES DE SUA SEPARAÇÃO E INDEPENDENCIA DE PORTUGAL [pelo] **VISCONDE DE PORTO SEGURO Natural de Sorocaba**. 3.^a Edição Integral [4.^a Edição do t. I]. [Revisão e Notas de João Capistrano Honório de Abreu e Rodolpho Augusto de Amorim Garcia]. Explicação de Rodolpho [Augusto de Amorim] Garcia. Appenso (“Ensaio Bio-bibliographico sobre Francisco Adolpho de Varnhagen Visconde de Porto-Seguro”) por Rodolpho [Augusto de Amorim] Garcia (Jornal do Brasil, de 29 de junho de 1928). S. Paulo - Cayeiras - Rio, Editora-Proprietaria Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada) [1930], t. II, p. 24, alín. 30-5; conf. também *in*: Helio Vianna - **A PRIMEIRA VERSÃO DO TRATADO DA TERRA DO BRASIL, DE PERO DE MAGALHÃES [DE] GÂNDAVO**, *in*: REVISTA DE HISTÓRIA. Publicação Trimestral, N.º 15, ano IV, 1953. São Paulo, Indústria Gráfica José Magalhães, Ltda., 1953, p. 89, alín. 6-15 (Julho-Setembro); conf. também *in*: José Honório Rodrigues - **História da História do Brasil. 1.^a PARTE. Historiografia Colonial**. 2.^a ed. Nota Biográfica (“José Honório Rodrigues”) pelos Editores. Prefácio (Rio, 16 de janeiro de 1978) do autor. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro [INL], 1979, p. 432, alín. 19-27 (Brasília: Grande Formato, v. 21); conf. também *in*: Emmanuel Pereira Filho - **A PRIMEIRA CRÔNICA DO BRASIL**, *in*: ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE CRÍTICA E HISTÓRIA LITERÁRIA. Assis [SP], Faculdade de Filosofia de Assis, 1963, p. 301-4; conf. também *in*: Emmanuel Pereira Filho - **Introdução**, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL De PÉRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. n. 2 026 da Bib[lioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; advertência, introdução, leitura, comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) de A[ntônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1965, p. 35-8.

34. Veja-se a discriminação das reedições das obras de Gândavo em língua portuguesa no **ANEXO I** deste ensaio.
35. Veja-se a discriminação das traduções das obras de Gândavo para o idioma francês e para o inglês no **ANEXO I** deste ensaio.
36. RAEDERS, GEORGES Henri Pierre - **BIBLIOGRAPHIE FRANCO-BRESILIANNE (1551-1957) par GEORGES [Henri Pierre] RAEDERS docteur ès lettres (Sorbonne) avec la collaboration de EDSON NERY DA FONSECA. NOTE PRELIMINAIRE** [par l'auteur]. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], 1960, p. 35, n.º 71, alín. 33 (Coleção B1: Bibliografia, v. XI).
37. Veja-se a discriminação das obras de Gândavo no **ANEXO I** deste ensaio.
38. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - Advertência, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **AS "REGRAS DE ORTHOGRAPHIA" DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Advertência, introdução e notas pelo Professor Emmanuel Pereira Filho, *in*: REVIS-TA DE FILOLOGIA, n.º 6, 1961, p. 24 (XXII), alín. 34-41.
39. MACHADO, Abade DIOGO BARBOSA - **BIBLIOTHECA LUSITANA, Hiftorica, Critica, e Cronologica. NA QUAL SE COMPREHENDE A NOTICIA DOS Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ defde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prefente. POR DIOGO BARBOSA MACHADO Ulyffiponenfe Abbade Refervatario da Parochial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real. TOMO III. LISBOA: Na Officina de IGNACIO RODRIGUES Anno de M.DCC.II [1752], p. 591. Com todas as licenças neceffarias.**
40. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ A QUE VULGARMENTE CHAMAMOS BRASIL**. Edição fac-similada [da 1.ª ed. de 1576]. Nota Prévia de [padre] Francisco Leite de Faria. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984, fól. 4v., alín. 26-31.

41. Com efeito, desde o ano de 1939 (e, nos anos seguintes, em várias edições sucedâneas de uma mesma obra sua,) o ilustre historiador baiano Pedro Calmon Moniz de Bittencourt mostrava-se nitidamente incrédulo quanto à vinda de Pedro de Magalhães de Gândavo ao Brasil, ocasião em que, a esse respeito, escreveu: “É opinião nossa que [Gândavo] nunca veio ao Brasil, limitando-se a redigir de oitiva, e como propaganda de terra nova, o seu livro impresso. Realmente, de uma pesquisa que fizemos na Torre do Tombo, o apurado foi bem pouco, mas expressivo: Moço da Câmara, servia a trasladar livros e papéis na Torre do Tombo, e foi nomeado Provedor da Fazenda Real da cidade do Salvador em 29 de abril [sic, o correto é 29 de agosto] de 1576, por um prazo de seis anos. (Liv. 37 da Chancelaria de D. Sebastião, f. 278, ms.). Não há vestígio, dos documentos do Brasil, de sua vinda. Em todo caso, a nomeação foi posterior ao livro. Talvez o fizesse, reunindo múltiplos informes levado pela curiosidade de saber o que àquele tempo era a colônia longínqua, desprezada pelos cronistas da Casa da Índia ... [O abade Diogo] Barbosa Machado, crendo ser o livro relatório de visu, gratuitamente [sic] lhe atribuiu longa permanência na colônia, Bibl. Lus., 2.ª ed., III, 580””, conf. in: Pedro Calmon Moniz de Bittencourt - **HISTÓRIA DO BRASIL**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, t. I, p. 310, nota 1 (Brasiliana, v. 176). — Na sequência deste ensaio serão apresentadas, à luz de inúmeras ilustrações, várias provas de que Pero de Magalhães de Gândavo realmente residiu alguns anos no Brasil.
42. Imediatamente antes de dizer, com toda a correção, que a **HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ** ... de Pero de Magalhães de Gândavo (, sendo esta posterior aos seus **Tratados**) foi publicada em Lisboa no ano de 1576, o eminente historiador José Honório Rodrigues escreveu de forma inadvertida: “No Brasil [Gândavo] deve ter estado os seis anos de sua nomeação [a 29 de agosto de 1576 para o cargo de Provedor da Fazenda Real na Cidade do Salvador] ... Deve ter escrito o livro quando de volta, no Reino, pois há várias referências no texto da História que confirmam esta hipótese ...”, conf. in: José Honório Rodrigues - **História da História do Brasil. 1.ª PARTE. Historiografia Colonial**.

2.ª ed. Nota Biográfica (“José Honório Rodrigues”) pelos Editores. Prefácio (Rio, 16 de janeiro de 1978) do autor. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro [INL], 1979, p. 428, alín. 9-16 (Brasília: Grande Formato, v. 21).

43. MACHADO, Abade DIOGO BARBOSA - **BIBLIOTHECA LUSITANA, Hiftorica, Critica, e Cronologica. NA QUAL SE COMPREHENDE A NOTICIA DOS Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ defde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prefente. POR DIOGO BARBOSA MACHADO Ulyffiponenfe Abbade Refervatorio da Parochial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real.** TOMO III, LISBOA: Na Officina de IGNACIO RODRIGUES Anno de M.DCCLII [1752], p. 591. Com todas as licenças neceffarias.

44. **ORDENAÇÕES E LEIS DO REINO DE PORTUGAL, RECOPIADAS PER MANDADO DEL REI, D. PHILIPPE O PRIMEIRO. DUODECIMA EDIÇÃO, Segundo a nona, Coimbra, 1824.** COIMBRA, NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 1850, TOMO II, Segundo Livro das Ordenações, Titulo LV, p. 133, alín. 26-33; p. 134, alín. 2-36.

45. RAU, VIRGINIA & SILVA, MARIA FERNANDA GOMES DA - **OS MANUSCRITOS DO ARQUIVO DA CASA DE CADAVAL RESPEITANTES AO BRASIL.** Apresentação (outubro, 1954) por Virginia Rau. Coimbra, Oficinas da “Atlântica” por ordem da Universidade [de Coimbra], 1958, v. II, p. 410, alín. 9-10 (Acta Universitatis Conimbrigensis).

46. Nessa oportunidade este autor pronunciou-se assim: “*No Brasil [Gândavo] deve ter estado os seis anos de sua nomeação como provedor-mor.*”, conf. in: José Honório Rodrigues - **História da História do Brasil. 1.ª PARTE. Historiografia Colonial.** 2.ª ed. Nota Biográfica (“José Honório Rodrigues”) pelos Editores. Prefácio (Rio, 16 de janeiro de 1978) do autor. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro [INL], 1979, p. 428, alín. 9-10 (Brasília: Grande Formato,

v. 21). — A reprodução (p. 35-6) do texto do alvará, datado de 29 de agosto de 1576, nomeando Pero de Magalhães, Moço da Câmara d'El-Rei, para o cargo de “... prouedor da minha fazenda na Capitanía da cidade de salvador da bahya de todos os sanctos nas partes do brasil por tempo de seis annos ...”, não deixa margem a qualquer dúvida quanto à natureza desse cargo (Provedor da Fazenda Real na Cidade do Salvador, Capitanía da Bahia) até porque, algumas linhas adiante, lê-se no mesmo alvará: “... [Pero de Magalhães] auerá [haverá] com elle de ordenado em cada humm Anno trinta mil reis Pello que mando ao gouernador das ditas partes [do Brasil] e ao prouedor moor dellas que lhe dem [deem] a posse do Dito cargo e lho deixem seuir (sic) e auer o dito mantimento [...] o qual lhe pagaraa o almoxarifado Da dita capitania ...”. Por outro lado, além de todas essas evidências documentais, um fato flagrante é a diferença entre o ordenado anual, previsto em 1576, para Pero de Magalhães, Moço da Câmara de El-Rei, no cargode Provedor da Fazenda Real da Cidade do Salvador, Capitanía da Bahia, ou seja, trinta mil réis, e o ordenado anual pago quase três décadas antes, a partir de 1549, a Antonio Cardoso de Barros, o primeiro a ocupar o cargo de Provedor-Mor da Fazenda Real do Estado do Brasil, ou seja, duzentos mil réis, conf. in: **CATALOGO DOS DOCUMENTOS MANDADOS COPIAR PELO SENHOR D. PEDRO II**, in: REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO, v. 109, t. LXVII, parte I, 1904. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906, p. 53.

47. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - Introdução, in: Pero de Magalhães de Gândavo - **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL De PÉRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. n. 2 026 da Bibl[ioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; advertência, introdução, leitura, comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) de A[ntônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1965, p. 15, alfn. 6-23 (Dicionários da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, v. 5).

48. RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO - **História da História do Brasil. 1.ª PARTE. Historiografia Colonial.** 2.ª ed. Nota Biográfica ("José Honório Rodrigues") pelos Editores. Prefácio (Rio, 16 de janeiro de 1978) do autor. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro [INL], 1979, p. 427, alín. 18-23 (Brasília: Grande Formato, v. 21).
49. *Opus citatus*, p. 427, alín. 23-4.
50. MACHADO, Abade DIOGO BARBOSA - **BIBLIOTECA LUSITANA, Hiftorica, Critica, e Cronologica. NA QUAL SE COMPREHENDE A NOTICIA DOS Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ defde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prefente. POR DIOGO BARBOSA MACHADO Ulyffiponenfe Abbade Refervatorio da Parochial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real.** TOMO III. LISBOA: Na Officina de IGNACIO RODRIGUES Anno de M.DCCLII [1752], p. 591. Com todas as licenças neceffarias.
51. Veja-se a nota de número 11 (item a).
52. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ A QUE VULGARMENTE CHAMAMOS BRASIL.** Edição fac-similada [da 1.ª ed. de 1576]. Nota Prévia de [frei] Francisco Leite de Faria [, O.F.M. Cap.]. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984, fól. 4v., alín. 26-9.
53. *Opus citatus*, fól. 2, alín. 5-10.
54. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - Introdução, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **AS "REGRAS DE ORTHOGRAPHIA" DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO.** Advertência, introdução e notas pelo Professor Emmanuel Pereira Filho, *in*: REVISTA BRASILEIRA DE FILOLOGIA, n.º 6, 1961. Rio de Janeiro, 1961, p. 9 (VII), alín. 2-8.

55. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL De PÉRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. n. 2 026 da Bibl[ioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; introdução, leitura, advertência, comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) de A[ntônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1965, p. 54, alín. 1-12; p. 56, alín. 1-2 (Dicionários da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, v. 5).
56. Vide a [nota de número 18](#).
57. VIANNA, HELIO - **A PRIMEIRA VERSÃO DO TRATADO DA TERRA DO BRASIL**, in: REVISTA DE HISTÓRIA. Publicação Trimestral, n.º 15, ano IV, 1953. São Paulo, Indústria Gráfica José de Magalhães Ltda., 1953, p. 92, alín. 6-11 (junho-setembro).
58. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **TRACTADO DA TERRA do Brasil no qual se cõtem a informação das coufãs que ha nestas partes feito por Pº [Pero] de magalhaes** [de Gândavo], Ms. n.º 552, 47 fól., in 4.º (Fundo Geral), Biblioteca Nacional de Lisboa; conf. também in: Pero de Magalhães de Gândavo - **TRATADO DA TERRA DO BRASIL - HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ**. Advertência de [Julio] A[franjo]. P[eixoto]. Nota Bibliográfica de R[odolpho]. [Augusto de Amorim] G[arcia]. Introdução (Rio, 1924) de [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 21, alín. 11-22 (Coleção Reconquista do Brasil: Nova [2.ª] Série, v. 12).
59. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL De PÉRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. 2 026 da Bibl[ioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; advertência, introdução, leitura, comentários e índice de vocábulo. Edição preparada pelo Profes-

sor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) de A[ntônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1965, p. 130, alín. 10-1 (Dicionários da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, v. 5).

60. *Opus citatus*, p. 134, alín. 2-8.
61. *Opus citatus*, p. 144, alín. 14-5; p. 146, alín. 1-3.
62. *Opus citatus*, p. 154, alín. 13-5.
63. *Opus citatus*, p. 162, alín. 11-4.
64. *Opus citatus*, p. 164, alín. 14; p. 166, alín. 1-5.
65. *Opus citatus*, p. 220, alín. 2-8.
66. *Opus citatus*, p. 234, alín. 3-7.
67. *Opus citatus*, p. 240, alín. 10-5; p. 242, alín. 1.
68. GÂNDAMO, PERO DE MAGALHÃES DE - **HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ A QUE VULGARMENTE CHAMAMOS BRASIL**. Edição fac-similada [da 1.^a ed. de 1576]. Nota Prévia de [frei] Francisco Leite de Faria [O.F.M. Cap.]. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984, fól. 7v., alín. 3-4.
69. *Opus citatus*, fól. 8v., alín. 19-25.
70. *Opus citatus*, fól. 11v., alín. 25-7.
71. *Opus citatus*, fól. 14v., alín. 6-12.
72. *Opus citatus*, fól. 15, alín. 17-8.
73. *Opus citatus*, fól. 15v., alín. 17-9.
74. *Opus citatus*, fól. 16, alín. 3-5.

75. *Opus citatus*, fól. 16v., alín. 26-8; fól. 17, alín. 2-3.
76. *Opus citatus*, fól. 17v., alín. 22-4.
77. *Opus citatus*, fól. 20, alín. 4-10.
78. *Opus citatus*, fól. 20v., alín. 11-3.
79. *Opus citatus*, fól. 21v., alín. 8-9.
80. *Opus citatus*, fól. 21v., alín. 10-4.
81. *Opus citatus*, fól. 23v., alín. 28-9; fól. 24, alín. 2.
82. *Opus citatus*, fól. 24, alín. 5-12.
83. *Opus citatus*, fól. 25, alín. 18-9.
84. *Opus citatus*, fól. 25v., alín. 22-3.
85. *Opus citatus*, fól. 27, alín. 26-7.
86. *Opus citatus*, fól. 27v., alín. 8-12.
87. RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO - **História da História do Brasil. 1.^a PARTE. Historiografia Colonial.** 2.^a ed. Nota Biográfica (“José Honório Rodrigues”) pelos Editores. Prefácio (Rio, 16 de janeiro de 1978) do autor. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro [INL], 1979, p. 428, alín. 17-9 (Brasília: Grande Formato, v. 21).
88. Veja-se a nota de número 41. — Só posso imaginar que teria ocorrido um equívoco de leitura paleográfica por parte do ilustre historiador baiano Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, considerando que foi ele quem localizou o manuscrito original contendo esse Alvará Régio datado de 29 de agosto de 1576 (e não 29 de abril de 1576) no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa.

89. Helio Vianna assinalou a data equivocada de “29 de abril de 1576” para o Alvará Régio em questão ao transcrever o conteúdo da nota 1 da página 310 da primeira edição (Brasiliiana) da **HISTÓRIA DO BRASIL** (1939) de Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, já por mim extratada na nota de número 41, conf. in: Helio Vianna - **A PRIMEIRA VERSÃO DO TRATADO DA TERRA DO BRASIL, DE PERO DE MAGALHÃES [DE] GÂNDAVO**, in: REVISTA DE HISTÓRIA. Publicação Trimestral, n.º 15, ano IV, 1953, p. 90, alín. 8-22 (julho-setembro).
90. Ao anotar o tomo segundo (1930) da terceira edição integral da obra máxima do Visconde de Porto Seguro, Rodolpho Augusto de Amorim Garcia já dizia que daquele “alvará de 29 de Agosto de 1576” existia “cópia no Instituto Historico [e Geográfico Brasileiro], Conselho Ultramarino, Registos, I, 68”, entretanto, naquela ocasião não se deu ao trabalho de transcrevê-lo. Ademais, embora eu não tenha compulsado o tomo segundo da quarta edição integral daquela mesma obra, editada em 1949 (, ano em que faleceu Rodolpho Garcia, seu segundo anotador e revisor, sucedendo a Capistrano de Abreu), certamente já deve estar aí a reprodução do texto daquele Alvará Régio (, se bem que de forma incompleta), uma vez que o seu texto se lê em todas as edições subsequentes daquela obra. Ao que tudo indica, para tanto o eminente historiador potiguar em tela deve ter utilizado a cópia daquele documento pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Vale também lembrar aqui que, como já havia notado Emmanuel Pereira Filho, em 1930 Rodolpho Garcia ainda não acreditava que o Pero de Magalhães, Moço da Câmara d’El-Rei, alvo da nomeação contida naquele Alvará Régio de 29 de agosto de 1576, fosse o mesmo Pero de Magalhães de Gândavo, latinista, gramático e protocronista do Brasil, todavia, mais tarde ele veio a mudar de opinião, por certo já em 1949, pela mesma razão atrás exposta, tendo em vista que essa mudança de opinião pode ser observada na quinta edição integral (1956) da obra máxima do Visconde de Porto Seguro, bem com nas várias edições seguintes (6.ª ed. integral, 1959; 7.ª ed. integral, 1962; 8.ª ed. integral, 1975; 9.ª ed. integral, 1978 e 10.ª ed. integral, 1981), conf. in: Rodolpho Augusto de Amorim Garcia - Notas da Secção XXIII
-

(Nota I), *in*: Francisco Adolpho de Varnhagen [Barão e Visconde de Porto Seguro] - **HISTORIA GERAL DO BRASIL ANTES DE SUA SEPARAÇÃO E INDEPENDENCIA DE PORTUGAL** [pelo] **VISCONDE DE PORTO SEGURO Natural de Sorocaba**. 3.^a Edição Integral [4.^a Edição do t. I]. [Revisão e Notas de João Capistrano Honório de Abreu e Rodolpho Augusto de Amorim Garcia] Explicação de Rodolpho [Augusto de Amorim] Garcia. Appenso (“Ensaio Bio-bibliographico sobre Francisco Adolpho de Varnhagen Visconde de Porto-Seguro”) por Rodolpho [Augusto de Amorim] Garcia (Jornal do Brasil, de 29 de junho de 1928). S. Paulo - Cayeiras - Rio, Editora-Proprietaria Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada) [1930], t. II, p. 25, alín. 18-22; conf. também *in*: Rodolpho Augusto de Amorim Garcia - Notas da Secção XXIII (Nota I), *in*: Francisco Adolpho de Varnhagen [Barão e Visconde de Porto Seguro] - **- HISTÓRIA GERAL DO BRASIL ANTES DA SUA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL** [por] **FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN VISCONDE DE PORTO SEGURO Natural de Sorocaba**. 5.^a Edição Integral [6.^a Edição do t. I] Revisão e Notas de [João Capistrano Honório de Abreu e] Rodolfo [Augusto de Amorim] Garcia. Aditamento e Explicação por Rodolfo [Augusto de Amorim] Garcia e pelos Editores. [São Paulo,] Edições Melhoramentos, 1956, t. II, p. 26, alín. 2-16; conf. também *in*: Rodolpho Augusto de Amorim Garcia - **- Notas da Secção XXIII (Nota I), in: Francisco Adolpho de Varnhagen - HISTÓRIA GERAL DO BRASIL ANTES DA SUA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL** [por] **FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN VISCONDE DE PORTO SEGURO Natural de Sorocaba**. 10.^a Edição Integral [11.^a Edição do t. I] Revisão e Nota de J[oa]o. Capistrano [Honório] de Abreu e Rodolfo [Augusto de Amorim] Garcia. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, v. 1, t. II, p. 26, alín. 2-16 (Coleção Reconquista do Brasil: 2.^a Série, v. 50-51); conf. também *in*: Emmanuel Pereira Filho - Introdução, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **- TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL De PÊRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. n. 2 026 da Bibl[ioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; advertên-

cia, leitura, comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) de A[ntônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1965, p. 14, alín. 33-4 (Dicionários da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, v. 5).

91. **INVENTÁRIO DOS DOCUMENTOS RELATIVOS AO BRASIL, EXISTENTES NA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA** [1534-1883], *in*: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 75 [1957]. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, Departamento de Imprensa Nacional [1957], p. 26. — Na verdade essa mesma notícia já existia no Brasil desde o Segundo Império pois o Imperador D. Pedro II havia mandado copiar uma grande soma de documentos em arquivos portugueses, cujos verbetes foram publicados mais tarde pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conf. *in*: **CATALOGO DOS DOCUMENTOS MANDADOS COPIAR PELO SENHOR D. PEDRO II**, *in*: REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO, v. 109, t. LXVII, parte I, 1904. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906, p. 64 [Conselho Ultramarino, Registos, t. 1.º, fól. 68].
92. ZÚQUETE [Direcção e Coordenação], Dr. AFONSO EDUARDO MARTINS - **NOBREZA DE PORTUGAL E DO BRASIL: BIBLIOGRAFIA, BIOGRAFIA, CRONOLOGIA, FILATELIA, GENEALOGIA, HERÁLDICA, HISTÓRICA, NOBILIAR-QUIA, NUMISMÁTICA**. Direcção, Coordenação do Doutor Afonso Eduardo Martins Zúquete. 2.ª ed. Lisboa, Editorial Enciclopedia, 1984, v. I, p. 410, alín. 36.
93. *Opus citatus*, v. I, p. 415, alín. 21-3.
94. A interpolação que fiz no texto desse documento representava na sua época um fragmento necessário e obrigatório do mesmo para que a Provisão, no caso um Alvará Régio, não ficasse nula de direito, já que continha ordens ou promessas cujo efeito haveria de

durar mais de um ano, como é o específico caso em análise, situação em que, do ponto de vista estritamente legal, ter-se-ia que utilizar a Carta Régia, de acordo com as **ORDENAÇÕES DO REINO** (Segundo Livro), tanto as então vigentes **ORDENAÇÕES MANUELINAS** (Título XX) quanto, mais tarde, as **ORDENAÇÕES FILIPINAS** (Título XL). É exatamente assim que tenho visto nos textos de todas as Provisões Régias com essas mesmas características. Vejamos, portanto, o que preceitua o Item 5 daquele Título XX: “& OUTRO SI Ordenamos, e Mandamos que aquelas coufas que por Nós ouuerem [houverem] de paffar, cujo efecto aja de durar mais de huũ anno, nom fe façam por Aluaraes, mas todas fe façam por Cartas Patentes, que comecem Dom Manuel; e fazendo-se por Aluaraes Mandamos, que sejam ninhuũs [nulos], e de ninhuũ efecto, e fe nom faça por elles obra, nem executam, e o Efcriuam que fezer por Aluara o que auia de fazer por Carta paguará o intereffe aa parte [interessada]. Porem fe Nós [isto é, o Rei] Paffarmos Aluaraes d’algũa Merce, de qualquer coufa que feja, ou promeffa della, que a algũa peffoa Façamos pera a auer [haver] d’auer [de haver] di [sic, leia-se daí] a alguũ tempo, pofto que o comprimento [cumprimento] da tal Merce poffa feer despois do dito anno, todavia valerá o dito Noffo Aluara, fem feer neceffario paffar por Carta, fendo porem paffado pola Noffa Chancelaria.”, conf. in: **ORDENAÇÕES MANUELINAS**. Edição fac-similar da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1797. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Livro Segundo, Título XX, Item 5, p. 97, alín. 2-8. — A mesma cousa, praticamente com as mesmas palavras, se lê nas **ORDENAÇÕES FILIPINAS**, publicadas pela primeira vez em 1603: “Mandamos que as cousas, que passarem per Nós, cujo effeito haja de durar mais de hum anno, não passem per Alvarás, mas de todas se façam Cartas patentes, que comecem: Dom Filippe, etc. E fazendo-se per Alvarás, sejam nenhuns [nulos], e não se faça per elles obra, nem execução; e o Scrivão, que fizer per Alvará o que havia de fazer per Carta pagará o interesse á parte. Porém, se Nós [isto é, o Rei] passarmos Alvarás de mercês de quaesquer cousas, ou promessa dellas, que façamos a algumas pessoas, para as haverem de haver dahi a algum tempo, postoque o cumprimento das taes mercês possa ser depois do

*dito anno, todavia valerão os Alvarás, sem ser necessario pas
sarem per Cartas, sendo porém passados pela Chancellaria.”*,
conf. in: **ORDENAÇÕES E LEIS DO REINO DE PORTU-
GAL, RECOPIADAS PER MANDADO DEL REI, D. PHI-
LIPPE O PRIMEIRO, DUODECIMA EDIÇÃO, Segundo a
nona, Coimbra, 1824**. COIMBRA, NA IMPRENSA DA UNI-
VERSIDADE, 1850, TOMO II, SEGUNDO LIVRO DAS ORDENA-
ÇÕES, TITULO XL, p. 89, alín. 4-17.

95. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - Introdução, in: Pero de Magalhães de Gândavo - **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL De PÉRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. 2 026 da Bibl[ioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; advertência, introdução, leitura, comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) da A[n-tônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1965, p. 14, alín. 2-18 (Dicionários da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, v. 5).
96. MATOS, LUIS DE - **PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO E O TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL**, in: BOLETIM INTERNACIONAL DE BIBLIOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA, v. III, n.º 4, 1962. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, p. 625-8 (outubro-dezembro).
97. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - Advertência, in: Pero de Magalhães de Gândavo - **AS “REGRAS DE ORTHOGRAPHIA” DE PÉRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Advertência, introdução e notas pelo Professor Emmanuel Pereira Filho, in: REVISTA DE FILOLOGIA, n.º 6, 1961. Rio de Janeiro, 1961, p. 9 [VII], alín. 11-2 e nota de número 8. — É nessa nota de número 8 que estão indicados os seis outros documentos do Século XVI, datados dos desde 1553 a 1582, todos eles referentes a alguém chamado igualmente Pero de Magalhães. Tendo em vista a indicutível dificuldade de acesso a tais registros colhidos, ao que parece, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, julguei por bem reproduzi-los aqui:

- a) Chancelaria de D. João III, Livro 9, fól. 432v, de 1553 (Perdões);
- b) Chancelaria de D. Sebastião, Livro 1, fól. 296v, de 1558 (Privilégios);
- c) Chancelaria de D. Sebastião, Livro 9, fól. 185v, de 1563 (Privilégios);
- d) Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 22, fól. 215, de 1577 (Legitimações);
- e) Chancelaria de D. Filipe I, Livro 11, fól. 25, de 1581 (Perdões e Legitimações) e
- f) Chancelaria de D. Filipe I, Livro 11, fól. 251, de 1582 (Perdões e Legitimações).

98. Durante um longo intervalo de tempo, pelo menos desde 1887 até 1924, o mestre Capistrano de Abreu versou, de passagem ou com exclusividade, a respeito de Pero de Magalhães de Gândavo e sua obra histórica, tema acerca do qual ofereceu diversas contribuições importantes. Naquele ano de 1887 o grande historiador cearense veio a publicar no periódico A SEMANA do Rio de Janeiro um erudito artigo sobre Gândavo, cuja denominação original foi **Notas para a nossa Historia**, trabalho este que mais tarde, em 1901, foi estampado de novo no tomo VI da então grafada REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO MINEIRO, aí já com o título alterado em caráter definitivo para **Os Primeiros Descobridores de Minas**. No que concerne a esse trabalho, após o falecimento daquele eminente historiador cearense em 1927, sabemos que foi outra vez dado a lume no Rio de Janeiro pela benemérita e hoje extinta “Sociedade Capistrano de Abreu”, sucessivamente em 1930 e em 1960, fazendo parte de uma coletânea de escritos daquele autor, coletânea esta que recebeu a denominação de **CAMINHOS ANTIGOS E POVOAMENTO DO BRASIL**. Essa obra complexiva veio a ser outra vez editada em 1976 no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de José Honório Rodrigues, na Co-

leção Octalles Marcondes Ferreira, numa co-edição da Editora Civilização Brasileira e do Instituto Nacional do Livro. Surgiu também outra publicação da mesma obra em 1988 na Coleção Reconquista do Brasil (2ª Série) numa co-edição entre a Editora Itatiaia (Belo Horizonte-MG) e a Editora da Universidade de São Paulo (São Paulo-SP). A mesma obra complexiva, então adicionada a uma outra do mesmo autor, os magistrais **CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL**, foi editada mais duas vezes, em 1963 e em 1998, ostentando ambos os títulos e compondo a Coleção Biblioteca Básica Brasileira da Editora Universidade de Brasília. — Em dezembro de 1888 Capistrano de Abreu concluiu uma não menos erudita “Introdução” que havia redigido para a edição de 1889 da **HISTORIA DO BRAZIL** de frei Vicente do Salvador, O.F.M. (, quase trinta anos antes de ele próprio compor seus extraordinários “Prolegomenos” a esta mesma obra), publicada no volume XIII dos então denominados ANNAES DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (, de que se tirou separata). Aí Capistrano de Abreu, mostrando seu admirável preparo, já registrava, ao lado de exemplos análogos, que o “Heródoto brasileiro” aproveitara na redação do seu livro o texto da “***História da província de Santa Cruz, de Pedro de Magalhães de Gandavo, impressa em 1576, da qual tira uma estampa que deveria fazer parte do capítulo X do livro I***”. Essa obra de frei Vicente do Salvador, O.F.M., surgiu mais uma vez no ano de 1918 numa edição muito especial (, que se repetiu em 1931 sob a responsabilidade de Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, em 1954 como simples repetição da anterior, em 1965 a cargo de frei Venâncio Willeke, O.F.M., em 1975 e em 1982,) pelo fato de ela ter sido excepcionalmente enriquecida mercê da “Nota preliminar” (ou prefácio) e, principalmente, graças aos “Prolegomenos” redigidos por Capistrano de Abreu. Tanto naquela quanto nestes, que constituem a mais brilhante anotação crítica da historiografia brasileira, esse historiador cearense mais uma vez demonstrou o quanto lhe era familiar a obra de Gândavo. A seu turno, aquela “Nota Preliminar” (ou prefácio) foi publicada mais tarde pela “Sociedade Capistrano de Abreu” em 1932, em 1976 e em 2003, de forma independente, como um dos artigos que compõem a coletânea de escritos do mesmo autor, sob o título de **ENSAIOS E ESTUDOS**

(CRÍTICA E HISTÓRIA) 2.ª SÉRIE. — Em 1924 foi a vez de Capistrano de Abreu redigir a valiosa “Introdução” à edição conjunta do **I. TRATADO DA TERRA DO BRASIL - II. HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ**, promovida pela Academia Brasileira de Letras, cujas sucessivas publicações estão discriminadas no **ANEXO I** deste ensaio. Essa “Introdução” veio a ser novamente estampada em 1932, em 1976 e em 2003 na já mencionada coletânea de artigos de Capistrano de Abreu, sob o título de **ENSAIOS E ESTUDOS (CRÍTICA E HISTÓRIA) 2.ª SÉRIE**. É nessa “Introdução” que se lê aquela famosa assertiva de Capistrano de Abreu sobre Gândavo, segundo a qual “... seus livros são uma propaganda de imigração” em virtude de ele tanto enaltecer as boas qualidades do Brasil.

99. ABREU, JOÃO CAPISTRANO Honório DE - Introdução, *in*: **I. TRATADO DA TERRA DO BRASIL - II. HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ**. Advertência de [Julio] A[franio]. P[eixoto]. Nota Bibliographica de R[odolpho]. [Augusto de Amorim] G[arcia]. Introdução de [João] Capistrano [Honório] de Abreu. Rio de Janeiro, Edição do Anuario do Brasil [1924], p. 13, alín. 2-4 (Biblioteca de Cultura Nacional. Publicações da Academia Brasileira [de Letras]: Classicos Brasileiros. II - História, v. 1).
100. SILVEIRA, JOAQUIM DA - **GÂNDAVO E NÃO GANDAVO**, *in*: BRASILIA. Coimbra, v. III, 2.ª parte, 1946, p. 525-8.
101. *Opus citatus*, p. 527.
102. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - **AS DUAS VERSÕES DO TRATADO DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**, *in*: REVISTA DO LIVRO. Órgão do Instituto Nacional do Livro, v. 21-22, ano VI, 1961. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC], Instituto Nacional do Livro [INL], 1961, p. 83, nota 2, alín. 14-6; p. 84, nota 2 [continuação], alín. 1-5 (março-junho).
103. PEREIRA, EMMANUEL - **EMMANUEL PEREIRA FILHO. UM EXEMPLO DE AMOR À CULTURA**. Introdução do autor. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1970, p. 107, alín. 2-6.

104. Emmanuel Pereira Filho, talvez o maior estudioso no Brasil da obra gramatical de Gândavo, além de um dos mais competentes estudiosos da sua obra histórica, em um daqueles seus erudito trabalhos de pesquisa afirmou textualmente o seguinte: “*Mas não resta dúvida que Gândavo, não só conheceu bem o latim, como também foi admirador dos humanistas latinizantes (entre os quais destacamos André de Resende), sendo ele próprio um preconizador dessas idéias: é isto que se depreende da leitura de sua outra obra, as Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e Ortografia da Língua Portuguesa*”, conf. in: **AS DUAS VERSÕES DO TRATADO DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**, in: REVISTA DO LIVRO. Órgão do Instituto Nacional do Livro, v. 21-22, ano VI, 1961. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC], Instituto Nacional do Livro [INL], 1961. p. 84, nota 2 [continuação], alín. 14-9 (março-julho). — Naquele mesmo ano de 1961 o próprio Emmanuel Pereira Filho, em uma outra análise exemplar, afirmava que Pero de Magalhães de Gândavo “... *foi amigo das belas letras e homem de razoável cultura humanística. Conhecia os bons autores do tempo, mostrando decidida preferência por clássicos humanistas. Lourenço de Cáceres, Antônio Pinto, André de Resende, Antônio Ferreira, [Francisco de] Sá de Miranda, João de Barros, Heitor Pinto, Francisco de Moraes, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Diogo Bernardes e Luís de Camões são os autores que ele cita no Diálogo [entre Falêncio e Petrônio (REGRAS ...)] como representativos das letras portuguesas. E, como vemos, não é má a escolha*”, conf. in: Emmanuel Pereira Filho - Introdução, in: Pero de Magalhães de Gândavo - **AS “REGRAS DE ORTHOGRAPHIA” DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Advertência, introdução e notas pelo Professor Emmanuel Pereira Filho, in: REVISTA BRASILEIRA DE FILOLOGIA, n.º 6, p. 9 (VII), alín. 18-25).
105. PEREIRA FILHO, EMMANUEL - **AS DUAS VERSÕES DO TRATADO DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**, in: REVISTA DO LIVRO. Órgão do Instituto Nacional do Livro, v. 21-22, ano VI, 1961. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], 1961, p. 84, nota 2 [continuação], alín. 19-20 (março-julho).

106. QUADROS, JÂNIO da Silva; ALVIM, ADILSON SIQUEIRA; FELÍCIO, DEOCLECIO NOVAES; MOURA, FÁBIO; TOLEDO, GABRIEL DE; CAMPOS, MARISA & BALBÃO, MÁRIO FERREIRA - **CURSO PRÁTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA E SUA LITERATURA**. 1.ª ed. Prólogo dos Editôres. São Paulo, Editôra Formar Limitada, 1966, v. I (VI v.), p. 134, alín. 32-9.

107. São incontáveis os exemplos de uso de palavras ou expressões latinas em meio a textos impressos no idioma português durante os Séculos XVI e XVII (e ainda no Século XVIII), seja em composições epistolares, seja em outras obras de religiosos, principalmente os das ordens regulares, em que sobressaíam os Jesuítas, mas também os representantes das demais ordens religiosas. Deve-se já assinalar aqui que naquela época (ao menos no Brasil) salvaguardando-se evidentemente as honrosas exceções, os membros das Ordens Regulares eram bem mais letrados que os sacerdotes seculares, representantes do Clero Ordinário. O fato é que selecionei aqui várias ilustrações confirmando o freqüente uso de expressões latinas no linguajar escrito em língua portuguesa daquela época por parte de religiosos e vou iniciá-las exatamente com o objeto da nota de número 2, ou seja, com Fernão de Oliveira que foi um frade capuchinho de esmerada formação educacional e escreveu a primeira gramática da língua portuguesa, publicada em 1536, em cujo colofão lê-se: “*Acaboufe Dempremir efa premeira anotação da lingua Portuguefa, por mandado domuy manifico [magnífico] fenhor Dom Fernando Dalmada, em Lixbõa, ẽ cafa d’Germão galharde a xxvij [27]. dias do mes de Ianeyro de mil & qñhetos & trinta & feis annos de noffa faluação. Deo gratias. Todas [as] coufas tẽ feo tẽpo: & os oçiofos o perdẽ*”. — Temos em seguida vários outros documentos epistolares dos primeiros Jesuítas do Brasil, coligido pelo erudito historiador português, o padre Dr. Serafim [Soares] Leite, S.J., e publicados conjuntamente em uma monumental obra sua. Neste caso principio com uma carta redigida na Bahia em abril de 1549 pelo padre Manoel da Nóbrega, S.J., e dirigida ao padre Simão Rodrigues, S.J., em Lisboa, na qual se lê: “... *Parece-me que non podemos deixar de dar a roupa que trouxemos a estes [índios] que querem ser christãos, repartindo-*

lha até ficarmos todos iguaes com elles, ao menos por non escandalizar aos meus Irmãos de Coimbra, se souberem que por falta de algumas siroulas deixa huma alma de ser christã e conhecer a seu Criador e dar-lhe gloria. Ego, Pater mi, in tanto positus igne charitatis non cremor. Certo ho Senhor quer ser conhecido destas gentes e communicar com elles hos thesouros dos merecimentos da sua paixão, sicut alioquin te audivi prophetantem. E portanto, mi Pater, compelle multas intrare naves et venire ad hanc quam plantat Dominus veneam suam. Cá non sam necessarias letras ... Tu audem, Pater, ora pro omnibus et presentim pro filiis quos enustristi. Lance-nos a todos a benção de Christo Jesu dulcissimo ...”. A seguir temos outra carta do padre Manoel da Nóbrega, S.J., escrita na Bahia a 15 de abril de 1549, destinada também ao padre Simão Rodrigues, S.J., em Lisboa: “E certo hé muyto necessario aver homens qui quaerante Iesum Christum solum crucifixum. Cá [no Brasil] há clerigos, mas hé a escoria que de la [do Reino] vem: omnes quaerunt quae sua sunt. Non se devia consentir embarcar sacerdote sem ser sua vida muyto approvada, porque estes distruem quanto se edifica: sed mitte, Pater, filios tuos in Domino nutritos, Fratres meos, ut omnem hanc terram exeat sonus eorum. Hontem, que foy Domingo de Ramos apresentei ... Mitte igitur operarios quia iam satis alba este messis. Ho Governador [Geral Thomé de Souza] nos tem escolhido hum bom valle para nós ... Vale semper in Domino, mi Pater, et benedic nos omnes in Christo Iesu. Da Baya, 1549”. Numa outra carta, datada da Bahia a 09 de agosto de 1549, do padre Manoel da Nóbrega, S.J., ao padre Simão Rodrigues, S.J., o missivista escreveu: “... E V[ossa]. R[everendíssima]. non seja avarento desses Irmãos e mande muytos para socorrerem a tantas e tam grandes necessidades, que se perdem estas almas à mingoa, petentes panem et non est qui frangat eis. Lá [no Reino] bem abastam tantos religiosos e pregadores, ... Resta, mi Pater, que rogue a N[osso]. Senhor por seus filhos e por mym, ut quos dedisti non perdam ex eis quemquam. Pedimos sua benção ...”. Veja-se agora uma carta do padre Pero Doménech, S.J., de Lisboa, aos padres e irmãos de Coimbra, datada de 27 de janeiro de 1550: “... Chegado o batel pera se embarcar, vierão-se todos pera mim pecador e, prostando-se

com muyta humildade e lagrimas, pedindo-me perdão e a benção, confesso minha fraqueza que por muyto que dissimulasse non potui continere lacrymas, e abraçando-os cum osculo pacis et elevatis oculis in coelum, lhes dei a benção ...”. Do final de agosto de 1552 temos uma carta escrita na Bahia pelo padre Manoel da Nóbrega, S.J., ao padre Simão Rodrigues, S.J., em Lisboa, em que se lê: “*Por todas as vias que posso escrevo a V[ossa]. R[everendíssima]. quia amo Patrem meum qui et ipse amat me. E, porque me parece que tenho já bastantemente escripto, nesta somente darei conta ...*”. Vejamos agora uma carta do padre Manoel da Nóbrega, S.J., escrita na Capitania de São Vicente em outubro de 1553 e dirigida ao Rei D. João III: “*... E por isso se permite que junto das portas da cidade se espedacem corpos humanos e se comão, ho que hé oprobrio de Christo e deshonrra da nobreza portugues(a), e todos dizem: pax, pax, et non erat pax. Curavimus Babilonem et non est curata. Parece rezão deixáremos esta parte e quinhão ao Bispo e a seus Padres, ...*”. Segue-se uma carta do então ainda irmão Joseph de Anchieta, redigida na Capitania de São Vicente a 20 de março de 1555 e dirigida aos irmãos enfermos de Coimbra: “*Nesta [carta] não vos queria escrever outras novas, senão huma nova, que ey medo que seya em nós muy nova e pouco sabida, isto hee, que vos lembreis, Charissimos, que virtus in infirmate perficitur ... E assim foi, dormindo de noite com a camisa empapada em agoa e sem fogo emtre mato, et vivit et vivimus, Fratres, tendo piedade de vos ver gastar tanto tempo em meezinhas quae admodicum imo ad nihilum valent. Neste tempo que estive em Piratininga ... Rogo vos omnes ut semper oretis pro paupere Fratre Joseph. A meus charissimos Padres Francisco Rodriguez, Miguel de Sousa, Antonio de Quadros, Dom Lião, Manoel Godinho, com todos os demais e elles principalmente, e homeu charissimo P. Antonio Correa, que forão e são meus pais, rogo e peço se lembrem sempre deste pobre filho que em Christo gerarão e nutrierunt, aos quais e a todos os demais, maxime a meu charissimo Jorge Rijo, (si modo vivit) desejo escrever, e porém parece-me que satisfação com as cartas gerais que vão para toda a Companhia. Opto vos, Fratres charissimi, semper in Christo bene valere. A 20 de Março de 1555, de S. Vicente. Pauper et*

inutilis, Joseph". Em seguida temos uma carta do padre Ambrósio Pires, S.J., redigida na Bahia a 06 de junho de 1555, e enviada ao padre Diego Mirón, S.J., em Lisboa: "*Pax Christi in cordibus nostris*. Creio que, por todas as vias que pude, escrevi sempre a V[ossa]. R[everendíssima]. da Capitania do Porto Seguro, onde estive quasi todo o tempo que há que nestas partes [do Brasil] ando nam seguro por minhas fraquezas de *spiritu*, mas com esperanças que *ipse dabit fortitudinem ut terra nostra dei fructum suum* ... também está aqui o Irmão João Gonçalves, *vere israelita in quo non est dolus, mortificacio ut merito Frater Societatis Iesu* ... *Ho que mais passa com suas particularidades escrevem os Irmãos que tem caro scilicet, o Irmão Antonio Blasquez, e João Gonçalves, e o Padre Antonio Perez. Vale, Pater mi. Quem tu optime nostri Ambrosius*". Do então ainda irmão Joseph de Anchieta existe uma carta escrita em Piratininga no final de dezembro de 1556 e, aparentemente, dirigida ao Provincial de Portugal, a qual termina assim: "*Em Piratininga e Casa de S. Paulo da Companhia de Jesu em o fim de Dezembro de 1556. Minimus Societatis Iesu, Joseph*". Novamente do padre Manoel da Nóbrega, S.J., há uma carta redigida na Bahia a 08 de maio de 1558 e endereçada ao padre Miguel de Torres, S.J., em Lisboa, onde se lê: "... *Mais os portugueses destas partes [do Brasil] como atégora estiveram sujeitos a medrosos dos Indios illic trepidant timore ubi non est timor, por que não há perigo propinco, nem longinquo tão pouco ...*". Agora apresento uma carta escrita na Capitania do Espírito Santo no princípio do ano de 1559, aparentemente da autoria do irmão Antonio de Sá, e destinada aos padres e irmãos da Bahia, a qual começa assim: "*Pax Christi*, Depois da partida do Pe. Francisco Pires pera essa cidade do Salvador, ...". Segue-se mais uma carta do padre Manoel da Nóbrega, S.J., datada da Bahia a 05 de julho de 1559, e dirigida a Thomé de Souza, antigo Governador Geral do Brasil, então residente em Lisboa: "... *cujos desejos sou eu certo que serão os do outro Simeão, que desejava lumen ad revelationem gentium, et gloriam plebis tuae, Ysrael: defecerunt prae lachrymis oculi mei, conturbata sunt viscera mea, effusum est in terra iecur meum, porque vejo o mau caminho que esta terra leva, ... à imitação daquele Senhor, qui venit quaerere ovem quae perierat deixando as noventa e nove no deserto: et*

manducabat cum peccatoribus et publicanis; o que veio a buscar não justos mas peccadores pera salvar; et venit quaerere et saluum facere quod perierat; e disse: Beati misericordies, quoniam ipsi misericordiam consequentur. E apiadou-se doroubado e ferido dos ladrões ... como diz o Sabio no Ecclesiastico: Respicite, filii nationes hominum et scitote quia nullus speravit in Domino et confusus est; e o Propheta diz: Spera in Domino et fac bonitatem. Deste negocio se deve muito a Vasco Rodriguez de Caldas, ... pois Christo N[osso]. Senhor venit hunc ignem mittere in terram et vult ut accendatur. Elle lhe dê, por sua misericordia a sua paz na terra e a gloria nos ceos. Amen ...”. Já na carta do padre Francisco Pires, S.J., datada da Bahia no mês de julho de 1559 e endereçada aos padres e irmãos de São Roque, se lê: “Gratia et Pax Christi. Estando a carta geral já no maço (e escrita, me mandou) o nosso Padre Preposito que proseguisse com algumas cousas adiante, quae sunt ea quae sequuntur. Chegou o Senhor Governador, dos Ilheos, ... e (aqui já) conversamos falar e dizer: Ô quam bonum et quam iucundum habitare fratres in unum, sicut etc. E assim, de grao em grao, ca receberemos nossa parte, ... e o nosso novo pastor, o pastor das nossas almas, quid dicam ? Illa nubes lucida (obrumbravit) omnes, et deciderunt omes in facies suas, porque corpos humanos não podem comprehender tam grande alegria ...”. Veja-se também uma carta do padre Francisco Pires, S.J., escrita da Bahia a 02 de outubro de 1559 e dirigida ao padre Miguel de Torres, S.J., em Lisboa: “... Porque se eu escrevera, como muytas vezes dsejei escrever, que seus pees erão veloces ad effundendun sanguinem, agora posso com resão escrever ... e se suas gargantas era sepulchrum patens pera matarem e comere os vivos ... e se não avia contricio mas infelicitas in viis eorum, agora choram ... e se não avia temor de Deos ante oculos eorum, agora não tão somente temor de Deos mas do Governador isto tudo se obra, Padre meu, in manu potenti et brachio excelso. E, asi fica a cousa tão chãa ... e se nos perguntarão quare hic statis ociosi, responderamos [sic] que nemo nos conduxit mas já aguora, que ha mese [messe] hé muyta operarii autem pauci que diremos ...”. Há também uma carta do padre Manuel Alvares, S.J., escrita da Bahia a 04 de setembro de 1560 e

enviada aos padres e irmãos de Coimbra, onde se lê: “... *Agora ao prezente ainda não estou muito forte e a nao se daa muita presa* [pressa]. *Dominus ipse dabit virtutem et fortitudinem. Vistos(s) os Irmãos e Padres do Brazil, me parecia verdadeiramente ver huns apostolos, ...*”. Para concluir esta longa seqüência vem agora uma carta do padre Antonio Pires, redigida na aldeia de Santiago na Bahia a 22 de outubro de 1560 e dirigida aos padres e irmãos de Portugal, onde se lê: “... *porque espero servyrá de cada hum de vós se alembrar de um homem esquecido de todos para me encommendarde a Deos muy particularmente. Gratia Domini nostri Iesu Christi vobiscum. Amen. Valete et orate pro me ...*”, conf. in: Padre Serafim Soares Leite, S.J. - **CARTAS DOS PRIMEIROS JESUÍTAS DO BRASIL**. Apresentação, índice geral, bibliografia impressa, abreviaturas e introdução geral pelo [padre] S[erafim]. [Soares] L[eite]. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais; Coimbra, Tipografia de Atlântida, 1956, v. I, p. 109-15; p. 116-8; p. 119-32; p. 171-4; p. 401-9; conf. também in: *Opus citatus*, 1957, v. II, p. 15-7; p. 146-53; p. 229-33; p. 313-7; p. 447-59; conf. também in: *Opus citatus*, 1958, v. III, p. 18-22; p. 70-105; p. 109-12; p. 157-8; p. 275-9; p. 308-15. — Complementando esta relação de autores religiosos do Século XVI que, redigindo em português, valeram-se costumeiramente de palavras ou expressões latinas, registre-se mais uma vez o padre Joseph de Anchieta, S.J., com a sua **Informação do Brasil e de suas Capitanias**, a **Breve Noticia Historica das Missões dos Jesuitas no Brasil**, cujo título Capistrano de Abreu mudou para **Informação dos Primeiros Aldeamentos da Bahia**, e a **Informação dos Casamentos dos Indios do Brasil**, além de outros escritos seus. — Na mesma situação se enquadra o padre Fernão Cardim, S.J., com a sua **Informação da Missão do P. Christovão de Gouvêa às partes do Brasil. Anno de [15]83**, a que Francisco Adolpho de Varnhagen preferiu denominar de **Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuitica. Pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo), etc., desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovão**

de Gouvêa, além da **Informação da Província do Brasil para Nosso Padre**, cuja autoria foi a princípio atribuída equivocadamente por Capistrano de Abreu ao padre Joseph de Anchieta, S.J., entretanto, posteriormente o padre Dr. Serafim Soares Leite, S.J., a restituiu devidamente ao padre Fernão Cardim, S.J. — Ainda no mesmo rol de autores religiosos do Século XVI que, mesmo escrevendo em português, valeram-se também de palavras ou expressões latinas no seu texto, assinale-se aqui, da lavra de um certo jesuíta anônimo, o **Sumário das Armadas** ..., a mais antiga crônica em língua portuguesa sobre a Parafba. A respeito dessa crônica anônima elaborei uma alentada crítica de atribuição (3 v.), onde não somente logrei tornar sem efeito a argumentação do padre Dr. Serafim Soares Leite, S.J., para quem sua autoria devia ser imputada ao padre Simão Travaços, S.J., e não ao padre Jerônimo Machado, S.J., bem como consegui demonstrar de maneira inequívoca que a redação definitiva dessa relação anônima é de 1594, embora ela pudesse já estar sendo rascunhada ao sabor dos acontecimentos entre os anos de 1584 e 1587. No “*cap[ítulo]. fin[al]. [XXIV]*” dessa crônica anônima o seu autor escreveu (O fragmento que se segue não provém de qualquer das suas sete edições, tendo em vista que elas não têm boa fidelidade textual, mas sim diretamente do apógrafo seiscentista pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa, a partir do qual, juntamente com o correspondente códice de Évora, estou preparando uma edição crítica com transcrição diplomática desses dois documentos): “... *fo [só] relatey nefte breue cõpendio [.] ao noffo modo e por [motivo d]a obediencia [religiosa,] o que [se] paffou na Capitanja do [rio] parayba, defdo [desde o] ipo [tempo], [em] q̃ os reis de portugal entenderão o q̃ lhe importaua, ate o eftado, ordem e quietaçam, em q̃ o ouujdor geral, Marim Lejtam a deixou sub correctione [., ou seja, sob prisão], e ainda com m^{to} [muito] medo [., pedindo a v[ossa]. p[aternidade]. [., ou seja, pedindo ao Padre Geral da Companhia de Jesus,] q̃ quando fucceder mōstrallo [., ou seja, mostrar este compêndio, o **Sumário das Armadas**,] à algũs p^{es} [padres], [que] fejam [sejam] dos escolhidos. Noffo fñor & & *Finis*.”, conf. in: **Summario das armadas q’ fe fizeram e guerras q̃ fe deram na conquifta do m^{to} [muito] R^{do} [Reverendo] padre em Xpo***

[Cristo] o p^o Xpovaõ [Christovão] de Gouuea [Gouvea] uisitador da Companhia de Jesu de toda a prouinça do Brafil, Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, cód. 302, fól. 73, alín. 27-30; fól. 73v., alín. 1-7. — Ainda com o mesmo objetivo temos para registrar agora a preciosa e raríssima gramática do idioma tupi, elaborada pelo padre Joseph de Anchieta, S.J., e publicada em Lisboa no ano de 1595. Aliás, desde três décadas antes, o seu texto já existia como manuscrito, ao longo das quais essa gramática vinha sendo utilizada para o ensino da língua geral do gentio da costa do Brasil aos Jesuítas residentes nessa terra. Pois bem, o texto dessa gramática está crivado de palavras e expressões latinas, o que dispensa a transcrição sequencial das mesmas, conf. *in*: Padre Joseph de Anchieta - **ARTE DE GRAMÁTICA DA LÍNGUA MAIS USADA NA COSTA DO BRASIL FEITA PELO P. JOSEPH DE ANCHIETA**. Edição da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Explicação (Rio, 02 de julho de 1933) [de Rodolpho Augusto de Amorim Garcia]. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933, fól. 1, alín. 14 *et passim* [Para a confecção desta edição foram utilizadas as chapas estereotípicas doadas à Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) por Julius Platzmann, com as quais ele havia preparado a edição de 1876, de acordo com a *editio princeps*]. — Ainda no Século XVI, entre os autores religiosos que produziram suas obras em português, porém valendo-se também de palavras ou expressões latinas, temos o padre Quirício Caxa, S.J., que escreveu em 1598 a **Breve Relação da Vida e Morte do P. Joseph de Anchieta, V Provincial que foi do Brasil, recolhida por o P. Quirício Caxa, por ordem do P. Provincial Pero Roiz** [Rodrigues] no anno de [15]98. Esta é, sem dúvida, a mais antiga biografia do “Apóstolo do Brasil”, publicada pela primeira vez somente em 1934 pelo padre Dr. Serafim [Soares] Leite, S.J., e que Joaquim [Brás] Ribeiro republicou nos anos cinquenta do Século XX com um erudito aparato crítico, infelizmente, amputando-lhe parte do título original, conf. *in*: Padre Quirício Caxa - **VIDA E MORTE DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA** [por] QUIRÍCIO CAXA. Introdução e aparato crítico de Joaquim [Brás] Ribeiro. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal - Secretaria Geral de Educação e Cultura, Organização Cultural Vida, s.d., p. 51, alín. 6; p. 55, alín.

18; p. 56, alín. 5-6; alín. 15; p. 68, alín. 16; p. 77, alín. 2, alín. 3 (Coleção Cidade do Rio de Janeiro, v. 5). — Dentre os muitos autores religiosos do Século XVII que, escrevendo em português, utilizaram palavras ou expressões em latim, assinalarei apenas dois. O primeiro deles é frei Vicente do Salvador, O.F.M. (Vicente Rodrigues Palha), o “Heródoto brasileiro”, cuja fundamental **História do Brasil**, concluída em 1627, teve que esperar mais de dois séculos e meio para ser dada à luz em letra de forma. Aí, diversas expressões ou locuções latinas podem ser observada ao longo de todo o seu texto, conf. *in*: **HISTORIA DO BRASIL 1500-1627** [por] **FREI VICENTE DO SALVADOR NATURAL DA BAHIA**. Revista por [João] Capistrano [Honório] de Abreu, Rodolpho [Augusto de Amorim] Garcia e Frei Venâncio Willeke, O.F.M. 5.^a ed. Comemorativa do 4.^o Centenário do Autor. Apresentação de Aureliano Leite. Explicação para a 3.^a Edição (Rio, fevereiro, 1931) [e notas de rodapé] por Rodolfo [Augusto de Amorim] Garcia. “Duas Palavras” (Olinda, PE, 14 de outubro de 1964) [e notas de rodapé] por Frei Venâncio Willeke, O.F.M. Nota Preliminar (Rio/São Paulo, junho de 1918) [e “Prolegomenos” a cada um dos cinco livros ou partes que compõem a obra] por J(oão). Capistrano (Honório) de Abreu. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1965, livro I, cap. 4.^o, p. 63, alín. 7, alín. 10, alín. 12 - cap. 8.^o, p. 73, alín. 16 - cap. 11.^o, p. 82, alín. 3, p. 83, alín. 4-5, alín. 10-1, alín. 13-4, alín. 27-8; livro II, cap. 13.^o, p. 144, alín. 16 - livro III, cap. 6.^o, p. 171, alín. 31-2 - cap. 11.^o, p. 188, alín. 11 - cap. 21.^o, p. 213, alín. 2; livro V, cap. 2.^o, p. 406, alín. 20 - cap. 23.^o, p. 441, alín. 7-8 - cap. 30.^o p. 458, alín. 32 - cap. 45.^o, p. 500, alín. 11. — Já o segundo autor religioso do Século XVII, aqui selecionado para ilustrar o uso de palavras ou expressões latinas em obras impressas em português, é frei Manoel Callado do Salvador, O.S.P., que inclusive abusou do latim na obra que se segue, o que não chega a causar espécie, tratando-se ele, além de excelente cronista, de uma pessoa de temperamento explicitamente vaidoso, bastante afeito a auto-referências e que não perdia oportunidade para mostrar o quanto era versado na língua-mãe, nas citações das sagradas escrituras e dos autores clássicos. Vaidade à parte, sua obra e tela, redigida na condição de testemunha presencial de grande parte dos sucessos aí narrados, é fundamental e indispensável ao estudo do

período neerlandês no Brasil, particularmente a fase nassoviana. Essa sua obra foi lançada em 1648 numa edição hoje raríssima, já que foi interdita pouco depois da sua impressão, apesar de possuir todas as licenças necessárias, e incluída no **Index librorum prohibitorum** ..., vindo a obter nova licença para circular somente vinte anos mais tarde, ou seja, em 1668, numa versão ou tiragem tão rara atualmente quanto a original, conf. in: Frei Manoel Callado do Salvador, O.S.P. - **VALEROSO LVCI-DENO E TRIVMPHO DA LIBERDADE. PRIMEIRA PARTE** [e única]. **COMPOSTA POR O P. MESTRE FREI MANOEL CALADO** [sic] da Ordem de S. Paulo primeiro Ermitão, da Congregação dos Eremitas da Serra d'Offa, natural de Villaiçosa DEDICADA AO SERENISSIMO SENHOR DOM THEODOSIO Principe do Reyno, & Monarchia de Portugal. EM LISBOA. Com licença da Sancta Inquição, Ordinario, & Mefa do Paço. Por Paulo Craesbeeck [sic], Impreffor, & liureiro das Ordes Militares. Anno do Senhor de 1648, *passim*.

108. Também os autores não religiosos do Século XVI e do Século XVII costumavam utilizar palavras ou expressões latinas em suas obras impressas no idioma português e, de resto, tem ocorrido ao longo do tempo até os dias atuais, se bem que, progressivamente, de forma menos corriqueira. Poder-se-ia até dizer, ao menos no Brasil, que ao longo do tempo a rarefação progressiva do uso de citações latinas nos textos impressos em português tem corrido em paralelo à rarefação da formação humanista das pessoas letradas. Início, pois, as ilustrações aqui cabíveis com uma obra publicada em 1521 por Garcia de Resende, onde em certa altura se lê: “*Se soffro com paciençia as paixões pollo* [amor] *de deos. Deo gracias.*”, conf. in: Garcia de Resende - **Breve memorial dos pecados & coufas que pertencẽ ha cõfiffã hordenado por Garcia de refede fidalguo da cafa del Rei noffo fenhor.** [Colofão:] Acabouffe ho cõfeffionario em lingoaiẽ [linguagem] portugueses ffeito por Garcia de refende e empremido per mãdado do muyto alto & m.^{to} poderofa Rey dom Manuel noffo fenhor Cõ feu priuilegio. Em a muyto nobre cidade de lixboa per Germão gaillarde [Galharde] empremido a xxv [25]. dias de feureiro. De mil. v.xxi

[1521]. annos, fól. 20v., alín. 13-5. — A seguir temos João de Barros (objeto da precedente nota de número 3), autor da segunda gramática da língua portuguesa entre várias outras obras memoráveis. Pois bem, já no frontispício dessa sua gramática lê-se a seguinte expressão: “OLLISSIPPONE. Apud lodouicum Rotorigũ Typographum. M.D.XL[1540]”, conf. in: João de Barros - **GRAMMÁTICA da lingua Porguguefa. OLLISSIPPONE. Apud Lodouicum Rotorigũ Typographum. M.D.XL.** [Aí pouco importa que a decisão pelo uso do latim no frontispício dessa obra para a cidade de Lisboa e a oficina tipográfica de Luís Rodrigues tenha partido deste último ou do próprio autor dessa gramática] — A seguir citarei uma monumental obra de Fernão Lopes de Castanheda, cuja raríssima *editio princeps*, de que são conhecidos apenas três exemplares, surgiu em 1551 sob o título (já contendo uma expressão latina) de **Hiftoria do defcobrimento & conquista da India pelos Portuguezes. Feyta per Fernão Lopez de Caftanheda. E aprouada pelos Senhores deputados da Sancta Inquifição.** [Colofão:] *LAVS DEO* Foy impreffo efte primeiro livro da Hiftoria da India em a muyto nobre & leal cidade de Coimbra, por Ioam da Barreyra & Ioam Aluarez, empreffores del Rey na mefma univerfidade. Acaboufe aos feys dias do mes de Março. De M.D.LI [1551]. Nessa mesma obra, lê-se ainda em certa altura: “*Sibile vaticinium occiduis decretũ ... Voluntur saxa literis & ordinem rectis. Cum videas oriens occidentis opes. Ganges, Indus, Tagus erit mirabile vifu, Merces cõmutabit fuas vter que fibi*”, conf. in: Fernão Lopes de Castanheda - **HISTÓRIA DO DESCOBRIMENTO E CONQUISTA DA ÍNDIA PELOS PORTUGUESES POR FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA.** Introdução e Revisão de M[anuel]. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, livro I, cap. XXVIII, p. 71, alín. 29-36 (Tesouros da Literatura e da História, v. 9). — Por sua vez, o grande escritor André de Resende, nascido em 1498 e que escreveu bastante em latim, veio a publicar em português, no anode 1570, uma obra hoje raríssima, da qual se conhece apenas uma exemplar da *editio princeps*, intitulada **Da fancta vida & religiofa conuerfaçam, de Frey Pedro, Porteiro do Mõesteiro de Sanct Domingos de Euora. Scripta per ho doctor Meeftre Andree de Reefende.** [Colofão:] Foy

visto este compêdio per hos muito magníficos & ruerendos feñores hos feñores Meeftre frey Manuel da Veiga, & ho doctor Diogo Meede de Vafconcellos, Inquifidores en este arcebisfado de Euora, por ho Cardeal Iffante [D. Henrique] noffo feñor, & per fua auctoridade, q̃ haqui vay interpofta, Andree de Burgos, caualleiro da cafa do dicto feñor & feu impreffor ho imprimio en Euora no mes-de Outubro, do ãno de M.D.LXX [1570]. Nessa obra pode-se detectar várias passagens em que o autor se valeu de palavras ou expressões latinas: a) “*Ho prior lhe deu hũa aspera difciplina & defque [desde que] lhe parefeu que ftava fatiffecto, fperou que frey Pedro dixeſſe Peccaui, quomo fe uſa dizer, quando ho prelado tõe difciplinado quãto bafta. Mas veendo q̃ fe calaua, começou de ho ferir mais asperamente com ha difciplina & dizia lhe. Dize peccaui. E frey Pedro dizia. Dae boas, dae, dae, dae. Ho q̃ ho prior, poſto en cholera, fazia de tal modo, & com tanta força q̃ ho fangue corria per as coftas. Leuãtou fe entam ho meeftre frey Ioan de Aueiro, religiofo muito antigo, & de muita auctoridade, & chegãdo aho prior lhe dixe. A padre por amor de Deos nã mais. E lançãdo ha põcta do ſcapulario fobre hos hõbros de frey Pedro, dixe lhe. Dize peccaui. Refpõdeu frey Pedro todo alegre. Verdade é, q̃ peccaui. Mas por ipfo, dae vos bõas, dae, dae, dae. Todos & ho mefmo prior fe moueram a lagrymas ...*” [Incidentalmente, vê-se aí também um exuberante exemplo de sadomasoquismo no comportamento religioso daquela época]; b) “*Mas fe algũ o foor tam duro ou contumaz, que ifto non eſtime por baſtãte, ouſo dizer q̃ eſte tal, nec fiquis ex mortuis refurgat, credet. Christo optimo maximo gloria in aeternum*”, conf. in: Samuel da Costa Grillo - **VOCABULÁRIO DA VIDA DE FREI PEDRO De ANDRÉ DE RESENDE**. Seguido da reprodução fac-similar da edição quinhentista. Preparado pelo Professor Samuel da Costa Grillo. Apresentação ([Rio de Janeiro,] fevereiro de 1966) de A[ntônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1966, p. 217, alín. 10-24; p. 242, alín. 13-6 (Dicionários da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, v. 7). — Daquela mesmo ano de 1570 temos também exemplo de latinismos em uma outra obra bastante rara e incomum por vários motivos. Ela é rara, não somente pela extrema

escassez dos seus exemplares, mas também pelo fato de ter sido escrita por uma mulher, uma raridade naquela época, e ainda em virtude da bizarrice do seu título. Aliás o dito título já contém uma expressão latina, conf. in: Lianor de Noronha [*“filha de dō Fernando Marques de Villa Real”*] - **Efte libro he do começo da hiftoria de noffa redençam, que fe fez para a confolaçam dos que não fabê latim. Pede a’ Autor delle aos lectores que com charidade lhe digam por amor de Deos hũ Pater nofter polla alma.** [Colofão:] Em Lisboa. Por Ioam de Barreyra. M.D.LXX [1570]. — Por sua vez, o cronista do Brasil colonial Gabriel Soares de Souza que residiu nestas plagas durante 17 anos, redigiu no Reino uma obra enciclopédica, somente impressa muitos anos mais tarde, a qual teria sido concluída em 1587, segundo o parecer de Francisco Adolpho de Varnhagen. Nessa obra o seu autor quinhentista também usou uma expressão latina, no caso o dístico do brasão d’armas da Cidade do Salvador: *“Sic illa ad Arcam reversa est”*, conf. in: Gabriel Soares de Souza - **TRATADO DESCRIPTIVO DO BRASIL EM 1587.** Edição castigada pelo estudo e exame de muitos codices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha e França, e accrescentada de alguns commentarios por Francisco Adolpho de Varnhagem [sic]. Terceira Edição [sic]. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre, 1938, parte segunda, tít. 1, cap. V, p. 131, alín. 5 (Brasiliana, v. 117). — Dentre as obras impressas já no Século XVII registro inicialmente uma bastante expressiva pelo fato de nela se encontrar inúmeras palavras e citações latinas, da autoria do já mencionado Duarte Nunes de Leão (Vide a nota de número 4), a qual foi estampada em 1606. Aí, já num dos seus fólhos preambulares, antes da dedicatória do autor ao Rei D. Filipe II de Portugal (III de Espanha), lê-se o seguinte: *“Authoris in inuidos Carmen./INuide quid tetro haec fuffundis fcripta veneno ?/Et carpis quae no efficere ipfe potes ?/Si non afsequeris, cur taxas ? fi bona quam fint/Agnofcis cur non laudibus ufque vebis ?/Aut calamo fcribe arrepto meliora, vel atro/Inclufum tacitus pectore virus habe.”*, conf. in: Duarte Nunes de Leão — **ORIGEM DA LINGOA PORTVGVEZA. PER DVARTE NVNES DE LIÃO, DESEMBARGADOR DA CASA DA SVPPPLICAC,ÃO, NATVRAL DA INCLYTA CIDADE DE**

EVORA: Dirigida a el Rei Dom Philippe o II. de Portugal noffo Senhor. EM LISBOA: Impreffo por Pedro Crasbeeck. ANNO MDCVI [1606], fól. 2v. — Menciono agora um importante e raríssimo opúsculo, de que são conhecidos alguns poucos exemplares da sua *editio princeps*, da autoria do Capitão Simão Estácio da Silveira, com particular interesse para a História da conquista do Maranhão, o qual foi dado à luz em letra de forma no ano de 1624 sob o título de **RELAÇÃO SUMÁRIA DAS COVSAS DO MARANHÃO. Efcrita pello Capitão Symão Eftacio da Sylueira.** *Dirigida aos pobres defe Reyno de Portugal.* EM LISBOA. Com todas as licenças neceffarias. Por Geraldo da Vinha. Anno de 1624. No final do “PROLOLOGO” desse opúsculo o autor valeu-se assim do latim: “*Viuite faelices, quibus eft fortuna peracta, lam fua; nos alia exalijs in fata vocamur.*”, conf. in: Simão Estácio da Silveira - **RELAÇÃO SUMÁRIA DAS COUSAS DO MARANHÃO.** Reprodução fac-similar da edição de 1624. Introdução (“*Simão Estácio, capitão de navio, procurador das cousas do Maranhão*”) de Darcy Damasceno, in: ANAIS DA BIBLIOTECANACIONAL, v. 94, 1974. Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação, 1976 [p. 104, alín. 25-6]. — Na seqüência vem outra obra gramatical rara e importante, da qual não conheço reedições, escrita por Alvaro Ferreira de Vera e publicada em Lisboa no ano de 1631. Lê-se aí, antes da dedicatória “**A DOM MANOEL D’EÇA**”, a seguinte mensagem latina aos leitores: “*AD LECTOREM./Huc conuertere libens oculos: hunc per lege librum./Qui tot librorum munera mira dabit./Eft opus hoc variis: eft magnis undiq, rebus/Plenum: quod poterit grata docere fimul./Eft liber: est auctor nimium laudandus: & ipfe:/Ad quem nunc properat: quo duce ductus erit.*”, conf. in: Alvaro Ferreira de Vera - **ORTHOGRAPHIA, OV MODO PARA ESCREVER certo na lingua Portuguefa. COM HVM TRATADO DE MEMORIA artificial: outro da muita femelhança, que tem a lingua Portuguefa com a Latina.** AVTHOR ALVARO FERREIRA de Vera, natural da inclyta cidade de Lisboa. DIRIGIDO A DOM MANOEL d’Eça, &. *Com todas as licenças neceffarias.* Em Lisboa. Per Mathias Rodriguez. Anno de 1631, fól. 3v. — Para finalizar esta seqüência registra-rei agora outra raríssima obra gramatical da autoria de João Franco

Barreto, publicada em Lisboa no ano de 1671. Em certa altura do “PROLOGO” dessa obra o autor também se valeu do idioma latino: “*Multa renascuntur quae jam cecidere, cadentque/Dogmata, quae fummo nunc in honore vigent./Quae nova sunt, hodie quae placent non usque placebunt./Cur ita ? quae nova sunt, non nova femper erunt.*”, conf. in: João Franco Barreto - **ORTOGRAFIA DA LINGVA PORTVGVEZA PER IOAM FRANCO BARRETO**. *Offerecida AO S^{or} FRANCISCO DE MELLO*, Filho primogenito do S^{or} Garcia de Mello, do Confelho de S.A. & feu Monteyro môr. EM LISBOA. Na Officina de IOAM DA COSTA. *A cufta de Antonio Leyte Mercador de Livros, na rua nova*. M.DC.LXXI [1671], fôl. 4.

109. Ao menos no que toca à sua obra histórica, Pero de Magalhães de Gândavo, embora um humanista latinizante, mostrou-se aí bastante modesto sob este aspecto, de acordo com a respeitável opinião de Emmanuel Pereira Filho. Tanto é assim que, não se levando em consideração alguns latinismos gráficos (e provavelmente também fonéticos) por ele utilizados na sua obra histórica (tais como em “*Tractado*”, “*Sancta*”, “*victoria*” e “*lector*”, além de outros mais como “*pera*” [*per ad > pera > para*]), foram poucas as palavras latinas de que ali lançou mão. Na verdade, nenhuma palavra latina, propriamente dita, consegui localizar na sua **História** ..., entretanto, a colheita foi um pouco menos estéril no que tange às duas redações precursoras desse livro, ou seja, nos **Tratados** ... Considerando que, em princípio, em ambas as versões precursoras as palavras latinas encontradas são as mesmas, irei me servir aqui somente do texto do **TRACTADO DA prouinçia do Brafil** ..., tendo à vista a reprodução do respectivo apógrafo quinhentista pertencente ao Museu Britânico. Veja-se, pois, as seguintes ilustrações: a) “... *se dão nestas partes* — [Scilicet] — *muitos melloes pepinos & figos de muitas castas, ...*”; b) “*A lingoa deste gentio toda pella costa he hũa [única], careçe de três letras* — [Scilicet] — *não se acha nella f, nẽ l, nẽ R, cousa ...*”; c) “... *sõmente cobição muito algũas cousas q vão deste Reino* — [Scilicet] — *camisas, pellotes, ferramentas e outras cousas ...*” d) “... *pera que não deseiemos [desejemos] terras estranhas prometendo esta nossa tanta Riqueza e prosperidade aos q a fore buscar*

p(er)a seu Remedio. Finis”, conf. in: Pero de Magalhães de Gândavo - **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL De PÊRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. n. 2 026 da Bibl[ioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; advertência, introdução, leitura, comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) de A[ntônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do IBGE, 1965, p. 177, alín. 1-2; p. 181, alín. 13-5; p. 221, alín. 4-6; p. 243, alín. 5-12.

110. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ A QUE VULGARMENTE CHAMAMOS BRASIL**. Edição fac-similada [da 1.ª ed. de 1576]. Nota Prévia de [frei] Francisco Leite de Faria [, O.F.M. Cap.]. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984, fól. 4, alín. 21-6.
111. **ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL**. Organizado e redigido com a colaboração de distintos homens de ciência e de letras brasileiros e portugueses. Edição ricamente ilustrada com milhares de gravuras, muitas em côr. Rio de Janeiro - Nova York, M. Jackson Inc., s.d., v. III, p. 1636.
112. **PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFFICIO ÀS PARTES DO BRASIL PELO LICENCIADO HEITOR FURTADO DE MENDOÇA CAPPELÃO FIDALGO DEL REY NOSSO SENHOR E DO SEU DESEMBARGO, DEPUTADO DO SANTO OFFICIO — DENÚNCIAÇÕES DE PERNAMBUCO — 1593-1595**. [1.ª ed.] Introdução [, notas e índice onomástico] por Rodolpho [Augusto de Amorim] Garcia. São Paulo, Homenagem de Paulo [da Silva] Prado, 1929, p. 466, alín. 4-5 (Publicações da Série Eduardo [Paulo da Silva] Prado: Para melhor se conhecer o Brasil, v. 5).
113. QUADROS, JÂNIO da Silva; ALVIM, ADILSON SIQUEIRA; FELÍCIO, DEOCLÉCIO NOVAES; MOURA, FÁBIO; TOLEDO, GABRIEL DE; CAMPOS, MARISA & BALBÃO, MÁRIO FERREIRA – **CUR-**

SO PRÁTICO DA LÍNGUA PORTUGUÊSA E SUA LITERATURA. 1.^a ed. Prólogo dos Editôres. São Paulo, Editora Formar Limitada, 1966, v. 1 (6 v.), p. 134, alín. 9-13.

114. SILVEIRA, JOAQUIM DA - **GÂNDAVO E NÃO GANDAVO**,
in:BRASILIA, Coimbra, v. III, 2.^a parte, 1946, p. 527-8.
115. **PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFFICIO ÀS PARTES DO BRASIL PELO LICENCIADO HEITOR FURTADO DE MENDOÇA CAPELLÃO FIDALGO DEL REY NOSSO SENHOR E DO SEU DESEMBARGO, DEPUTADO DO SANTO OFFICIO — DENUNCIACÕES DA BAHIA — 1591-1593.** Introdução (Rio, junho de 1925) por J[oa]o]. Capistrano [Honorio] de Abreu. São Paulo, Homenagem de Paulo [da Silva] Prado, 1925, p. 552, alín. alín. 11-2 (Publicações da Série Eduardo [Paulo da Silva] Prado: Para melhor se conhecer o Brasil, v. 3).

2. **ANEXO I** — BIBLIOGRAFIA DE PERO DE
MAGALHÃES DE GÂNDAVO

2.1. A OBRA GRAMATICAL

1. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **REGRAS/QVE ENSINAM/A MANEIRA DE ESCRRE-/VER E ORTHOGRAPHIA DA/lingua Portuguefa, com hum Dialo/go que adiante fe fegue em de-/fenfam da mesma lingua./AVTOR/PERO DE MAGALHÃES/DE GANDAVO./EM LISBOA/Na officina de Antonio Gonfaluez./Anno de 1574. In 8.º de 36 fól. [(fól. 2) aprovação de F(rei). Bertholameu Ferreira e licenças; (fól. 2v.) dedicatória a D. Sebastião; (fól. 3-5) prólogo; (fól. 5) início das **Regras** ...; (fól. 21) início do **Dialogo**]**

(ANTÓNIO JOAQUIM ANSELMO - **Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI**, 1926, p. 202, n.º 704)

(ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS - **Memoria Para a Historia da Typografia Portugueza do Seculo XVI**, 1812, p. 104)

(DIOGO BARBOSA MACHADO - **Bibliotheca Lusitana** ..., 1752, t. III, p. 591)

(EMMANUEL PEREIRA FILHO - **As “Regras de Orthographia”** ..., 1961, p. 27-8)

(FRANCISCO MARQUES DE SOUSA VITERBO - **O movimento tipográfico em Portugal no século XVI. Apontamentos para a sua História**, 1924, p. 54)

(INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA - **Diccionario Bibliographico Portuguez** ..., 1862, t. VI, p. 430, n.º 360)

(RICARDO PINTO DE MATTOS - **Manual Bibliographico Portuguez** ..., 1878, p. 405)

[É a raríssima 1.^a ed. dessa obra. Segundo Emmanuel Pereira Filho são conhecido apenas três exemplares da *editio princeps*, um dos quais fazia parte do acervo da biblioteca particular do Dr. J. J. Renoux, engenheiro e bibliófilo que se radicou no Rio de Janeiro. Acrescente-se ainda que a Biblioteca Nacional (Lisboa) também tem um exemplar (RES., 4336 P). Possuo o texto digitalizado dessa *editio princeps*. Veja-se o frontispício da 1.^a ed. na p. 117]

2. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **REGRAS/QVE ENSINAM/A MANEIRA DE ESCREVER A/ORTHOGRAPHIA DA LINGVA/Portuguefa, com hum Dialogo que adiante fe fegue/em defenfão da mesma lingua./AVTOR/PERO DE MAGA-/lhães de Ganda-uo.** IMPRESSAS COM/LICENÇA: em LISBOA por Bel-/chior Rodriguez./Anno de 1590./Vendemfe em cafa de João d'Ocanha liureiro. *In*: 4.^o obl. de 16 fól. num. de 1. var. [(fól. 2) aprovação de Frei Bart[holomeu]. Ferreira e licenças do Santo Ofício de 15 de março de 1590; (fól. 2v.) “A el Rey nofso Senhor ...”; (fól. 4.) “De como se ha de fazer diferença na pronvnciação de alguãs letras”; (fól. 10) “... Fim”; (fól. 10v.) “Segvese hvm dialogo em defensam da lingua portvgvesa sobre a qual tem difputa hum Portugues com hum Castelhano ...”; (fól. 16) “Lavs Deo” (entre tarjas)]

(ANTÓNIO JOAQUIM ANSELMO - **Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI**, 1926, p. 4-5, n.º 13, n.º 14; p. 292, n.º 999)

(ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS - **Memoria Para a Historia da Typografia Portugueza do Seculo XVI**, 1812, p. 106)

(DIOGO BARBOSA MACHADO - **Bibliotheca Lusitana ...**, 1752, t. III, p. 591)

(EMMANUEL PEREIRA FILHO - **As “Regras de Orthographia”** ..., 1961, p. 28)

(INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA - **Diccionario Bibliographico Portuguez** ..., 1862, t. VI, p. 430, n.º 360)

(RICARDO PINTO DE MATTOS - **Manual Bibliographico Portuguez** ..., 1878, p. 406)

[É a 2.^a ed. dessa obra, da qual são citados apenas quatro exemplares, um deles pertencente à Biblioteca da Universidade de Évora. O bibliógrafo António Joaquim Anselmo disse ter conhecido pessoalmente os outros três. Dois deles pertenciam à Biblioteca Nacional (Lisboa), um dos quais estava bastante incompleto, e o terceiro era do acervo da Biblioteca da Ajuda (Lisboa). — Essa 2.^a ed. constitui o terceiro de três textos publicados conjuntamente mas os dois textos que o antecedem não pertencem a Gândavo: a) **EXEMPLARES/DE DIVERSAS SORTES DE LETRAS,/TIRADAS DA POLYGRAPHIA DE MANVEL BARATTA/ESCRITOR PORTVGVES, ACRECENTADOS PELO MESMO/AVTOR, PARA COMVM PROVEITO DE TODOS. Dirigidos ao Excellentissimo Dom Theodofio Duque de Bragança, & de Barcellos. &c./Condeftable dos Reynos de Portugal./Acoftados a elles hum tratado de Arifmetica, & outra [sic] de Ortographia Portuguefa./Impreffos em Lisboa Aluarez: A cufta de João de Ocanha liureyro de/Sua Excellencia, onde fe vendem/Com licenças do Sancto Officio: Anno de 1590;** b) **TRATADO DE/ARISMETICA COM/MUYTA DILIGENCIA EMMENDADA./EM LIXBOA, A CVSTA DE IOAM DE OCANHA LIVREYRO DO DVQUE/DE BRAGANÇA (sic) ONDE SE VENDEM. Com licença do Sancto Officio: Anno de 1590]**

3. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Regras/qve ensinam a/maneira de screver a/orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que/adiante se/ segue em defemsão da mesma lingua. Avtor/ Pero de Maga-/lhães de Gandauo.** Impressos com Licen-/ çã em Lisboa em casa de Alexandre/de Siqueyra. Anno de 1592./Vende-se em casa de João dOcanha liureiro. *In* 4.º obl. de 26 fól.

(ANTÓNIO JOAQUIM ANSELMO - **Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI**, 1926, p. 309, n.º 1061, n.º 1062, n.º 1063)

(DIOGO BARBOSA MACHADO - **Bibliotheca Lusitana** ..., 1752, t. III, p. 591)

(EMMANUEL PEREIRA FILHO - **As “Regras de Orthographia”** ..., 1961, p. 28-9)

(INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA - **Diccionario Bibliographico Portuguez** ..., 1862, t. VI, p. 430, n.º 360)

(RICARDO PINTO DE MATTOS - **Manual Bibliographico Portuguez** ..., 1878, p. 406)

[É a 3.ª ed. dessa obra. Emmanuel Pereira Filho, que não conheceu qualquer dos seus exemplares, por sua vez, lembrou que António Joaquim Anselmo também não os tinha visto. De todo modo é interessante reproduzir aqui o que esse bibliógrafo lusitano escreveu sobre a particular edição em tela: “[A] *Descrição [da mesma foi] feita pela notícia do Sr. Henrique de Camps Ferreira Lima, publ[icada]. nos Anais das Bibl[iothecas]. e Arquivos, vol. IV, n.ºs 13-14, p. 75-76; e por um artigo de O Conimbricense, ano XXVI (1872), n.º 2651. Esta última notícia é dada em face dum ex[emplar]. incompleto, de Adelino António das Neves*

e Melo, de Coimbra. O sr. Ferreira Lima teve presente o ex[emplar]. (porventura o único completo) dos herdeiros de Carvalho Monteiro, que anteriormente tinha pertencido a João Maria Nepomuceno.” — Essa edição representa o terceiro texto impresso junto a dois outros que não pertencem a Gândavo, aí publicados: a) **EXEMPLARES/DE DIVERSAS SORTES DE LETRAS,/TIRADOS DA POLYGRAPHIA DE MANVEL BARATTA/ESCRITO PORTVGVES, ACRECENTADO/PELLO MESMO AVTOR, PERA COMVM PRO-/VEITO DE TODOS./Dirigidos ao excellentissimo Dom Theodofio Duque de Bargaça (sic), & de Barcellos, &c./Confettable dos Reynos de Portugal./Acoftados a elles hum tratado de Arifmetica, & outro da Ortographia Portuguefa, agora emendados./Impreffos em Lisboa, por Alexandre de Siqueyra: A cufta de Ioão de Ocanha liureyro de fua/ Excellencia, onde fe vendem./Com licença do Sancto Officio, & Ordinario. Anno de 1592;** b) **Tratado d’Arismetica com/mvita diligencia;emmendada/Em Lisboa, a cvsta de Ioam de/Ocanha Livreiro do Duque de Bargaça (sic)./onde se vendem./Com licença do Santo officio: Anno de 1592]**

4. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **AS “REGRAS DE ORTHOGRAPHIA” DE PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO.** Edição fac-similar da *editio princeps* preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Advertência, introdução e notas pelo Professor Emmanuel Pereira Filho, in: REVISTA BRASILEIRA DE FILOLOGIA, n.º 6, 1961. Rio de Janeiro, 1961, p. 3-31 [I-XXIX] e seg.

[É a 4.ª ed. dessa obra, fac-similada da *editio princeps* de 1574]

5. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **REGRAS/QVE ENSINAM/A MANEIRA DE ESCRRE-/VER E ORTOGRAPHIA DA/lingua Portuguefa, com hum Dialo/go que adiante fe fegue em de-/fenfam da mesma lingua./AUTOR/PERO DE MAGALHÃES/DE GANDAVO**, in: [Leitura sobre a *editio princeps* de 1574 por Rolf Nagel] AUFSÄTZE ZUR PORTUGIESISCHEN KULTURGESCHICHTE, 9 Band, 1969.

[É a 5.^a ed. dessa obra, da qual não tenho maiores detalhes]

6. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **REGRAS QUE ENSINAM A MANEIRA DE ESCREVER E A ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua. Edição fac-similada da 1.^a edição.** Introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

[É a 6.^a ed. dessa obra, fac-similada da *editio princeps* de 1574]

REGRAS
QUE ENSINAM
A MANEIRA DE ESCRIVER
E ORTHOGRAPHIA DA
lingua Portuguesa, com hum Dialo
go que a diante se segue em de-
fensam da mesma
lingua.



A V T O R
PERO DE MAGALHÃES
DE GANDÁVO.



EM LISBOA
Na officina de Antonio Gonsalves,
Anno de 1574.



Frontispício da *editio princeps* (1574)

[Com autorização da Biblioteca Nacional de Portugal]

2.2. A OBRA HISTÓRICA

Publicações isoladas do **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL**

1. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL De PÊRO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO**. Reprodução fac-similar do ms. n. 2 026 da Bibl[ioteca]. Sloaniana do Museu Britânico; advertência, introdução, leitura, comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Apresentação (Rio de Janeiro, ano do IV Centenário) de A[n-tônio]. G[eraldo]. [da] Cunha. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura [MEC] - Instituto Nacional do Livro [INL], Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 1965 (Dicionários da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários, v. 5).

[É a 1.^a ed. da primeira das duas primitivas versões textuais (escritas, uma e outra, aproximadamente em 1572), as quais, refundidas não muito mais tarde pelo seu autor, resultaram na redação definitiva da **História da Província Santa Cruz** ... Essa primeira versão primitiva da obra histórica (plenamente elaborada) de Gândavo foi oferecida à Rainha D. Catarina e somente quase quatro séculos mais tarde, finalmente, veio a ser publicada no Brasil e de forma independente. Trata-se de uma excelente edição crítica, exemplo magistral da metodologia e da erudição do seu responsável, e o manuscrito quinhentista em ele se apoiou é extremamente valioso]

Publicações isoladas do
TRATADO DA TERRA DO BRASIL

1. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Tratado/da/Terra do Brazil,/noqual se contém a informação das cousas que ha/nestas partes;/feito por/Pero de Magalhães** [de Gândavo], *in*: COLLECÇÃO DE NOTÍCIAS PARA A HISTÓRIA E GEOGRAFIA DAS NAÇÕES ULTRAMARINAS QUE VIVEM NOS DOMÍNIOS PORTUGUEZES OU LHE SÃO VISINHAS [“Coleção Ultramarina”]. PUBLICADA PELA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, NA TYPOGRAFIA DA MESMA ACADEMIA, t. IV, n. 4, 1826, p. 181-216.

[É a 1.^a ed. da segunda das duas primitivas versões textuais (escritas, uma e outra, aproximadamente em 1572), as quais, refundidas não muito mais tarde pelo seu autor, resultaram da redacção definitiva da **História da Província Santa Cruz ...** Essa segunda versão primitiva da obra histórica (plenamente elaborada) de Gândavo foi oferecida ao Príncipe D. Henrique, Cardeal Infante de Portugal e somente cerca de dois séculos e meio mais tarde veio a ser publicada em Portugal e de forma independente. Essa edição foi produzida a partir de uma cópia textual tardia, pertencente à Academia das Ciências de Lisboa, e seu valor fica comprometido, seja pela qualidade da cópia em que se apoiou, seja pela interpretação textual desenvolvida para a sua impressão. Posteriormente este **Tratado da Terra do Brasil ...** foi algumas vezes publicado formando conjunto com a **História da Província Santa Cruz ...**]

|

Publicações isoladas da
HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ

1. GÂDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Hiftoria da pro-uincia fãcta Cruz/a qu' vulgarmête chamamos Bra-sil: feita por Pero de/magalhães de Gandauo, di-rigida ao muito Ills^{re} [Ilustre] sñor [senhor] Dom Li/onis P^{ra} [Pereira] gouernador que foy d' Malaca & mais partes/do Sul na India.** [Colofão:] Impreffo em Lisboa, na officina de Antonio/Gonfaluez. Anno de 1576.

(ANTÓNIO JOAQUIM ANSELMO - **Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI**, 1926, p. 203, n.º 709)

(BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO - **Catálogo da Exposição de Historia do Brasil**, 1981, v. 1, p. 4, n.º 6)

(DIOGO BARBOSA MACHADO - **Bibliotheca Lusitana** ..., 1752, t. III, p. 591)

(FRANCISCO LEITE DE FARIA - Nota Prévia, *in*: Pero de Magalhães de Gândavo - **História da Província Santa Cruz a que chamamos vulgarmente Brasil**, 1984 [, p. V-X])

(FRANCISCO MARQUES DE SOUSA VITERBO - **O movimento tipográfico em Portugal no século XVI. Apontamentos para a sua História**, 1924, p. 55)

(INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA - **Diccionario Bibliographico Portuguez** ..., 1862, t. VI, p. 429, n.º 358)

(JOÃO DE SALDANHA DA GAMA - **Catalogo da Exposição Permanente dos Cimelios da Bibliotheca Nacional**, 1885, p. 307, n.º 120)

(RICARDO PINTO DE MATTOS - **Manual Bibliográfico Português** ..., 1878, p. 406)

(ROSEMARIE ERIKA HORCH - **Catálogo dos Folhetos da Coleção Barbosa Machado**, (1972) 1974, t. I, p. 110-3, n.º 51)

(RUBENS BORBA ALVES DE MORAES - **Bibliographia Brasiliana** ..., 1983, v. I, p. 344)

(SUSANNE KOPPEL - **Biblioteca Brasiliana da Robert Bosch GmbH**, 1992, p. 44-6, n.º 32)

[É a raríssima 1.ª ed. dessa obra, da qual, com segurança, só se conhece o paradeiro de apenas onze exemplares (Veja-se a nota de número 11 e a nota de número 12). Seu texto constitui a redação definitiva resultante da ampliação e refusão de duas primitivas versões textuais, genericamente denominadas **Tratados** ... (Veja-se os dois itens precedentes) e que só vieram a ser impressos muito tempo mais tarde, ou isoladamente ou (no caso específico do **Tratado da Terra do Brasil** ...) formando conjunto com a **História da Província Santa Cruz** ..., a qual, por sua vez, foi também publicada isoladamente em mais de uma idioma estrangeiro. Veja-se o frontispício dessa 1.ª ed. na p. 129]

2. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **HISTOIRE DE LA PROVINCE DE [sic] SANCTA-CRUZ, PAR PÊRO DE MAGALHANÉS DE GANDAVO. LISBONNE. — 1576**, in: Henri Ternaux-Compans (Éditeur) - VOYAGES, RÉLATIONS ET MÉMOIRES ORIGINAUX POUR SERVIR À L'HISTOIRE DE LA DÉCOUVERTE DE L'AMÉRIQUE, PUBLIÉES POUR LA PREMIÈRE FOIS EN FRANÇAIS, PAR HENRI TERNAUS[-COMPANS]. Paris. ARTHUS BERTRAND, LIBRAIRE-ÉDITEUR, M.DCCC.XXX.VII [1837], t. II.

[É a 2.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 1.^a ed. em francês. Essa versão, impressa sob a responsabilidade de Henri Ternaux-Compans, foi elaborada a partir do exemplar da *editio princeps* da **História da Província Santa Cruz** ..., pertencente àquele benemérito editor francês e que hoje faz parte do acervo da Biblioteca Pública de Nova York]

3. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Historia da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil, feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito Illustre Senhor Dom Leonis Pereira, Governador que foi de Malaca e das mais partes do Sul na India.** LISBOA, NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1858, *in*: COLLECÇÃO DE OPUSCULOS REIMPRESSOS RELATIVOS À HISTORIA DAS NAVEGAÇÕES, VIAGENS E CONQUISTAS DOS PORTUGUEZES. LISBOA, NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1858, t. I, n. III.

[É a 3.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 2.^a ed. portuguesa]

4. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Historia da Província Sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brazil: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito Illustre Senhor Dom Lionis Pereira Governador que foi de Malaca e das mais partes do Sul na India.** *in*: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO, t. XXI, 1858. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1858, p. 367-430.

[É a 4.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a sua 1.^a ed. brasileira e também a 1.^a ed. nesse importante periódico. Para essa publicação foi utilizado o mais antigo dos dois exemplares da *editio princeps* da **História da Província Santa Cruz** ..., existentes hoje na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), o qual havia pertencido à biblioteca particular do abade Diogo Barbosa Machado. Aliás, naquele ano de 1858 a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) só possuía um exemplar da *editio princeps* da **História ...** de Gândavo]

5. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Historia da Província de [sic] Santa Cruz [a] que vulgarmen-te chamamos Brasil**. Rio de Janeiro, Aldina, 1900, [p. 21-]58.

[É a 5.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 2.^a ed. brasileira]

6. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Historia da Província de [sic] Santa Cruz**, in: REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO MINEIRO, Bello Horizonte, 1901, t. VI, p. 1169-71.

[É a 6.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 3.^a ed. brasileira. Trata-se de edição incompleta contendo apenas o Capítulo XIV da obra, sob o título “Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertão”]

7. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Historia da Província de [sic] Santa Cruz**, in: Francisco de Assis Cintra [Organização] - **Nossa Primeira Historia (Gandavo)**. Cayeira, São Paulo e Rio, Editora-Proprietaria Companhia Melhoramentos de S[ão]. Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporado), 1921 [1922], p. 47-146.

[É a 7.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 4.^a ed. brasileira. Antecedendo o texto da **História da Província Santa Cruz** ..., há aí três ensaios do organizador: a) “I. O precursor de Cabral”; b) “II. Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel”; c) “III. O primeiro historiador brasileiro”]

8. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **The Histories of Brazil by Pero de Magalhaes** [de Gândavo] **now translated into English for the first time and annotated by John B[atterson]. Stetson Jr., with a fac-simile of the Portuguese original 1576**, DOCUMENTS AND NARRATIVES CONCERNING THE DISCOVERY AND CONQUEST OF LATIN AMERICA. New York, The Cortes Society, 1922, 2 v.

[É a 8.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 1.^a ed. norte-americana. Trata-se de uma publicação bilíngue (português-inglês). Para a elaboração dessa excelente publicação foi utilizado um exemplar da *editio princeps* da **História da Província Santa Cruz** ... que pertenceu a John Batterson Stetson Jr., exemplar este que veio a ser adquirido mais tarde, já então nas mãos de terceiros, para o acervo da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), mediante gestões feitas neste sentido por Rubens Borba Alves de Moraes, então seu Diretor. Dessa edição norte-americana em dois volumes superiormente anotados foram feitos apenas 250 exemplares fora do comércio. O primeiro volume contém, além das notas, a reprodução fac-similar do texto original e no segundo volume está a versão do texto para o inglês com as respectivas notas.]

9. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Historia da Provincia Sãcta Cruz**, in: Francisco Ferreira da Rosa [Organização] - **Rio de Janeiro: noticia historica e descriptiva da capital do Brasil**. Rio de Janeiro, Edição do Annuario do Brasil [1924].

[É a 9.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 5.^a ed. brasileira. Não vi essa publicação mas, ao que parece, ela é incompleta. Enfim, sua indicação bibliográfica pode estar aqui explicitada de forma deficiente]

10. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **Historia da Provincia Sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil: feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito Illustre Senhor Dom Lionis Pereira Governador que foi de Malaca e das mais partes do Sul na India**, in: REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, t. 108, v. 162, 1930. 2.^a ed. [neste periódico] Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930, p. 329-388.

[É a 11.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 7.^a ed. brasileira e também a 2.^a ed. nesse importante periódico]

11. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **História da Província de [sic] Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil (Lisboa, 1576, cap. III, p. 13 [sic, leia-se fól. 13v., alín. 1-24])**, in: Jacinto do Prado Coelho [Organização] - **O Rio de Janeiro na literatura portuguesa**. Colectânea organizada por Jacinto do Prado Coelho. Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro. Lisboa, Secretariado Na-

cional da Informação, Cultura Popular e Turismo, Oficina Gráficas Manuel A[?]. Pacheco, Lda., 1965, p. 21, alfn. 1-21.

[É a 13.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 3.^a ed. portuguesa. Contém apenas o fragmento textual relativo ao Rio de Janeiro]

12. GÂNDAMO, PERO DE MAGALHÃES DE - **HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ A QUE VULGARMEN-TE CHAMAMOS BRASIL**. Edição fac-similada [da 1.^a ed. de 1576]. Nota Prévia do [frei] Francisco Leite de Faria [, O.F.M. Cap.]. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984.

[É a 16.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 4.^a ed. portuguesa. Embora não tenha um aparato crítico relativo ao texto, essa edição fac-similar, já esgotada, é muito apreciada e está acrescida de uma erudita “Nota Prévia” da autoria de (frei) Francisco Leite de Faria (, O.F.M. Cap.). Para a sua elaboração foi utilizado exemplar da *editio princeps* da **História da Província Santa Cruz ...** existente na Biblioteca Nacional (Lisboa), o qual havia antes pertencido ao bibliófilo inglês Sir Gubian]

13. GÂNDAMO, PERO DE MAGALHÃES DE - **HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE** [sic] **SANTA CRUZ**. Texto modernizado por Maria da Graça Pericão e comentário de Jorge Couto. Lisboa, Publicações Alfa, S.A., 1989.

[É a 17.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 5.^a ed. portuguesa]

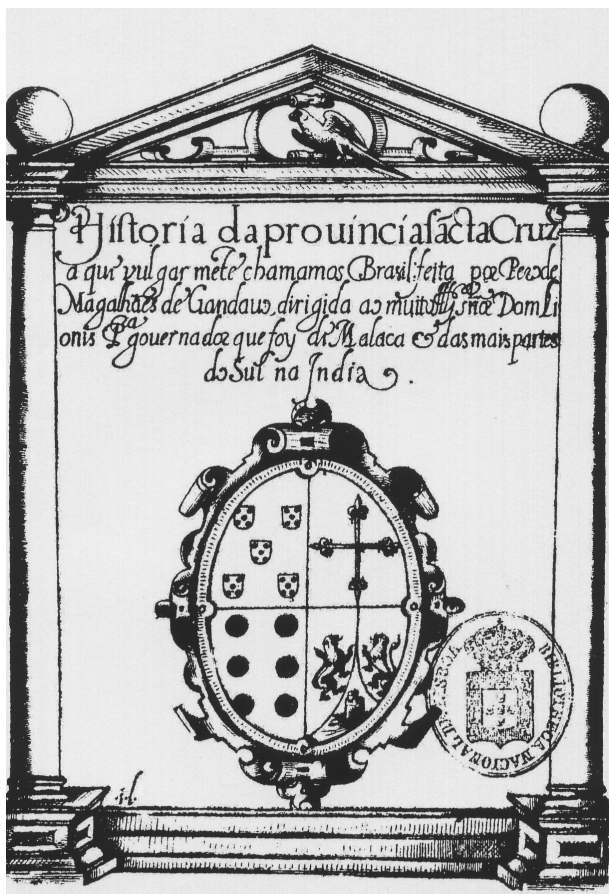
14. GÂNDAMO, PERO DE MAGALHÃES DE - **HISTOIRE DE**

LA PROVINCE DE [sic] SANTA CRUZ QUE NOUS NOMMONS LE BRÉSIL PAR PERO DE MAGALHÃES DE GANDAVO. Traduction par Henri Ternaux[-Compans], révisée et corrigée par Philippe Billé. Préface de José Manuel Garcia précédé de Poèmes de [Luis de] Camões/trad. Michelle Giudicelli, suivi de Lette au Roi Dom Manuel [par] Pero Vaz de Caminha/trad. Anne-Marie Quint et Jacqueline Penjon. Nantes, Le Passeur - CECOFOF, 1995.

[É a 19.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 2.^a ed. em francês, calcada na de Henri Ternaux-Compans (1837) com a tradução revista e com o aditamento dos poemas de Luis de Camões especialmente escritos para a correspondente *editio princeps* dessa obra de Gândavo]

15. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **A Primeira História do Brasil. História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil.** Modernização do texto original de 1576 e notas [por] Sheila Moura Hue [e] Ronaldo Menegaz. Revisão das notas botânicas e zoológicas [por] Ângelo Augusto dos Santos. Prefácio de Cleonice Berardinelli. “Notas sobre esta edição” por Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz. “Introdução” por Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

[É a 20.^a ed. desse texto, aí publicado isoladamente, além de ser a 12.^a ed. brasileira. No final desta obra os seus responsáveis reproduziram em fac-símile 18 páginas selecionadas da *editio princeps*. Essa edição com o texto modernizado foi elaborada com muita competência e esmero]



Frontispício da *editio princeps* (1576)

[Com autorização da Biblioteca Nacional de Portugal]

Publicações conjuntas do
TRATADO DA TERRA DO BRASIL
e da
HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ

1. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **I. TRATADO DA TERRA DO BRASIL - II. HISTORIA DA PROVINCIA SANTA CRUZ**. Advertencia de [Julio] A[franio]. P[eixoto]. Nota bibliographica de R[odolpho]. [Augusto de Amorim] G[arcia]. Introducção de [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. Rio de Janeiro, Edição do Annuario do Brasil [1924] (Biblioteca de Cultura Nacional: Publicações - II - História, v. 1).

[É a 1.^a ed. conjunta do **Tratado da Terra do Brasil ...** e da **História da Província Santa Cruz ...** Quanto ao primeiro título essa é a sua 2.^a ed. e a 1.^a ed. brasileira. É ainda a 10.^a ed. do texto do segundo título e a sua 6.^a ed. brasileira. Dessa edição conjunta derivam todas as demais edições conjuntas brasileiras subseqüentes e por esta razão são necessárias algumas observações a ela pertinentes, as quais, na sua quase totalidade, já foram previamente assinaladas por Emmanuel Pereira Filho que para tanto, por sua vez, apoiou-se em notícias fornecidas por outros autores como Luís de Matos e Arthur de Magalhães Basto. Na verdade a cópia autêntica moderna, obtida por João Lucio d'Azevedo a partir do manuscrito pertencente à Biblioteca Pública do Porto e que serviu para o texto aí impresso do **Tratado da Terra do Brasil ...**, foi uma escolha pouco feliz, uma vez que aquele documento português, tido equivocadamente como "*manuscrito original*" por Julio Afranio Peixoto e assim acolhido por Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, não

passa de uma cópia bastante tardia, já do Século XIX. Ademais Rodolpho Augusto de Amorim Garcia afirmou nessa edição que “*Do confronto [da cópia] desse manuscrito [obtida por João Lúcio d’Azevedo,] com o [texto do mesmo Tratado ...] impresso das Notícias Ultramarinas [no ano de 1826], em mais de um passo um corrigiu enganos, ou supriu lacunas do outro, como fez observar nos lugares próprios*”. Acontece que aquele texto impresso em 1826 nas “Notícias Ultramarinas” foi calcado numa das duas cópias igualmente tardias desse **Tratado** ..., existentes na então denominada “Real Academia das Sciencias” de Lisboa. Noutras palavras, adotou-se para essa edição de 1924 — e, através dela, para as que vieram depois — uma cópia moderna de uma cópia moderna que foi confrontada a um seu texto já impresso a partir de outra cópia moderna e, com base neste procedimento de muito boa fé porém desprovido do mais elementar embasamento metódico, se “*corrigiu enganos*” e se “*supriu lacunas*”. Em suma, o texto do **Tratado da Terra do Brasil** ... impresso no Brasil em várias edições, cinco ao todo, desde 1924 até 1995, está longe de poder ser considerado fidedigno. Assim, em que pese o fato de já se saber há quatro décadas que esse texto inconfiável do **Tratado da Terra do Brasil** ... representa apenas uma das duas redações precursoras da **História da Província Santa Cruz** ..., nem por isso essa protoversão perdeu o seu valor, sob os mais variados aspectos. É, portanto, lamentável que nas sucessivas publicações conjuntas daqueles dois títulos, após 1924, jamais tenha sido escolhida, para uma edição crítica, a versão textual do único apógrafo do **Tratado da Terra do Brasil** ... com letra do Século XVI, contemporâneo de Pero de Magalhães de Gândavo, o qual se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal (Fundo Geral, ms. n.º 552). Diante disso, resolvi aceitar este particular de-

safio até agora não enfrentado, no qual estou já trabalhando há tempo. De todo modo, antecipando esse estudo crítico que estou elaborando, aproveito esta oportunidade para já transcrever aqui no **ANEXO III** aquele texto manuscrito quinhentista do **TRATADO DA TERRA do Brasil ...** (ainda sem o aparato crítico)]

2. GÂNDADO, PERO DE MAGALHÃES DE - **1. HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ - 2. TRATADO DA TERRA DO BRASIL**. Nota Preliminar (São Paulo, maio de 1964) de [Pedro] Brasil Bandecchi. Introdução de [João] Capistrano [Honório] de Abreu. São Paulo, Editora Obelisco Limitada, 1964 (Cadernos de História, n.º 2).

[É a 2.^a ed. conjunta da **História da Província Santa Cruz ...** e do **Tratado da Terra do Brasil ...**, publicada, por alguma razão não declarada, nesta específica ordem dos textos. É também a 12.^a ed. do texto do primeiro título e a sua 8.^a ed. brasileira. É ainda a 3.^a ed. do texto do segundo título e a sua 2.^a ed. brasileira]

3. SOUSA, MARTIM AFONSO DE; SOUSA, PERO LOPES DE & GÂNDADO, PERO DE MAGALHÃES DE - **1. MEMÓRIAS DE MARTIM AFONSO DE SOUSA - 6. DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO - 2. HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ — TRATADO DA TERRA DO BRASIL**. Textos integrais com introdução de [Pedro] Brasil Bandecchi, J[osé]. P[edro]. Leite Cordeiro e [João] Capistrano [Honório] de Abreu. São Paulo, Editora Parma, Ltda., 1979 (Cadernos de História, v. I).

[É a 3.^a ed. conjunta da **História da Província Santa Cruz ...** e do **Tratado da Terra do Brasil ...**, publicada,

por razões não declaradas, nesta específica ordem dos textos de Gândavo, ou seja, o texto definitivo antecedendo o texto precursor. Estes dois textos vieram af à estampa juntamente com dois outros escritos, respectivamente da autoria de Martim Afonso de Sousa e de Pero Lopes de Sousa. No que tange aos dois escritos de Gândavo essa publicação conjunta corresponde à 14.^a ed. do texto do primeiro título, sendo a sua 9.^a ed. brasileira. É ainda a 4.^a ed. do texto do segundo título de Gândavo e a sua 3.^a ed. brasileira]

4. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **TRATADO DA TERRA DO BRASIL — HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ**. Advertência de [Julio] A[franjo]. P[eixoto]. Nota Bibliográfica de R[odolpho]. [Augusto de Amorim] G[arcia]. Introdução de [João] Capistrano [Honorio] de Abreu. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo [EDUSP], 1980 (Coleção Reconquista do Brasil: Nova [2.^a] Série, v. 12).

[É a 4.^a ed. conjunta do **Tratado da Terra do Brasil ...** e da **História da Província Santa Cruz ...** É também a 5.^a ed. do texto do primeiro título e a sua 4.^a ed. brasileira. É ainda a 15.^a ed. do texto do segundo título e a sua 10.^a ed. brasileira]

5. GÂNDAVO, PERO DE MAGALHÃES DE - **TRATADO DA TERRA DO BRASIL. 5^a Edição [sic] — HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ A QUE VULGARMENTE CHAMAMOS BRASIL 1576. 12^a Edição [sic]**. Edição Conjunta. Organização e apresentação de Leonardo [Antônio] Dantas Silva. Recife, Fundação Joaquim Nabuco [FUNDAJ], Editora Massangana, 1995 (Série Descobrimentos, v. 5).

[É a 5.^a ed. conjunta do **Tratado da Terra do Brasil ...** e da **História da Província Santa Cruz ...** É também a 6.^a ed. do texto do primeiro título — apesar de se auto-intitular “**5.^a Edição**” — e a sua 5.^a ed. brasileira. É ainda a 18.^a ed. do texto do segundo título — apesar de se auto-intitular “**12.^a Edição**” — e a sua 11.^a ed. brasileira]

3. **ANEXO II** — OS MANUSCRITOS
DA OBRA HISTÓRICA DE
PERO DE MAGALHÃES DE GÂNDAVO

3.1. APÓGRAFOS E MANUSCRITOS TARDIOS

Ocorreu-me que poderá ser de utilidade ao leitor interessado no estudo da obra histórica de Pero de Magalhães de Gândavo poder encontrar aqui a relação dos seus códices bem conhecidos, além dos seus principais manuscritos tardios, matéria sobre a qual, ao longo do tempo, diversos expertos portugueses e brasileiros têm dado valiosa contribuição. Entre estes últimos, sem desmerecer os demais, o Prof. Emanuel Pereira Filho, há cerca de cinco décadas, foi talvez quem versou mais abrangentemente sobre o assunto, embora, por vezes, de forma sintética. Considerando ainda que esse tema foi por ele ventilado em mais de uma publicação de acesso nada fácil nos dias atuais — incluindo periódicos já fora de circulação — considero de bom alvitre divulgá-los aqui em conjunto, aditando-lhe uma ou outra observação complementar, se oportuna.

Dessa maneira, o que veremos a seguir é basicamente a identificação e localização dos principais manuscritos do **Tratado da Província do Brasil ...**, do **Tratado da Terra do Brasil ...** e da **História da Província Santa Cruz ...** ou, noutras palavras, os principais manuscritos das duas versões textuais precursoras e da versão textual definitiva da obra histórica de Gândavo.

Os Manuscritos do **TRATADO DA PROVÍNCIA DO BRASIL ...**

(Texto oferecido à Rainha D. Catarina; contém 17 capítulos)

- 1) Ms. n.º 2 026 — Biblioteca Sloaniana do Museu Britânico (Londres). Trata-se de um apógrafo quinhentista, sem data, com letra do tipo itálico ou bastardo, contemporâneo a Pero de Magalhães de Gândavo, cujo nome não está aí identificado. Encadernado junto com o códice n.º 375 da mesma Biblioteca Sloaniana, esse manuscrito teve suas margens apa-

radas pelo seu encadernador que, assim procedendo, mutilou desastradamente todas as dezessete notas situadas às bordas laterais do texto — felizmente reconstituíveis, uma das quais, escrita em espanhol com letra cursiva da segunda metade do Século XVI, a mais importante de todas, restaurada através da colação desse manuscrito com outro igual título (Vide o item seguinte), derivado direta ou indiretamente dele — redigidas por mão que não a do copista. A restauração daquela nota em espanhol permite a seguinte leitura: “Don Duart(e da)/costa me c(ontó)/q̃ siendo el (g.^{or} [governador] en)/el brasil le (aconte)/çio Hauiend(o el)/al-cançado p(erdon)/para vn ca(utiuo [cativo] no)/quererle el (acep)/tar”. Além das evidências paleográficas reveladas pelo copista nesse texto e por outra pessoa naquela nota marginal, o conteúdo desta última confirma que o responsável por ela viveu no Século XVI. Esse apógrafo foi o utilizado pelo Prof. Emmanuel Pereira Filho para a elaboração em 1965 da única edição (crítica) em língua portuguesa do **Tratado da Província do Brasil ...** Seu título completo é: **TRACTADO DA provincia/do Brafil no qual Se con-tem a infor=/mação das coufas que ha na ter=/ra, aõ das capitancias e’ fazendas/dos moradores que Viuem pella cos=/ta, & doutras particullaridades que’/aqui Se cõtam: como tam bẽ da condi=/ção e’ beftiaes cuftumes dos Jindios da/terra, & doutras eftranhezas de bichos/q̃ ha nestas partes, offerecido a muito/Alta e’ Serenißima Soã Dona Cathe=/rina Rainha de Portugal Snoã nos=/sa./Visto e’ approuado pellos deputados/da Sancta inquisição** (48 fól.). A propósito, a licença do Santo Officio no apógrafo em tela revela que esse **Tratado da Província do Brasil ...** estava destinado à impressão, faltando-lhe ainda a licença do Clero Secular e do Desembargo

do Paço. Por alguma razão isto não aconteceu no seu tempo. Sobre esse códice do Museu Britânico e sobre o seu autor vale lembrar também que, por um lado, o erudito historiador pernambucano Manuel de Oliveira Lima, na sua **Relação dos Manuskriptos portugueses e estrangeiros, de interesse para o Brazil, existentes no Museu Britannico de Londres**, publicada em 1903, foi talvez o primeiro autor brasileiro a registrar explicitamente uma prova cabal da residência de Gândavo no Brasil, pinçando desse apógrafo a assertiva: “*destas partes [do Brasil] onde por alguns annos me achei*”. Por outro lado, ele veio a laborar em equívoco ao afirmar também aí que a “*copiã manuskripta do Museu [Britânico] é por letra do seculo XVII ou XVIII*”. Incorreu mais uma vez em equívoco ao dizer naquela sua **Relação ...** que o códice londrino de Gândavo (**Tratado da Província do Brasil ...**) é o mesmo texto editado em 1826 pela Academia das Ciências de Lisboa (**Tratado da Terra do Brasil ...**).

- 2) Ms. n.º 51-V-31 — Biblioteca da Ajuda (Lisboa). Trata-se de uma cópia tardia que deriva direta ou indiretamente do apógrafo do Museu Britânico. Não tem data nem nome do autor. Luís de Matos considerou esse manuskripto uma “*Cópia tardia, do século XVIII, e além disso pouco cuidada*”. O Prof. Emmanuel Pereira Filho acrescentou que, direta ou indiretamente, essa cópia tardia provém do manuskripto londrino precedente, já que contém aquela mesma nota marginal aposta por mão diferente da do copista, há pouco descrita.

OS MANUSCRITOS DO TRATADO DA TERRA DO BRASIL ...

(Texto oferecido ao Cardeal D. Henrique, Infante de Portugal;
contém 18 capítulos)

|

- 1) Ms. n.º 552 (Fundo Geral) — Biblioteca Nacional (Lisboa). Trata-se de apógrafo quinhentista, portanto, contemporâneo de Pero de Magalhães de Gândavo. Este códice, descoberto por Luís de Matos, foi por ele considerado o mais confiável dessa versão textual. Apesar disso, ela jamais foi utilizada para publicação e por este motivo pretendo em breve estampá-la em edição crítica. Antecipadamente estou já transcrevendo aqui no **ANEXO III**, ainda sem aparato crítico, o seu texto manuscrito.
- 2) Ms. n.º 597 (atual 166) — Biblioteca Pública Municipal do Porto. Trata-se de uma cópia tardia do Século XIX e não o “*manuscrito original*”, como julgaram os responsáveis pela primeira edição brasileira de 1924, a qual se baseou numa cópia dessa cópia manuscrita tardia, obtida por João Lucio d’Azevedo, a qual foi cotejada com o texto desse mesmo **Tratado** ... na edição da Academia das Ciências de Lisboa, datada de 1826, esta por sua vez, calcada numa outra cópia manuscrita tardia e de qualidade bastante discutível. Mais lamentável ainda é o fato de o texto daquela primeira edição brasileira de 1924, comprometido quanto à sua fidedignidade, da forma como ficou dito, veio a ser reproduzi do nas diversas edições brasileiras subseqüentes. Noutras palavras, ainda não existe uma confiável versão textual im pressa do **Tratatado da Terra do Brasil** ...
- 3) Ms. n.º 165 (vermelho) — Academia das Ciências de Lisboa. Trata-se de uma cópia tardia do final do Século XVIII que havia pertencido ao Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco. Neste caso o nome do copista é conhecido. Foi frei Vicente Salgado que ao cabo do texto escreveu a seguinte nota: “*Extrahi esta copia de hum Ms. que parece ser o origi-*

nal que se offereceo ao Cardeal D. Henrique, e o comprovão as Notas; o que me emprestou o Secretario do Santo Officio da Inquisição de Evora José Lopes de Alira, e pode ser descoberto na Livraria dos Jesuitas daquela cidade; e vai copiado fielmente; e o acabei em 19 de Fevereiro de 1800. Frei Vicente Salgado, ex geral e o ex chronista da Congregação da Terceira Ordem.” O historiador brasileiro Dr. Claudio Ganns conheceu pessoalmente esse manuscrito e sobre ele escreveu apontamentos, provavelmente destinados a uma futura publicação. Tal projeto, entretanto, foi malogrado em virtude do seu falecimento. De qualquer forma o trabalho de pesquisa de Claudio Ganns não se perdeu pois suas anotações foram gentilmente cedidas pela sua viúva ao filólogo Emmanuel Pereira Filho, permitindo-lhe, entre outras contribuições, identificar um equívoco cometido por John B[atterson]. Stetson Jr., responsável pela publicação da obra histórica de Gândavo nos Estados Unidos.

- 4) Ms. n.º 937 (azul) — Academia das Ciências de Lisboa. Trata-se de uma cópia tardia e pouco cuidada. Segundo o parecer de Luís de Matos é bastante alta a probabilidade de esse manuscrito de qualidade discutível ter servido para a elaboração da edição da Academia das Ciências de Lisboa em 1826.

OS MANUSCRITOS DA HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO

BRASIL ... (Textos oferecidos a D. Lionis Pereira;
contêm 13 ou 14 capítulos)

- 1) Ms. IV-b-28 — “Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo del Escorial” (Madrid). Trata-se de um apógrafo quinhentista com letra da segunda metade do Século XVI. Representa a primeira redação da versão textual definitiva da obra

histórica de Pero de Magalhães de Gândavo, distribuída em 13 capítulos e contendo um mapa e uma gravura. Entre o fól. 1 e o fól. 3v. acha-se o poema “Ao muito Illustre sñor Dom Lionis Pereira sobre o livro q̃ lhe offereçe Pero de Ma-Magalhães. Tercetos de Luis de Camões”. No fól. 4 está um “Soneto do mesmo autor [Luís de Camões] ao sñor Dom Lionis, acerca da victoria q̃ ouve contra El-Rey do Achem ê Malacca”. Entre o fól. 6v. até o fól. 7 encontra-se a “Epistola ao senhor Dom Lionis”. Entre o fól. 7v. e o fól. 9 está o “Prologo ao lector”. No fól. 12v. e no fól. 13 há um mapa com o título: “Descrição da provincia Sancta Cruz, a que vulgarmente chamão Brasil”. No fól. 53 existe uma gravura representando o “Monstro marinho [Hipupiara] que se matou na capitania de sam Vicente no anno de [15]64”. Esse manuscrito tem o seguinte título: **HISTORIA/da pro-uincia Sancta Cruz, a que/vulgarmente chama-mos Brasil:/feita por Pero de Magalhães de/Gan-dauo, dirigida ao muito/Illustre Sñor Dom Lionis/ /Pereira** (81 fól.). Esta versão textual já tem a feição definitiva mas ainda não é o texto manuscrito definitivo que foi impresso em 1576, tendo em vista que, como ensina o Prof. Emmanuel Pereira Filho, seu autor antes de dá-lo à luz em letra de forma, “Reescreveu-lhe todo o capítulo segundo, acrescentando-lhe um outro narrando a divisão do Govêrno Geral do Brasil, e, depois de repassar e corrigir todo o texto, entregou-o afinal à imprensa. Surgiu assim a edição de 1576”.

- 2) Não tenho notícia da existência de um manuscrito contendo a versão textual com 14 capítulos que foi impressa em 1576 na Cidade de Lisboa na oficina tipográfica de Antonio Gonçalves. Pode-se aceitar, todavia, que esse manuscrito realmente existiu.

4. **ANEXO III** — TRANSCRIÇÃO, AINDA
NÃO PUBLICADA, DO ÚNICO MANUSCRITO
QUINHENTISTA DO **TRACTADO DA TERRA**
do Brasil ... DE PERO DE MAGALHÃES DE
GÂNDAMO — Ms. n.º 552 - FG - BNP

(A MAIS FIDEDIGNA VERSÃO TEXTUAL
DESTE TÍTULO)

[Com autorização da Biblioteca Nacional de Portugal]

552

TRACTADO DA TERRA
do Brasil no qual se cõ-
tem a informacão das
cozas que ha nestas
partes feito por
Pº de magalhães.



Ao muy alto e serenissimo Principe
dom Anrrique Cardeal Iffan-
te de Portugal. & 

Posto que os dias passados apresentei
outro Sumario da terra do brasil a elle
nosso snor, foi por cumprir primicino com
esta obrigacao de vascullo que todos de-
uemos a nosso Rei: E por esta razao
me pareceo coisa muy necessaria (muito
Alto e serenissimo snor) offerecer tambem
este a V. A. a que se deuem Rehir os
lououres e acrescuntamento das terras q
nestes Reinos florecem: pois sempre dese-
jou tanto augmentallas e conservar se-
us subditos e vassallos e perpetua paz

2

Como eu isto entenda, e conheça quam
aceitos são os bõs serviços a V. A. que
ao Reino se fuzem imaginei comigo que
podia trazer destas partes com que deise
testemunho de minha pura tenção: e até
que não se podia d'um fraco homẽ esperar
maior serviço (ainda que tal não pareça)
que lançar mão desta informação da
terra do Brasil (causa q' ategora não im-
prendeo pessoa alguma) pera q' nestes
Reinos se decautis sua fertilidade e
prouoque a muitas pessoas pobres que
se vão viuer a esta provincia, que nisso
consiste a felicidade e augmento della.
E porque V. A. sabe quanto serviço
de Deos e del'hei nro Srõr seja esta

denunciação, determinei' collegiã com de-
liberação de a offerrecer a V. A. aqñe
humilmente peço ma Queba, e com tama-
nha merce ficarei satisfeito Rogando a
nosso Snor the de prosperos e longissimos
annos de vida e deixe per-
manecer seu Real estado
em perpetua feli-
cidade. ame

Humilde vassallo de V. A. Pedro de magalhães

Prologo Ao lector.

Minha senção não foi outra neste sum-
 mario (discreto e curioso lector) senão de
 nunciar em breues pallavras a fertilida-
 de e abundancia da terra do Brasil, pera
 que esta fama Venha a noticia de muitas
 pessoas que nestes Reinos viuem com pobre-
 za, e não diuidem escolha pera seu
 remedio: por q̃ a mesma terra he tam-
 natural e fauoravel aos estranhos que
 a todos a acolha e conuida com remedio
 por pobres e desemparedos que seião. Cada
 vez se viu: fazendo mais prospera,
 e depois q̃ as terras vizias se forem
 povoando (que agora seião desertas por

falta de gente) não se de fazer nellas grô-
sas fazendas como ia estão feitas nas q^{as}
possuem os moradores da terra. etambem
se espere desta ~~de~~ provincia que por
tempo floresca tanto na riqueza como as
Antilhas de castella porque he certo ser
em si a terra mui rica e auer nella m^{uitos}
metaes, ouq^{ue} aij apegora se não descobre
ou por não auer gente na terra pera co-
meter esta empreza, outambem por
negligencia dos moradores que se não
querem despor a esse trabalho: qual seja
a causa por que o deixão de fazer não
sei. Mas permittira n^{osso} Sr^o que ain-
da em n^{ossos} dias se descubra nella grã-
des thezours, asy para seruicio e augmento

de S. A. como pera porueito de seus
vassallos que o defeição seruu...~..~.

Declaração da costa...~..

Esta costa do brasil esta pera a parte do
occidente, corre se de norte e sul. Da pri-
meira povoação, a federnadeira ha treze-
tas e cincoenta ^{legoas}. São oito capitãcias
todas tem portos mais seguros onde podẽ
entrar quaij quer naos por grandes que
seião. Não ha nella terra dentro po-
uações de Portuguezes por causa dos in-
dios que não no consente, etambem
pello soccorro e tracto do Reino lles he
necessario estarem iunto domar pera ferẽ

comunicaçõ de mercadorias. E por este
Respiro vice todos junto da Costa...

Cap. i. da Capitania de Tamaracá....

A poucação da primeira Capitania e mais
antiga esta nua ilha que se chama Ta-
maracá pegada com a terra firme, tem
tres legoas de comprimento e duas de largo. te-
trinta e cinco legoas de terra pela costa
para onorte. Elle de dona Jeronima dal-
buquerque mulher que foi de Pero Lopez
de Sousa na qual tem posto Capitão de
sua mão. ha nella hu engenho da sucre,
e agora se faze d'ouo nouamente, e muito
pao de brasil e algodão. Pode ter ate qe

5
vzinhos. Ha nesta capitania muitas e
boas terras pera se povoarem e fazerem
nellas fazendas.....

Cap. 2. da capitania de Pernambuco.

A capitania de Pernambuco está cinco legoas
de Tamaracá pera o sul em altura de oit-
to graos, da qual he capitão e governador
Duarte Coelho da Albuquerque. Tem duas
povoações, a principal se chama Olinda,
a outra Guararã que está quatro legoas
pella terra dentro. Auerá nesta capi-
tania mil vezinhos. Tem vinte e tres
engenhos d'assucar, posto que tres ou
quatro delles não são ainda acabados.

Nesta lufim
nia a chamo
muito apello
pequeno, e
apetito
agora tem
60. mil de
1587

Alguns moem com bois açúes chamaẽ trez
piches, fazem menos açucre que os outros.
mas a maior parte dos engenhos do brasil
moẽ com agua. Cada engenho destes hu
por outro, faz trez mil arrobas cadaũo.
nesta capitania se fazem mais açucres
que nas outras, por que ouue anno que
passarã de sincoenta mil arrobas. ainda
que o rendimento dellas não he certo, são
segundo as monilhas e o tempo que se of-
fere. Esta seacha huã das picas terras
do brasil, tem muitos esenauos intos q
he a principal fazenda da terra. Dahi
orleuão e compram para todellas outras
capitanias, porque ha nesta muitos, e mais
es baratos que em toda costa. ha muito

agora quatro
mil

q sam fias

os orreus

q se hã

qui, 240, M

paço do Brasil e algodão de que enriquecem
os moradores desta Capitania.

O porto onde os navios entram esta hũa legua aflu-paço
da povoação ^{do Rio} e serillem se pella praya e tam- de enca e re-
bem por hũ Rio pequeno que vai dar fuento bo canal tam
da mesma Povoação. A esta Capitania e freguesia q a pe-
vão cada anno mais navios do que nogue nas cabe su-
anenhua das outras. E a hũa morseim nis q a illa
de padres da Companhia de Jesus. y dino entre d
muyto fca, da
em cada villa
y pediffa
o qual a dha
muyto e a dha
expediente o
com isto se fca
Paranambuc
q que a dha
Mar fuido

Rios.

Ha duas fias caeter ate a Bahia de todos
santos. hũ se chama de São Francisco,
esta em dez graos e meio, e qual entra
no mar com tanta furia q vinte leguas
pello mesmo mar correm suas aguas

Outro Rio está em onze graos e dois ter-
cos que se chama o Rio Real, tambem
he muy grande e correm muito suas aguas
pelo mar. ~ ~ ~ ~ ~

Cap. 3. da Capitania da Bahia de
~ ~ ~ ~ ~ Todos Santos ~ ~ ~ ~ ~

A Capitania da Bahia de todos Santos
está com leguas de phernambuco em al-
ta de treze graos. terra del Rei nosso sñor
onde residem os gouernadores e bispo e
cunheiro geral de toda costa. esta he a
terra mais povoada de portugueses
que ha no brasil. Tem tres povoações,
a principal he a cidade do Salvador.

Outra se chama Villa Velha que esta
 junto da barra, Esta povoação foi a pri-
 meira que ouue nesta capitania: de poy
 Thomé de Sousa sendo governador edi-
 ficou esta cidade do Salvador mais adian-
 te meya legoa ao longo da bahia por
 ser lugar mais conveniente e porocio-
 so para os moradores da terra. Quatro
 legoas pela terra dentro esta outra q^a
 se chama Paripé: pode auer nesta
 capitania mil e cem vezinhos. Tem
 dez oito engenhos, alguns se fazem noua-
 mente: tamboem se tira delles muito asucre,
 ainda que os moradores se lançã mais
 ao algodão que a cana dasucre, porque
 se daa melhor materra.....

Dentro da cidade está hã mosteiro de padros
da companhia de Jesus, no qual tem collegio
onde ensinã latin e casos de consciencia.
Agora este ha pouco igrejas pela terra
dentro entre os indios formos onde reside
algus padros para fazerẽ christaos e casar
com os melhores indios por não estere arua
cebalos----

Esta capitania tem hũa bahia mui
grande e fermosa, he tres legoas de largo
e mangua se quinze por ella dentro se
muitas ilhas de terras mui viçosas
quedão infinito algodão, aliude se em
muitas partes da bahia: e tem mui-
tos bracos e enseadas dentro. O morador

res da terra todos se servem por ella cõ
banco pera suas fazendas.....

Reis...

Doe legoas desta bahia de todos os sanctos
esta hã rio que se chama Timbareaõ onde
se recolhem muitas embarcações q̃ passa
pera as outras capitãias. Tres legoas por
elle dentro esta hã engenho d'um bahia
de ponte, junto do qual estã muitas terras
perdidas por falta de moradores, das qua-
is se conseguiria muito porueito se as
pougassem. Mais auaute seis legoas
esta hã rio que se chama Camamu en-
treze graos e dois terços, no qual pôẽ
entrar quays quer naos seguramente.
quatro cinco legoas por elle dentro. Ao

Longo deste Rio ha terras mui vastas e
muitas agoas para se poderem fazer enge-
nhos d'asruere, as quaes tambem se per-
dem por não auct gente qua as v'a ponho-
ar. Tem dentro algumas ilhas de terras
mui grandes e acomodadas para se faze-
rem nellas muita fazenda. No mesmo
Rio ha muito peixe em estremo, e
junto delle muita infinita caça de por-
cos e veados. Aqui se pode fazer hũa
poucação onde os homes tinnão mui a-
bshados e fação muitas fazendas. Ha
outro que se chama o Rio das onças, es-
tá em quatorze graos e mejo, mas não
he tan grande, ainda q' tambem entraõ
nalle algumas embarcações. Entodos estes



Ha muita abundancia de peixes e
de Caca.

Cap. 4. da capitania dos jthicos.

A capitania dos Jthicos esta trinta legas
da Bahia de todos os sanctos em quatorze
graus e dois terços, he de francez ginaldes
na qual tem posto capitão de sua mão.
Pode aver nella dozeentos vizinhos. Tem
hũ Rio onde os nativos entrão aqual esta
junto da povoação, dividese em mu-
tas partes pela terra dentro. Segue se os
moradores por he para suas fazendas
em almadias. ha nesta capitania oito
engenhos da sucra. dentro da povoação

esta hũ mosteiro de Padres da companhia
de Jesus q̃ agora se faz novamente.

Sete leguas da mesma poucação pela ter-
ra dentro esta hũ lagoa d'agua doce q̃
tem tres leguas de comprimento e tres de largo
e tem dez quinze braças de fundo e da-
hi pera cima. Sae desta hũ Rio pe-
queno pelo qual não la ter barcos. e
esta lagoa hũ boçal neste Rio tam
estretto, que apenas cabe hũ barco por
elle, e de pois que anda dentro quasi
não sabe determinar por onde entra.
Tanta abundancia d'agua que podem
andar nella quais quer naos por grã
des que seião a Villa: e asy quando veta

muito, alienantam-se alli ondas tam forti-
 das como se fosse no meio do mar com tor-
 menta. Tem muita infiridade de pei-
 xes grandes e pequenos. Criam-se nella
 muitas leixes, boyz, o quaz tem o focinho
 como de boi e duas cotas com que nadão
 a maneira de bracos, não tem nenhuma
 escama nê outra feição de peixe se não
 o habo. Matam nos com arbores, são tam
 gordos e tamanhos q' alguns pezaõ trinta
 Corenta arrobas. he hu peixe muito sabro-
 so e totalmente parece carne e asy tem o
 gosto della, a tudo parece lombo de porco
 ou de vacado, coze-se com caques e guiza-
 se como carne, nê pessoa alguma o come
 que o tenha por peixe. Saluo se o conhe-
 cem

primeiro. As fêmeas tem duas mamas
peças quas mamão os filhos e criam-se
com leite (Cousa q se não acha noutro
peixe algu) também ha dentes em alguás
bahiás e Rios desta Costa, e posto que se
crie no mar costumã beber agua doce
porisso achem muitas agua lagoa, ou a
parte onde algu ribeiro se mata no mar.
Tambem ha muitos tuosões nesta lagoa,
e lagartos e muitas cobras. E acham-se
muita outros mōstros marinhos de diuer-
sas maneiras. ha muitas ternas e mu-
lheras arredor della, e muita caga, e
neste Rio que sae da lagoa muita ferti-
lidade de peixe. finalmente que hã
das abastadas ternas de mantimentos q

11
que ha no Brasil he esta capitania dos
Indios.

Cap. 5. daq̃ nação de gentio q̃
se acha nesta capitania.

Pellas terras desta capitania ate junto do
Spero Santo, se acha hũa certa nação de
gentio que V. eo doçertão ha semo ou seis
annos, e dizem q̃ outros indios contra-
rios d'estes, virão sobreelles a suas terras
e os destruíão todos e os que fogirão são
estes q̃ andão pella costa. Chamã se Aj-
mores, a lingua delles he differente dos
outros indios, ninge os entende, são
delles tam altos e tão largos do corpo q̃

quasi parecẽ gigantes, sãõ mui alcos
nãõ tem parecer dos outros indios da terra
nẽ tem casas nẽ povoações onde morẽ,
Viã entre os matos como brutos animaes.
sãõ mui fortes em estremo, trazem
huas arcos mui comprados e grossos con-
forme a suas forças e as flechas da
mesma maneira. Essas indios tem
feito muito dano aos moradores de spois
que vierão a esta costa e mortos algũs
portuguezes e escravos porq̃ sãõ inimic-
gos de toda gente. Deão bulleirão
em campo nẽ tem animo de ir aisso,
poẽ se ante o mato junto d'algu camin-
ho e tanto q̃ passa algem attendo-lhe
ao coração ou a parte onde o matam

e não despedem fructa que não na con-
 pregem. finalmente que não tem posto
 direito aninga de não a treição fazem
 a sua. Ao mulheres trazem seus por-
 tortadores com que pelleão? Estes indios não
 viuem de não pela trecha, seu mantimento
 he caça e bichos e carne humana
 fazem fogo de baixo do chão por não ser
 sentidos nã sabermos onde arião. Mu-
 lheres ternas vicissas estão pendidas junto
 desta capitania, as quais não são pos-
 suidas dos Portugueses por causa destes
 indios. Não se pode achar remedio pe-
 ra os destruirerem por q̃ não tem moradia
 certa, nem saem nunca d'entre o mato:
 e assi quando cuidamos q̃ vão fugindo

ante que os penege então ficam atazas-
condos e atirao aos que passao descuida-
dos. Desta maneira matão alguma gente.
tudo quantos indias ha no Brasil São se-
us inimigos e temerarios muito porque ha
gente atirigada. E así onde os ha ne-
nhu morao vai a sua fazenda por
terra q não leia quinze vinte e mais
consigo de arcos e pedras. Estes Armas
são muito feios e cruas, não se pode co-
mullar as encarecer a dureza desta gente.
Não andão todos juntos, tornam-se
por muitas partes, e quando se querem
ajuntar agubia como pastores ou co-
mo boies de maneira que hão acoutos
se Entendem e se conhece. Também

os portugueses matão alguns dellos, e tem
muitos destruidos, principalmente nesta
capitania dos ilheos, e guardão-se muito dellos
por que ja sabem suas manhas e combuz
muito bem sua malicia.....

Cap. 6. da capitania de Porto Seguro.....

A capitania de Porto Seguro esta trinta legoas
dos ilheos em deza seis graos e meia. He
do Duque dauiro, na qual tem porto
capitão de sua mão. Tem tres povoações
a principal he Porto Seguro que esta junto
do porto onde os nativos chegam. Outra esta
dahi hũa legoa q se chama Santo amaro

outra Santa Cruz que ella fahi quatro leguas
para o norte. Pode aver nesta capitania
dozentos e vinte Vizinhos. Tem cinco
engenheiros de sacre. e ha nella hu mór
Feiro de padros da companhia de Jesus.
Tambem chegaõ nesta capitania os Af-
moris e fazeem nella dano aos mora-
dores como nos ilhecos. he terra muy
abastada de caça, e de peixes que ma-
taõ no Rio que esta junto da povoa-
ção.-----

Cap. 7. da capitania do Espiri-
to Santo.-----

A capitania do Espirito Santo esta situada

14
legado de Porto Seguro era Vinã grão, da
qual he capitão e governador Vasco fernandes
couteiro. Tem hũ engenho de moinho, tira
de delle o millor aforro q ha em todo Brasil.
Ha nella muito algodão e pau do Brasil.
Pode ter ate cento e oitenta vizinhos. Ha
dentro da povoação hũ mosteiro de Padres
da Companhia de Jesus. Tem hũ Rio mui
grande onde os indios crião, no qual se
achão mais peixes dojs que noutra ne-
nhũ Rio desta Coroa. No mar junto desta
capitania matão grande copia de peixes
grandes e de toda maneyra, e tambem
no mesmo Rio ha muita abundancia de
peixes. Nesta capitania ha muitas terras e muy
largas onde os moradores vão mui a bastar

assí de mantimentos da terra como de sa-
zenas. E quando se tomou a fortalle-
ça do Rio de Janeiro desta mesma capi-
tania do Ipiranga Santo sentençaõ to-
da gente e proueraõ sempre de mui rãe
for necessarios enquanto estauerão na
terra os que a defendiã.

Rios...

Auante desta Capitania em alhora de
Vinte e hũ graos esta o Rio de Paraíba
este he mui grande e feroso e tem
infinito peixe. Junto do Cabo frio e
altura de Vinte e dois graos esta a
Bahia ferosa naqual se pode fazer
hũa Capitania de mui tor Vinhos
onde tambem se perdem muitas

terras por falta de gente. O outro maior
 fôr ha nãdas partes q' deixo deoreuer por
 serem pequenas e nã se fazer tanto caso
 dellas, nã minha tenção fôr outra se
 nã nuclear d'elles mais notau' q' onde
 se podem fazer algumas povoações e de-
 q'ir povoações das terras viciças que por esta
 costa estão acertas...

Cap. 8. da capitania do
 Rio de Janeiro....

A capitania do Rio de Janeiro Cidade de
 São Sebastião está Sesenta legoas do Spi-
 rito Santo em vinte e tres graos e ha
 terço, terra del Rei nosso mór. Pode ser

pouco mais ou menos cento e cinquenta
mil, agora se começa de povoar no-
uamente. Esta he a mais fértil e vi-
çosa terra que ha no brasil. Tem-se
muitos singulares e muitas agoas para
engenhos d'asucar. Ha nesta muito
infinito d'ao d'abrasil de que os mou-
lhos da terra fazem muito proveito.
Esta Capitania tem ha Rio mai largo
e fermoso d'onde se dentro em muitas
paras, e quantas terras estao a lon-
gura de se podem aproveitar, assi para
Rocas de mantimentos como para Casas
d'asucres e algodoes, porque sao muy-
tas e melhores de quantas ha por
toda esta costa. ha nesta cidade ha

mosteiro de Padres da Companhia de Jesus,
 os quais também augmentarão muito esta
 terra e de seião muito bella. ~~Vella~~ ^{Vella} povo-
 ada de muitos moradores, porq̃ não co-
 mo digo as terras desta capitania muy lar-
 gas e sabem quam poraccitadas são pene-
 toda gente pobre que as for ^{possuir}. E
 por tempo hão se de fazer nellas grães
 fazendas: e as que lá forem viver com
 esta esperança não se achão enganados.---

Cap. 9. da Capitania de
 S. Vicente.---

A Capitania de S. Vicente está setenta
 legoas do Rio de Janeiro em vinte e quatro

gracia, he de Pero Lopez de Souza, maquil
tem perto capitão de sua mão: e sta e
o Rio de Janeiro são as mais boas terras
que ha no Brasil, qea nelas em tempo
de inverno quasi como neste Reino.
Nesta capitania se deu lha trigo, mas
não no querẽ semear. Por auer na
terra outras mantimentos de menos custo.
Tem nes povoações, e hũa fortaleza q
estã nũã ilha junto da terra fõ me
quatro legoas perva onorte que se chama
Britopia, daqui defendem esta capitania
dos indios e franceses com artelaria
que ha na mesma fortaleza. A prin-
cipal povoação se chama Sanctos on-
de estã hũ mosteiro de padres da Com-

17.
paróchia de Jesus. Aouta mais alu-
te ao longo do Rio hũa legoa he San-
Vicente. tambem ha nella outro mosto-
de padres da companhia. Della ternado-
tro dez legoas edificarão os mesmos padres
hũa povoação entre os indios que se cha-
ma o campo naqual Vivem muitos
monadores, a mayor parte dellas são man-
lucos filhos de portugueses e de indias da
terra. Aqui e nas mais Capitanias tem
feito estes padres da companhia grande
fructo e foyem com que a terra va em
muito crecimento, trabalham por fazer
Christãos a muitos indios, e metem mu-
tas paçes entre os homes, também foye
Reintuer as liberdades de muitos indios

que alguns moradores da terra tem mal
Resgatados: e que sempre acodem aos
que se desviam do serviço de Deus e de
S. A.

Agora nesta Capitania quinhentos resi-
nhos, tem quatro engenhos d'assucar, e
muitas terras d'ouro de que os morado-
res tirão muitos mantimentos e fazenda
e vivem todos mui abastados. Esta he
a ultima Capitania q' ha nestas par-
tes do Brasil.

Tractado segundo das
coisas que são,
geraes portuãs,
Costa do Brasil,

Cap. i. das fugendas da terra

Os moradores desta costa do Brasil todos tem terras de sesmaria dadas e reparadas pelos capitães da terra, e a primeira coisa que pretendem alcançar, são os escravos para lhes fazerem e ganharem suas lidas e fazendas porque sem elles não se pôde sustentar na terra: e hũa das cousas porq' o Brasil não floresce muito mais, he pelos escravos que se alveuam tanto e fogem de fora suas terras, e fogem cada dia: e se estes indios não fossem tam fugitivos e mudaveis, não teheria comparação a figura do Brasil. As fazendas donde se consiga mais proveito são acaçúes, algodões e pseudo brasil, e o

fazem pagamento aos mercadores que desse
quino lhes leuão fazenda porque o d'inhum
he pouco na terra, e asy vendẽ etroça
sua mercadoria por outra em seu sus-
to preço. Quanto morados ha na
terra tem boças de mantimento. e vido
muitas famílias de gao hũs aos outas de
que tamõem tirão muito proveito.

O mais qado que ha nesta costa São bõs
e vacas, deste ha muita abundancia e
todas as capitãias, porque são as heras
muitas e sempre a terra esta cuber-
ta de vendura, ainda que em portose-
guro não se querẽ dar nenhũas vacas
senão o principio anno, no qual engordão

19
tanto que do muito Vico dizem que morre
todas. Cabras e ovelhas ha muito poucas
a agora, comecão de multiplicar novamente.
as cabras se dão milhor que as ovelhas e
parem duas tres filhas de cada uma. fazem
os moradores da terra muito por esta cria-
ção. Tamsem ha egas e cavallos, mas
ainda são caros por não aueer muito na
terra, leuão nos do cabo Verde para lá
e dão se muito bem na terra.

Acha se tamsem por esta costa muita Am-
ber que o mar de sy lança fora as mais
das vezes quando faz tormenta e são agas
duras, então ha muitas pessoas que mada
seus escravos pela praia buscallo nos

lugares onde Eufuma sair mais vezes, e
muitas vezes acontece enriquecer alguns
astros de que a chao seus esmaltos como do
que Regatado aos indios fomes. Seguido
adita e Ventura de cada lcu. Os
panos que nesta terra se fize são
da algodão, todo mais vey deste humo.
Esfy ha tambem muitos esmaltos
de quine. Estes são mais seguros q
do indios da terra (por que nunca foge
ne tem peza onde. Ha tambem
muita criação de porcos e muitas gali-
nhas adens e patos da terra. Estas
são as fozendas q' possui os moradores do
brasil.

Cap. 2. dos costumes da terra.

As pessoas que no Brasil querem viver
tanto que se fazem moradores da terra
por pobres que sejam se cada hũa alcançar
dous parcos ou meza doze de escravos q
pode hũa por outro custar pouco mais ou me-
nos ate dez cruzados Logo sem remedio
para sua sustentação porq hũa lhe
peçam e caçã outor lhe fazem manti-
mentos e fazenda e hũa pouco a pouco en-
riqueça os homes e vivem honrada me-
de na terra com mais descanso q neste
Reino, porq os mesmos escravos indios
da terra buscam de comer para si e para
os senhores, e desta maneira não fazem
os homes despesa com seus escravos em ma-
timentos ne com suas despesas---

A maior parte das casas do Brasil são feitas
as quas armão nesta casa com duas colunas
e lanção-se nellas a dormir. este costume
tomarão dos indios da terra.

Os moradores destas Capitãcias tratam-se
muito bem e são mais largos que a gente
deste Reino, a sy no comer como no vestir
de suas pessoas, e folgam da sudor-
leira aos outros com seus escravos e fa-
vorão muito os pobres que começam a
viver na terra. Isto se costuma nestas
partes: e fazem outras muitas obras pi-
as por onde todos tem remedio de vida
e nem he pobre ainda pelas partes a parir
como neste Reino.

Cap. 3. das calidades
da terra ~ ~ ~

2
Nas partes do Brasil seis meses de
Verão e seis do inverno. Os de verão são
de setembro ate fevereiro, os de inverno
de março a te agosto. Assim que quando
nesta provincia do Brasil he inverno cá
nortes heinas he verão, e os dias quasi se-
pre são tamanhos como os nortes, hũa
ora somente crece em ingradão. Quando
sempre ventor gentis, no inverno seis
meses sul e sueste no verão nordeste.
Sempre correm as aguas com o vento por
costa, e por isso de não pode nauegar
de hũa capitania para outras de não
esperar por mouções para irem com as
aguas e com o vento, porque curra com
digo seis meses dũa parte e seis doultra

e portanto são muitas vezes as vi-
gens vagarosas e quando vão contra
tempo as embarcações correm muito risco
e arribão ás mais das vezes ao portoadon-
de sairão. Note-se no meio e na for-
ça deste vento oito dias ante os senhores
hũa tormenta de vento sul que dura hũa
semana, este he muy certo e geral, não
se acha que nalguns dias falte.
Muitas embarcações esperão por este
vento e fazem com elle suas viagens.
Esta terra sempre he quente quasi ta-
to ao inverno como no verão. A vir-
cã do vento geral entra ao meio dia
pouco mais ou menos, he tam fresco este ve-
to e tam frio q' não se sente mais calma,

e ficam recreados os corpos das pessoas. Dura
 este vento do mar a te de madrugada,
 torna d'alto a calmar outra vez. Por causa
 dos vapores da terra q' o asphalam e qua-
 do a mancha está o ceo todo cuberto de
 nuvens e asmas das manhãs chove nes-
 tas partes e a terra fica toda cuberta de
 nevaes. Por que tem muitos arcos e chu-
 ma a si todos estes humores. Etanto q'
 este geral a calma começa a ventar da
 terra hã vento brando que nella se gera,
 a te que o sol com sua quentura oterra a-
 pagar calimha tudo outra vez e faz
 ficar o dia Claro e sereno, entao logo e-
 tra o vento do mar a cubrimado. Este
 vento da terra hu mui perigoso e doentio

e se acerta de permanecer alguns dias morre
muita gente asey portuguezes como indios
da terra, mas quer moço boy que aco-
teça isto poucas vezes. E tirado isto mal
he esta terra muy salutifera e de ho-
as onde as pessoas se achão vem despos-
tas e viuem muitos annos. Principal-
mente os vellos tem melhor desposi-
cao e pareçe que tornã a Renouar e por-
isto alguns se não quere tornar a suas
patrias temendo que nellas se lhes ofere-
ça amorte mais cedo. os ares de plua
mabla são muy frescos e salubres. mu-
tas pessoas se costumão aliuidar cedo
por que se a porueitem deley e quando
tem esta vertude. A terra em si he

alga e delixada a chãõ se nella os homes
algã tanto fracos e mingados das forcas
que possuem cá neste Reino por effeito
da quentura e por mantimentos que nella
ũaõ, isto he enquanto as pessoas são no-
tuas na terra, mas de pois q' por tem-
po se acostumão ficam tam rijos e bem
desposos como se aquella terra fora sua
mesma patria. Nanda se dar nesta
terra aos enfermos carne de porco, pena
qual quer doença he porucitosa e não
faz mal a nenhuma pessoa: o porco ta-
bem tem a mesma cullidade e poue
muita substancia aos doentes. Esta
terra he mui fertil e Vigosa, toda cu-
berta de altissimas e fructuosas anuoredois

permaneca sempre a Verdura nella in-
verno e Verão, isto causa choverão
muitas vezes enão aver frys que offend-
ao qua produz a terra. Ha por baixo
destes arvoredos grande mato e muy
bosto e de tal maneira está' escuro e fer-
rado em partes qua nunca participa
o chão da quechura nã da claridade do
sol, e asy está' sempre humido e for-
matado agua de Sy. As agoas que
na terra se bebem são' muy' sauias
e sabrosas, por muiita q' se beba não
prejudica a saúde da pessoa, a mais della
se torna logo a suaz e fica o corpo dese-
liuado e São. Finalmente qua he esta tem-
ta delliciosa e temperada q' nãca nella se
sente frio nã queutura sobeja---



Cap. 4.º dos mantimentos da terra.

Nestas partes do Brasil não se meão trigo
nem se dá outro mantimento algum de estrangeiro,
o que lá se come em lugar de pão he farinha
de pão: esta se faz da farinha d'ũa pranta
que se chama mandioca, aqual he como
Ipêame. E tanto que se tira de baixo da
terra, está cortindo se em agoa tres qua-
tro dias e depois de cortida pigam-na ou
bellão na muito bem e espremem na da
quelle sumo de tal maneira que fique bem
escorrida porq he aquella agoa que sai del-
la tam peçonhenta que qualquer pessoa
ou animal que a beber logo naquelle ins-
tante morre: alij que de pois de a terem

deste modo curada, põem hũ alquei-
dar grande sobre o fogo e como se
aquecenta, botão aquella mandioca nolle
e por espaço de meja ora está naquella
quantidade cozendo se, dalli tirão e
fica temperada pera se comer. hãtoda-
uia farinha de duas maneiras hũa
se chama de gerra, e outra fresca, a
de gerra he muito secca, fazemna desta
maneira pera durar muito e não se de-
par. a fresca he mais branda e fe mais
sustancia, finalmente que não he tão
aspera como a outra, mas não dura
mais que dois ou tres dias como passada
que logo se dana. Desta mesma
mandioca fazem outra maneira de

mantimentos que se chamão beizullos, são
muito alvos e mais grossos q' obrêas destes
Vão muito os moradores da terra porque
são mais sabrosos e de melhor digestão que
a farinha. Outra coisa ha d'ũa fruta
que se chama Agpim da qual fazem
muitos bollos que parecem pão fresco deste
Reino e também se coze a brida como
batata, de toda maneira se acha nella
gosto. Também ha natcora muito mi-
lho Cabarro, este se coze em todallas ca-
pilarias e faz bô pão muito alho. ha
nesta terra muita copia de leite de va-
cas, muito arroz, fava feijões muitos
inhames e batatas. Outros legumes q'
fazem muito a terra. Ha muita abun-
dancia

de marisco e de Peixe portada esta Costa.
Com estes mantimentos se sustentão os
moradores do Brasil sem fazerem pastor
nem de diminuir nada em suas fazendas.

Cap. 5.º da caça da terra.

Heũa das cousas que sobenta e abastança
os moradores desta terra do Brasil, he
a muita caça que ha nestes matos de
muitos generos e de diversas maneiras,
aqual os mesmos indias da terra matão
a sy com flechas como por industria de
seus laços e fossos onde costumão tomar
a maior parte della.

Ha muito Veludo e muita Somma de

Porca montezes de muitas castas. Hui
 Pequenos ha na terra que tem as cerdas
 mui grossas, asperas e crespas, estes tem
 o embigo nas costas, matam-se muitos
 delles, e doutros grandes que não são desta
 calidade. Ha muitas antas que quasi são
 tamanhas como vacas e pascem heruas
 como outro gado qualqueir, sua carne se
 o sabor como de vaca. a pelle deste animal
 he mui grossa e fija. Ha tambem coe-
 lhos mas tem as orelhas de outra maneira
 mais pequenas e Redondas. Ha outros
 animais maiores que lebres que se cha-
 mão Pacas, tambem tem carne mui
 sabrosa. Hui bichos ha nesta terra
 q tambem se come e se tem pela milicia

caca que ha poratto. Chamaõlhes Tatis
são tamandós como coelhos e tem hũ
casco a maneira de lagosta como de capão,
mas he repartido em muitas juntas co-
mo laminitas, para totalmente hũ cau-
lo armado, tem hũ rabo do mesmo casco
comprido, o focinho he como de leão, e
nem bota mais fora do casco q̃ a cabeça,
tem as pernas baixas e crũs se em coiza
a carne delles tem o sabor quasi como de
gallinha. Esta caça he muita abunda-
da na terra. ha tambem muitas ga-
linhas de mato que os indios matão co
frechas, e outras muitas aves mui gordas
e sabrasas melhores q̃ se podize. Desta
e dõtra muita caça haãoõs hã abundancia...

Cap. 6. das frutas da terra.....

hã fructa se da nesta terra do Brasil
muito sabrosa e mais prezada de quantas
há. cria nãa pranta humilde junto do
cháo, a qual tem huas pencas como cardo,
a fructa della nasce como alcachofres e pare-
cem naturalmente pinhas e tão do mes-
mo tamanho, chamão-lhes Ananases. e de
pois de maduros tem hã cheiro muito
excellente, colhemnos como são de vez, e cõ
hã faca tirão-lhes aquella casca grossa
e fazemnos en talhada e desta maneira
se come. excedem no gosto a quantas fructas
há neste Reino. e fazem todos tanto por
esta fructa, q mandão plantar heas delles

como de cardaes; aeste nobre Reino trazem ^{tes} in-
fustes ananazes em conserva. Outra fructa
se cria nuas arvores grandes, estas semão
frentão, nascem pello mato muitas, esta fructa
depois de madura ha ~~muito~~ muito amarello,
São como peros Reipinaldas compridos, chamão
lhe cajues, tem muito sumo, e cria se na
ponta desta fructa de fora ha caroco co-
mo castanha, e nasce diante da mesma
fructa, o qual tem a casca mais amargua
que fel, e se tocave com ella nos dedos
duna muito aquelle amargor e fog em-
pellar toda boca, pello contrario este caro-
co alado, ha muito mais geloso q amê e
da São de sua natureza mais quentes
em estremo. ha na terra muitos destes

Caracós que os medem aos alqueires. Tam-
 bem ha hũa fructa que lھے chamão baba-
 nas, e pella lingua dos indios Jacouas,
 ha na terra muita abundancia delly.
 Parra se na seicaõ com pepinos, nasce
 nuas arvores mui terras enão sãõ
 muito altas, nẽ tem ramor senão folhas
 mui compridas e largas. Estas bananas
 criam se em cactos alga se acha q̃ tem
 de Cento e Sinquenta pira cima, e
 muitas vezes he tam grande o peso delly
 que faz quebrar a arvore pelo meio. Co-
 mo sãõ de vez colhem estes cactos, e
 de poy de colhidos amadurece, e tanto q̃
 qua estas arvores dão hũa fructa, logo
 as cortão por que não fructificão mais.

que a primeira vez, e tornão arrebenha
pelos pees outras novas. Esta he hũa
fruta mui sabrosa, e das boas que ha na
terra, tem hũa pelle como de figo aqual
lhes lanção fora quando alquẽr comee
e se comẽ muitas dellas faze m danno
a saude e causão febre apõe se desma
da malta. E as frutas maduras sã mui
sabras e mandão se dar aos enfermos. Co
esta fruta se mandem a maior parte
dos escravos desta terra, porq̃ as frutas
verdes pasão por mndimento e quasi
tem substancia de pão. E as duas casti
das desta fruta, hũas são pequenas
como figos brinjales e as outras são ma
iores e mais compridas. Estas são que

20
nas tem dentro em si hũa coisa estranha
a qual he que quando as cortão pelo meio
com hũa faca ou por qualquer parte que
seja a cõta se nellas hã signal a maneira
do crucifixo, e asy totalmente o pareça.
Tambem ha hũa fruta q se chama
Amacore, São como nespas puto que
comão muita não faze mal a saúde.
Ha muita pimenta da terra como se
verde, queima muito em grande manciça.
Outras muitas frutas ha pelo mato de bo
de diuersas callidades, São tantas que
ja se achão pela terra dentro algũas
sestas e distentão de tã ellas muitos
dias sem outro manũmento algũ. Estas
que aqui escreuo sã as que os Portuguezes

tem entre sy em mais estima e as mulheres
da terra. Algumas frutas deste Reino se
dão nestas partes - s. muitos melões, pe-
pinas e figos de muitas castas. Romão m^{te}
parrinas que dão humas duas tres vezes
no anno e tanto que hũa se acção, co-
meço logo outras noua mēte, e de ha me-
neira nãca esta o Brazil sem frutas.
De limões e laranjeas ha muita infini-
dade: dão se muito na terra estas ar-
vores de espinho e multiplicão mais que
as outras. ~ ~ ~ ~ ~

Cap. 7. da condiçãõ e
Costumes dos indios
da terra. ~ ~ ~

Não se pãte numerar neta compõe

der a multidão do barbaço genio que
 semeou a natureza por toda esta terra
 do Brasil por que nungem pode bello
 sertão dentro caminhar seguro, não possa
 por terra onde não ache povoações de
 índios armados contra todas as nações
 humanas, E así como são muitos per-
 mittedos que fossem contrários
 uns dos outros, e que ouugse anelles
 grandes odios e discordias por que se assy
 não ~~asse~~ fosse os portugueses não poderiam
 viver na terra nem seria possível
 conquistar tamanho poder de gente,
 Para muitos destes índios pela costa
 junto das capitães, tão cōfim obta-
 ra cheo delles quando começamos os

Portuguezes a pouca terra, mas porq̃ os
mesmos indios se alleuadavao contra elly
e faziao lhes muitas treições, os gouerna-
dores e capitães da terra destruírao nos
pouco a pouco e matarao muitos delles,
outros fugirao para o sertão, e assim
ficou a costa despojada de gentio ao lon-
go das capitaniās. Porão dellas ficaram
algũas aldeas destes indios que são de
paes e amigos dos Portuguezes.
Alingua deste gentio toda folia costa
he huã: costea de tres letas - s - não
se acha nella f, nem l, ne h, cou-
sa digna de sepano, porq̃ assim naõ tem
fe ne lei, ne rei e desta maneira
Viue sem justiça e desordenada m̃.

Estes indios andão nus sem cobertura
 alguma assi machos como fêmeas não cobrem
 para nenhum de seu corpo e trazem descu-
 berto quanto a natureza lhes deu. Vivem
 todos em aldeas, pode aver em cada hũa
 Sete oito casas, as quaes são compridas
 feitas a maneira de cordoarias e cada hũa
 dellas está cheia de gente d'ua parte e
 d'outra, e cada hũa por si tem sua
 estancia e sua rede armada em que
 dorme e assi estão todos hies juntos
 das outras por ordem, e pelo meyo da
 casa fica hũa caminhão aberto para
 se servir. Não ha commodido an-
 tualles nenhum lei ne Justica. Emite
 em cada aldeia tem hũ principal q' he

como capitão ao qual obedece por vontade
de não por força, morrendo este prin-
cipal fica seu filho no mesmo lugar
não serve d'outra coisa senão a' d'
ella a guerra e. conselhas as como se há
daquer na pelleja, mas não castiga seus
erros nã manda sobrellas coisa alguma
contra sua vontade. Este principal
tem tres quatro malheves, a primmeira
em mais conta, e faz della mais caso
que das outras, isto tem por estado e
por honra. Deo a donão em coisa
algua nã tem pera si que ha na
outra vida gloria pera os bõs, e pena
pera os maos, tudo viuido que se a-
caba nesta e que as almas feneceon

34
Com os corpos, e assi vivem beatamente
sem ter conta nã peso, nã medida.

Estes indios são mui bellicosos e tem sem-
pre grandes guerras huns contra os outros
nunca se acha nelles paz nã he habitual
a ver antre elles amizade porque huns
nascessem pellegião contra outros e matão se
muitos d'elles, e assi vão crescendo o odio
cada vez mais e ficam inimigos verdadeiros
perpetuamente. As armas com que
pellegião são arco e flechas a cousa que
a pontar nã na errão, são mui ter-
rosos com esta arma e mui temidos na ger-
ra, andão sempre nella exercitados.
e são mui inclinados a pellegiar e mui

Valentes e esforçados contra seus adversa-
rios, e así parece coisa estranha ver dois
homens nus d'ũa parte e d'outra d'õ
grandes afecções e grita fechando huns
aos outros, e enquanto dura esta pelleja
nunca estão com os corpos quados men-
dose l'ũa parte pera outra com muita
ligetrez. Pera que não possam apontar
ne fazer tiro em pessoa certa algumas
velhas costumão apantanhel as fre-
chas pelo chão e seyllas enquanto
pellejão. Gente ha esta mui atreui-
da e que teme muito pouco amorre, e
quando vão agerra sempre l'he parece
que sem certa a victoria e que nem
de sua companhia ha de morrer, e quando

farram dizem Vamos matar Sem mais Con-
 sideração E não Cuidão que tão bem podem ser
 vencidos. Não dão vida a nenhũa Cativa
 todos matão e carne, e assim que suas gentes
 são mui perigosas, e ácu se ter em muita
 conta por que hũa das cousas que desbar-
 tou muitos Portuguezes foi a pouca estima
 em q' tinham a terra dos indias e o pouco
 caso que faziam doles e assim morrerão mui
 miseravelmente por não se aperceberem
 como comuinha, deffes ouue muitas mor-
 tes desbradas. E isto acontece cada spago
 nelleas partes.

Quando estes indias tomão algũs contrarios
 Sellos com aquelle impito os não matão
 tirão nos viuos para suas aldeas ou

seão Portuguezes ou quaesquer outros indios
seus amigos) e tanto que chegam a suas ca-
sas lanção hũa corda muy grossa ao pes-
coco do cativo pera que não possa fugir,
e armão-lhe hũa Rede em que durma e dão
lhe hũa india moça a mais fermosa e
honrrada que ha naldea (para q' durma
com ella) e também terna Cuidado de
o guardar, e não vai pera parte que
não no acompanhe. Esta india tem cargo
de lhe dar muito bem de comer e beber, e
de pois de o ter desta maneira cinco ou
seis meses ou o tempo que quere determi-
nã de o matar, e fazem grandes Ceri-
monias e festas aquelles dias e apara-
mão muitos Vinhos pera se embriocarem

rem e fazemnos da faziz d'ũa herua q' se
chama aipim, a qual ferue primeiro e
depois de cozida mastiga-na huas mutas
Virgens, e espremem-na n'us p'os-gra-
des e dalli ados ou quatro dias o bebem. E
oolia que hão de matar este cativo pela
mahiãã Se alguma fôrçira esta junto
da d'alea leuad no a banhar nella com grã-
des cantares e follias, e cantos q' chegam
com elle a d'alea, atam-no pelle cinta com
quatro cordas cada huã p'ora sua parte
e tres quatro indios pegados em cada ponta
destas e ali o leuão ao mejo d'ũ terceiro
e tirão tanto por estas cordas que não se
possa soltir p'ora huã parte nã p'ora ou-
tra, as mãos lhe deixão soltas p'orque

folgam de o ver offender com ellas. Aquella
que o ha de matar enbena se primeiro
com penas de papagaio de muitas cores
por todo corpo. ha de ser este matador
o mais valente da terra e o mais homa-
da. Traz na mão hũa espada de pau
mui duro e fegado com que costumão
de matar, e chega se ao padre e diz
lha muitas coisas e ameaçando se sua
geração que o mesmo ha de fazer a se-
us parentes, e de se de o ver aponte-
do com muitas palavras injuriosas
dalhe hũa grã pancada na cabeça
e logo da primeira omitta e lha faze
pedaços. Fica hũa india velha co
hũa cabaco na mão, e assi como elle

cae a cado muito do fofra com elle a me-
 terillo na cabeça. Pera tomar os meollo
 do sangue: tudo emfim cozem e caão e
 não fica della crua que não comão. Isto
 he mais por vingança. E por odio que
 por se fartare. Depois que comê a carne
 destes contrarios ficam nos adios conforme-
 dos, e sentem muito da injuria. E por
 isto andão sempre a Vingarse hũa con-
 tra os outros. E se amoa que dormia
 com o Calico fica preme a aquella crua-
 ça que fave de pois de cruada, matao
 na e comê na. E dizem que aquella me-
 mina ou menino era seu contrario.
 Verdadeiro, E porisso esmão muito
 comerlle a carne e vingarse della. E

porque a mãe sabe o fim que hão de dar
a esta criança, muitas vezes quando se
sente preñhe mataa dentro da barriga,
e faz coque morua. E acontece a algumas
vezes afflicção se tanto a este Catão e
tomar lhe tanto amor que sege com
elle pera sua terra pello litoral da
monte. E asy alguns portugueses ha que
della maneira escapando e não o se e
dela Viua. E muitas indias que do mes-
mo modo se saluando, ainda que hão
algum tão breue que não quere fugir
depois de o terem preso: porque ouue
algum que estava ja no terreyro atado
pera padecer e dallyo lhe a Viua e não
quis senão que o matassem, dizendo que

seus parentes o não terão por valente.
 E que todos començam com elle e daqui vem.
 não chamar a morte, e quando chega a
 quella ora não ha treme em conta ne
 mostrar nenhuma tristeza naquella hora.
 Finalmente q̃ são estes indios mui des-
 humanos e cruéis, não se move a nenhuma
 piedade: Vivem como brutos animais se
 ordena ne concerto de homens. São mui des-
 ovestos e dador a sensualidade e entrega-
 se aos vícios como se nelas não oustara
 feição de humanos, ainda que todavia
 sempre tem respeito quando os machos e as
 fêmeas em seu ajuntamento e mostra
 ter nisso alguma vergonha. Todos come
 carne humana e tem na felle mui pou-

iguaria de quantos pode azer: não de
seus amigos com quem elles tem paz
se não dos contrarios. Tem esta calida-
de estes indios que de qualquer coisa
que comão por pegua na gua seja haão
de comidao com ella quanto efferece
presenies. So esta proximidade se achia
ambullij. Come de quantos bichos se cri-
ão na terra, outro nenhuma engestaõ por
se combenito que seja somente aranha.

Tem estes indios machos por costume arri-
carem toda barba e não consente nenhuma
cabello em parte alguma de seu corpo. Sal-
uo na cabeça. ainda que orre dor della
por baixo não arrancam. As fêmeas

Prezão se muito de seus cabellos e tingem
por muito Compridos e penteados e as
mais delas enroscadas. Os machos cultu-
mao trazer o beico furado e hũa pe-
dra no buraco metida. Por galantaria
outros ha que tingem o rosto todo cheio
de barbas e assim parece muito feo e
disformes: isto elles fazem quando são
meninos. Tambem alguns indios andão
pintados por todo corpo, pelo qual faze
hũs risos de muitas maneiras. E po-
de hũa certa tinta e fiam sempre
os mesmos risos escritos na carne: isto
não faz se não que tem feito alguma va-
lenteia. E assi tambem machos como
femeas cultu-mao a tingir se de o sumo

dua fructa que se chama genipapo que he
verde quando se fize e depois que qto
no corpo e se inxuga fica mui negra
e por muito que se take não se tira
se não aos nove dias, isto tudo fize
por galanteria.

Estas indias guardão castidade a seus
maridos e São muito suas amigas por
que também elles sabem mal adulterio.
Cada um mais delles com suas sobrinhas
filhas de seus irmãos ou irmãs estas
São suas mulheres verdadeiras e não
ellas podem negar seus pais.

Alguas indias se achão nestas partes q
fazão e prometem castidade, e assi
não casão ne conhece homem algum.

38
de nenhuma callidade, não consentirão
ainda que por isso as matem. Estas dei-
xaõ todo o exercicio de molheres e immi-
taõ os homens e seguem seus officios como
se não fossem molheres, e cortão seus caballos
da mesma maneira que os machos fazem.
E vão ggerm com seu arco e flechas e
acaça: enfim que andão sempre na
companhia dos homens, e cada uma tem
molher que a serve e que lhe faz de
comer como se fosse casadas.

Estes indios vivem mui descansados, não
tem cuidado de cousa alguma. Se não
de comer e beber e matar gente. E por
isso são mui gordos em estremo. E são
tambem com quer desgosto amagreça

muito, e como se agastão de qualquer cou-
sa comẽ terra. E desta maneira morrẽ
muitos dellas bestialmente. Todos seguem
muito o conselho das velhas, tudo o
que ellas lhes dizem fazem e se não por-
muy certo, daqui vem a muitos mora-
dores não comprarem rancheas por lhes
não fazerem fugir seus escravos.
Quando estas indias parem a primeira
coisa que fazem de pois do parto lavão se
todas nu e bebem e ficam tambem despi-
das como se não taparãõ, em lugar del-
las se deitam seus maridos nas redes.
E assim os deitam e curãõ como se elles
fossem as paridas.
Quando algũ destes indios morre cus-

humão enterrado nua casa asentado sobre
os pés com sua rede as costas em que elle
dormia, e logo pelos primeiros dias por-
m lhe de comer em uma da casa. Outras
muitas beballadas vao estes indios
que aqui não creceu porque minha ten-
ção foi não ser cumprido, e passar por
tudo isto com breuidade.

Do Resgate.

Estes indios não possuem nenhuma fazenda,
nem procurão aquella como os outros in-
dios, somente cobrão muito algumas cousas
que vão deste Reino - s. Camisas, bellotes,
ferramentas e outras cousas que elles tem
em muita estima e desejão muito alia-
car dos portugueses. Aproveito disto se vê
diao

mas aos duos, os portugueses chegavao m-
telles e saltavao quantos querião sem
ningem lhes ir a mão, mas se pora não
há isto na terra não chegou como seia,
porque de pois que os padres da compa-
nhia vierão a estas partes prouverão
neste negocio e vedarão muitos saltos
que fazião os portugueses por esta causa
orquais encarnegavao muito suas consci-
encias com caduare muitos indios com
dano e movere lhes guerras injustas.
E poristo ordenavao os padres e fegerao
com os capitães da terra que não ouvesse
mais negates não consentisse que fesse
nenhum portuguez a suas aldeas sem
licença do mesmo capitão. E quantos

escremos agora vem novamente da Sorti-
 ou das outras Capitaniaes todos leuão primeiro
 ro a Alfândega e allí os examinão e lles
 fazem perguntas que os vendeo, ou como
 forão Resgatados, porque ninguem os pode
 vender de não seus Pais ou aquelles que
 em justa guerra os Catuão, E orque ac-
 chão mal aqueridos põem nos em sua
 liberdade, e desta maneira quantos indios
 se comprão São bem Resgatados E os mon-
 dones da terra não deixão por isto dirm
 a parte com suas fazendas.....

Cap. 8. dos bichos da terra.....

Não me parece cousa fora de propósito

tratar tambem neste summario da q[ue]s bichos
que nestas partes se crião pois tudo ha
na mesma terra, dando que daqui se não
comprehenda mais que a differença e a va-
riedade das criaturas que ha duas terras
pera outras--.

Ha nestas partes muitos bichos miúdos
e peçonhentos, principalmente cobras de
muitas castas e de nomes diversos. Ha
ha tamem dees e tam deformes que enge-
lem sua vida todo inteiro, e affirmão
que tem esta cobra tal callidade que de
pois de oter comido arrebenta pela bar-
riga e apodrece quanta carne tem pelo
corpo e fica semete no estomago com.

a cabeça e a ponta do Rabo São. E tanto que
desta maneira fica torrada pouco a pouco acri-
ar tanta volta a te que se cobre outra vez da
metma carne tão perfectamente como
antes. Isto vimos e experimentamos m^{os}
indios e moradores da terra, a esta chamão
pella lingua dos indios Giboigibi. Outras
ha muito maiores e mais peboventas.
doutra casta differente. São tam grandes
or tanto estimo que apenas d'estes indios
podão levar bũa que matavão junto da
Costa entre os Portugeses a esta cobra cha-
mão Surucucu. Outra geração ha
dellas que lles chamão bordenunga, tem
na ponta do Rabo huã crista que sea
propriadamente, como cascauel e por onde

esta cobra vai sempre anda Rogindo. he
huã das feras bichas que ha na terra.
Outras ha que qllhe chamão hebijaras,
hum duas bocas huã na cabeça, outra no
vabo mordem com ambas, esta cobra he
branca e mui curta, o mais do tempo
esta debaixo da terra, he pesonhentiſſi-
ma sobre todas, quem desta formorã-
do não tem vida muitas oras, e asy
qualquer destas outras que mordem a guã
peſſoa o mais quãdura São vinte e qua-
tro oras. Ha outra cãlidade dellas que
não tem dentes nẽ mordem. Estas não
São pesonhentas nẽ tam pouco muiſ
grandes chamão lhe Japaronas. Tambe
affirmão algũs homẽs que virão Serpẽs

tes nesta terra com asas muy grandes e
 esparatosas, mas achão se qyramẽte. Ha
 muitos lagartos e grandes pellos qy da qua
 adoe e pellos matos cujos testicillos chei
 rão melhor que almonõere, e aqualquer
 Roupa que os chegão fica ocheiro pego de
 formuitor dias. -

Os bichos mais feros e mais de noz q' in
 tra terra são fegres, estes animais são de lley
 tamanho como bezerns, Vão se aos currais
 são gado dos monõeres e matao muyto delle
 e são tão feros e forcosos que hũa mão
 que lançaõ a hũa vitalla ou novillo
 lhe fazem botar os musculos fora e leuãoõ
 arrasto fora emato. Também pella terra
 dentro matao e carne alguns indios quão

Se achão famintos. Sobem pelas arvores
como gatos. E d'ali se precipitam a caça que for
baixo p'ella e remetem de salto a ella. Estes
tamanduás não lhes escapam nada a não
destes animais matão ex-fra. Os moni-
tes da terra.

Toda esta terra do Brasil he coberta de
formigas pequenas e grandes. estas fazem
alguns dano as fazendas dos moradores
e as lavouras que tem nos quintaes e
se não fôrão estas formigas ou uma por-
taentura muitas vinhas no Brasil atri-
da que ha são poucas negativas porq
deste Reino há tanto vinho que sempre
aberra d'ella esta f'endida.

Tambem ha muita infestação de mosquitos

principalmente ao longo da ilha Rio Antre
huns arvores que se chamão manges não
pode nem lica fregar o bocado, e fello
mato quando não ha vinhação são muy
soberjos e persegem muito a gente.

Tambem ha hua geração de haos que toge
os filhinhos pendurados na barriga e ali
se cria e canda até fegados até se re grã
des. -- Bogias ha muitos e de muitos casus
como ja se sabe. Tanto que as fêmeas
parem fegão se os filhos nas suas costas e
sempre andão caualgando nas mãs até se re
bem criados e poro que as persegão e as ma-
tem não se querem desapegar dellas. Ha tam-
bem muitos lobos marinhos e porcos mari-
nhos que se crião no mar e na terra. Oubor

muitos bichos ha nestas partes della terra
dentro que sera impossivel poder se
conhecer ne escrever tanta multidão porq
a sy como a terra he grandissima, a sy
são muitas as qualidades e feições das
criaturas que Deos nella criou.....

Cap. 6. da terra q' certos ho-
mes da Capitania do por-
to Seguro forão a
descobrir, e do q' a-
chanão nella ~~~

Pois que minha tenção não era tra-
tar neste Summario senão das cousas
que são geraes Porto da Costa do Brasil,

de que os moradores da terra participão,
participação também necessario e conue-
niente aos leuadores da terra denunciar
neste capitulo a riqueza dos metais q
affirmão auez por ella dentro proua-
do tudo isto com pessoas q oacharão,
virão, e experimētaraõ. E a maneira
como se descobrio foi esta q se segue.

A esta capitania de Porto Seguro chegaram
certos indios do sertão a dar novas dize-
r as pedras verdes que auia nũa Serra
muitas legoas bella terra dentro, e tra-
zião algũas dellas por amostra, as quaes
erão esmeraldas mas não de muito pre-
ço. E os mesmos indios dizião q algũas

avia muitas, e que esta serra era mui
ferrnosa e resplandecente. Tanto q os
momdores desta capitania deslo forão
certificados fzerão se prestes cincoenta
ou se senta portugueses com alguns indios
da terra e partirão pello sertão dentro
com de terminação de chegar a esta serra
onde estas pedras estauão. Hia por ca-
pitão desta gente hũ maritim carualho
que agora he morador da Bahia de to-
dolos sanctos, Entrarão pella terra al-
guas dezentas e vinte legas, onde as
maes das serras q acharão e virão
erão de mui fino chrisal e toda terra e
se mui fagosa, e outras muitas serras
de hũa terra aqullada, nas quaes af-

formão aver muito ouro por que into ellas
 por entre duas serras desta maneira fôrão
 dar nũ fubero que fello pœ dũã dellas
 decia no qual acharão entre arca hũs grã-
 os meudos amarellos, os quaes alguns humes
 aspalpanão com ordentes e acharão nos brã-
 dos mas não se desfazião, finalmente que
 toáo aspartarão ser aquillo ouro nã podia
 ser outro metal pois o mesmo ouro desta
 maneira nasce nas partes onde o ha. As-
 panharão d'elles grãos entre arca do fubei-
 ro quantidade d'um punhado os quaes
 acharão muito ferados que tamẽm era
 proua de ser ouro: d'isto não fexerão
 mais experiencia por ser aquillo nodo-
 sento e aver muitos dias q' padeciaõ grãde

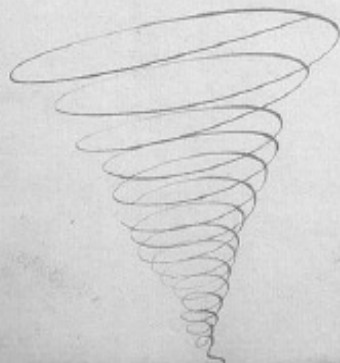
fome nem comião outra coisa senão se-
mente de ruias e alguma cobra que matauão.
passarão adiante determinando a vinda
tornar por alli apercebidos de marthim^{tos}
para buscar a Serra mais de pagar
donde aquelle ouro decia ao Hebreu.
acharão bellos metes muita cana e fava
e por este caminho acharão outros m^{tes}
metaes que não conheceraõ, nem podi-
am esperar bellas gemas dos indios
que se alleuantauão contra elles. Alguns
indios lhes derão noticia segundo a
menção que fazião q^{ue} podiam estar
com legoas da Serra das pedras ver-
des que hão buscar e que não auia
muito dalli ao Peru finalmete q^{ue} co.

os inimigos que Recreção e bella gente q
 adoeceia tornariaõ. Se outra vez em alma-
 dias por hũ Rio que se chama (ria-
 re), onde se perdeo nũa cachoeira a
 canoa em que vinhaõ os grãos d'ouro q
 traxão para mostra. Nesta Viage
 gastaraõ oito mezes. E assi desbaratadoi che-
 gavaõ a esta Capitania de Porto Seguro.
 Orque dese Perigo occorriaõ affirmão
 aver naguadas partes muito ouro segun-
 do as mostras e os sinais que achavaõ.
 E se lá formar gente apercebida como co-
 um contada provisao necessaria, e le-
 uarem pessoas que desto conhução disse
 que se descobrião nesta terra grandes
 minas. ~ ~ ~ ~ ~

Quisera escrever mais meudamente das
particularidades desta Província do Brasil,
mas porque satisfizesse a todos com bre-
vidade guardo-me de ser comprido posto q̃
os ledores da terra pedissem outro livro
mais copioso e de maior Volume onde
se comprehendesse por extençã as ex-
cellencias e diversidades das cousas q̃ ha
nella para Remedio e promocio por ho-
mẽs que la fore viuar, E por que
a felicidade e augmento desta Província
consiste em ser povoada de muita gente,
naõ aua dauer pessoa pobre nãhes
Reinos q̃ naõ se pode viuar a estas partes
com fauor de S. A. onde os homens vi-
uẽ todos abastados e fora das necessidades

que cá' protegem. E desta maneira per-
mittira Deus que floresça tanto a terra
della nova Lusitania que com ella se
augmente muito a coroa dos Reis
e seja dos outros ensesada. Pena que não
dejeamos terras estériles promettendo
esta nobre tanta Riqueza e prosperi-
dade aos q' aq'ora buscam para seu Remedio....

Fin



GÂDAVO REDESCOBERTO

*Hildeberto Barbosa Filho **

Não são poucos os caminhos do historiador. Seja do ponto de vista da factualidade, seja do ponto de vista da exegese, episódios, eventos, personagens, documentos e fontes, primárias e secundárias, colocam-se à disposição do olhar curioso e investigativo dos que tecem a trama da história. Sob a mirada científica desses abnegados do conhecimento, o passado convive com o presente a partir de novas instâncias significativas, redimensionado pela necessidade cognitiva do esclarecimento e, vezes até, da correção histórica.

Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila Lins é, sem dúvida, um desses ilustres abnegados. Depois de títulos de indiscutível relevância para a compreensão da nossa história, sobretudo no que concerne ao período colonial, a exemplo de *Páginas de história da Paraíba* (1999) e *Uma apreciação crítica do período colonial na "História da Paraíba lutas e resistência"* (2006) o historiador volta ao debate público com este *Pero de Magalhães de Gândavo, autor da primeira obra sobre a ortografia da língua portuguesa e da primeira história do Brasil*, livro que, pela singularidade da pesquisa e pelo rigor filológico perante as fontes primárias, já basta para definir o alcance de sua intervenção.

Aqui o estudioso tangencia o escorço histórico e biográfico do cronista lusitano, Pero de Magalhães de Gândavo, “insigne humanista e excelente latino”, no dizer de Diogo Barbosa Machado, ao mesmo tempo em que, com o afiado bisturi de paleógrafo incansável, desbasta as obscuridades impressas em vetustos documentos, preenchendo lacunas, retocando dados, eliminando equívocos, reconstituindo informações, enfim, estabelecendo a verdade. Para tanto, Guilherme não teme o peso severo de autoridades consolidadas, pois o fôlego do pesquisador e do in-

térprete lhe autoriza a corrigi-los, não por desfaçatez de ordem pessoal, mas pelo compromisso ético com a verdade científica, de resto patrimônio próprio da comunidade intelectual.

O texto, com seus paratextos indispensáveis — notas, parênteses e colchetes em que se articulam argumentações internas, quase sempre decisivas para o entendimento do texto principal, discute as certezas, as incógnitas, assim como as obras, vida, origem e nome do seu grande protagonista, praticamente desconhecido desde o século XVI ao século XIX, porém, hoje, redescoberto, na pena de Guilherme, não somente como nosso primeiro historiador, fonte fundamental para os pósteros, mas também como eminente estudioso da língua portuguesa.

O aspecto descritivo, peculiar à tarefa de estabelecimento do texto, tanto quanto a valia das achegas documentais, das minudências bibliográficas e dos tópicos específicos da ecdótica tendem a predominar na pauta do discurso e no labor analítico. Não obstante, Guilherme, apoiado em vozes reconhecidas no campo historiográfico e filológico, a exemplo de um Capistrano de Abreu e de um Emmanuel Pereira Filho, transcende os níveis de leitura de sabor meramente constatativo, para assumir uma das virtualidades mais ousadas, porém intrinsecamente necessárias ao autêntico historiador, isto é, a virtualidade da apreciação e do julgamento.

Entre as muitas passagens do labirinto textual em que a figura do intérprete ultrapassa a figura do observador, destaco a que refere o “segundo texto preliminar da *História ... de Gândavo*”, à página 24, logo após a remissão de nota número 15: “Essa edição, infelizmente, foi produzida a partir de uma cópia textual, existente na Academia das Ciências de Lisboa. Na realidade essa versão impressa é significativamente inferior àquela anterior, seja no que tange à qualidade da cópia manuscrita em que se apoiou, seja no que se refere à interpretação textual desenvolvida para a sua impressão”.



Mais adiante, o ensaísta, exercitando o mesmo timbre apreciativo, revelando, portanto, independência e autonomia interpretativas, acrescenta: “(...) Efetivamente, como se verá mais tarde, todas as demais publicações do *Tratado da Terra do Brasil* ..., produzidas entre nós a partir de 1924, derivam de uma outra versão manuscrita bastante tardia (Século XIX) e também de qualidade inferior, todavia, tida equivocadamente na época como *o manuscrito original*”.

A amizade com Camões, a estada no Brasil, os dois primeiros tratados, a primeira ortografia, a primeira história, os primeiros manuscritos, enfim a profusão de dados bibliográficos, transcrições e apógrafos imprimem e selam o valor dessa obra. Valor historiográfico, valor filológico, valor didático, sobretudo se pensarmos naqueles que se debruçam, ainda vivendo a experiência fecunda dos bancos acadêmicos, e nos bancos acadêmicos, o rico e não raro desconhecido período colonial.

De estilo eskorreito, firmado na lídima tradição retórica do português castiço, Guilherme Gomes da Silveira d’Avila Lins, com mais este título, começa a assumir a posição de historiador-mor dos documentos e das circunstâncias do período colonial na Paraíba e no Brasil.

Comarca das Pedras, julho de 2007.

* Poeta e crítico literário paraibano. Professor da Universidade Federal da Paraíba. Membro da Academia Paraibana de Letras. Mestre e Doutor em literatura brasileira, licenciado em letras clássicas e vernáculas e bacharel em ciências jurídicas e sociais. Autor de inúmeras obras no campo da poesia e da crítica literária.

